Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2023 | Nª 25.361 | Preço banca: R$ 3,50

Brasil abre 83,3 mil vagas com carteira assinada em janeiro

Simone Tebet diz que novo arcabouço fiscal garante investimentos

Página 20

Soja impulsiona em 20,6% a produção de grãos na safra 2022/23

Página 3

Dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, mostram a criação de 83.297 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro deste ano. No mesmo mês do ano passado, tinham sido criados 155.178 postos de trabalho, nos dados sem ajuste, que não consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura de emprego formal caiu em janeiro de 2023, por causa da desaceleração econômica e pelo fechamento de vagas temporárias no comércio. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Apesar da desaceleração em relação a janeiro do ano passado, houve melhora em relação a dezembro, quando haviam sido fechados 440.669 postos.

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 40.686 postos, seguido pela construção civil, com 38.965 postos a mais. Em terceiro lugar, vem a indústria (de transformação, de extração e de outros tipos) com a criação de 34.023 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na agropecuária, com a abertura de 23.147 postos. Somente o comércio, pressionado pelo fechamento de vagas temporárias típico do início de ano, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 53.524 vagas. Página 3

Estado oferece mais de 1,7 mil vagas em cursos na Região Metropolitana

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, está com inscrições abertas para mais de 1,7 mil vagas em 25 opções de cursos gratuitos para a qualificação profissional de jovens nas áreas Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design, Tecnologia da Informação e Comunicação na Região Metropolitana de São Paulo. Página 2

Lei obriga reaproveitamento de águas de esgoto e de chuva

Página 20

Câmara aprova pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 20

Projeto define como crime condicionar serviço público a ato sexual

O Projeto de Lei 4534/21, que tipifica crime de abuso de poder em troca de atividade sexual, foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, na noite da quarta-feira (8). O texto teve parecer favorável da deputada Maria do Rosário (PT-RS), relatora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). A proposta agora vai para análise e votação no Senado.

O projeto, da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), estabelece nova tipificação no Código Penal e define pena de reclusão de 2 a 6 anos. Na situação em que a atividade sexual for consumada, a pena é agravada e passa a ser de 6 a 10 anos de reclusão. Caso o agente seja funcionário público, ela será somada àquela que trata de crime contra a administração pública.

Tabata Amaral citou dados da organização Transparência Internacional, segundo os quais, em 2019, na América Latina, uma em cada cinco pessoas foi vítima ou conhecia vítimas desse tipo de conduta quando buscaram algum serviço público.

Já a relatora Maria do Rosário disse que a aprovação do projeto vai preencher lacuna legislativa existente no Brasil, "mas também servirá de referência internacional diante da lacuna também existente nas leis dos demais países e em tratados e convenções internacionais". (Agencia Brasil)

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

29º C
21º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,12
Venda: 5,12

Turismo
Compra: 5,24
Venda: 5,33

EURO
Compra: 5,43
Venda: 5,43

Esporte

Gabriel Bortoleto venceu na estreia da F-3 FIA

Teve início neste fim de semana a temporada 2023 do Campeonato F-3 FIA. As disputas aconteceram no Autódromo Internacional do Bahrein, no Oriente Médio e tiveram o brasileiro Gabriel Bortoleto, estreando na categoria, como o grande nome do fim de semana. O piloto venceu a corrida principal da rodada, disputada no domingo, e já abre a competição com 26 pontos conquistados.

O fim de semana de corrida teve início na manhã de sexta-feira com a sessão de treinos livres. Página 6

Foto/Divulgação

Gabriel *Bortoleto*

Kartismo: Tocantinense Pedro Ricardo sobe no pódio em São Paulo

Foto/ Gilmar Rose

Pedro *Ricardo chegou a liderar a segunda corrida*

O tricampeão tocantinense de kart Pedro Ricardo Almeida (Naval Navegações/Bravo Serviços Marítimos/Evolution Motorsport) teve uma semana de muita emoção e aprendizado no esporte a motor, que culminou com a terceira colocação em sua estreia com kart 2 tempos no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP), no último sábado.

"Estou muito feliz por tudo que conheci e aprendi nesta semana, e ainda voltei para casa com um troféu muito importante, da forte Copa São Paulo de Kart", comemorou Pedro Ricardo.

O piloto de Palmas atendeu ao convite da Fórmula Delta, categoria de monoposto paulista que usa pneus slicks e motor com 175 cavalos de potência, e visitou a fábrica e a oficina da modalidade. "Fui muito bem recepcionado pelo senhor Minelli, criador e construtor do carro, e pelo seu filho William, que me explicou tudo sobre o monoposto e ainda me colocou dentro de um carro, que pode ser reservado para mim, caso eu consiga patrocínio suficiente para fazer uma temporada completa. Página 6

Nelsinho Piquet apresenta novo Toyota Corolla para Stock Car em 2023

Prestes a iniciar mais uma temporada na Stock Car, Nelsinho Piquet revelou no último final de semana o layout do Toyota Corolla que conduzirá nas pistas brasileiras ao longo do ano. A grande novidade na apresentação do carro foi a presença nos principais espaços da marca Universal Soluções Automotivas, que pela terceira temporada seguida marca presença na maior categoria do Brasil e uma das mais importantes do automobilismo mundial. Página 6

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis terá a maior edição de sua história

Foto/ Fábio Falconi

Itaú *BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis*

A expectativa positiva com relação ao crescimento do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis 2023 acabou se confirmando antes mesmo de sua realização, programada para o dia 16 de abril, na Praia dos Ingleses, em Florianópolis (SC). A quarta edição do evento que marca a abertura da temporada de provas do Circuito IRONMAN no país contará com número recorde de participantes, com quase dois mil inscritos, e de nações representadas, com um total de 27 países, superando os 23 da primeira edição em 2018.

Participarão triatletas do Afeganistão, África do Sul, Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, Estonia, França, Grã-Bretanha, Guiana Francesa, Holanda, Itália, México, Paraguai, Peru, Suécia, Uruguai, Venezuela e Brasil. O país-sede terá a maior delegação, com 1718, seguido por Chile (36), Argentina (29) e Estados Página 6

Estado oferece mais de 1,7 mil vagas em cursos na Região Metropolitana

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, está com inscrições abertas para mais de 1,7 mil vagas em 25 opções de cursos gratuitos para a qualificação profissional de jovens nas áreas Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design, Tecnologia da Informação e Comunicação na Região Metropolitana de São Paulo.

Os cursos foram desenvolvidos para atender às demandas atuais do mundo do trabalho e aos interesses daqueles que buscam qualificação para o primeiro emprego. As vagas são para os municípios de Barueri (50), Cotia (185), Diadema (75), Franco da Rocha (50), Itapevi (20), Mairiporã (40), Mauá (160), Mogi das Cruzes (225), Osasco (200), Pirapora do Bom Jesus (30), Santana de Parnaíba (140), Santo André (100), São Bernardo do Campo (155), São Caetano do Sul (175) e Suzano (100).

Jovens entre 14 e 24 anos com ensino fundamental completo estão aptos a participar. O programa prioriza estudantes matriculados no ensino médio de escolas estaduais e de Etecs. Os cursos têm duração de 120 horas e poderão ser realizados ao longo de quatro meses no formato presencial, com aulas na unidade de ensino escolhida.

As inscrições vão até o dia 13 de março e o estudante não precisa realizar processo seletivo. Para se inscrever, os interessados devem acessar o site Novotec, fazer um cadastro e selecionar o município para verificar quais cursos estão disponíveis.

A comunicação com os inscritos será feita unicamente por e-mail, utilizando-se os dados pessoais de cada candidato informados no ato do cadastro no site. As aulas têm previsão de início no dia 3 de abril. Os estudantes matriculados no ensino médio da rede estadual ainda terão direito a um auxílio de até R$ 600, divididos em quatro parcelas mensais, ao longo do curso.

Para receber a bolsa, os jovens elegíveis deverão ter 75% de frequência no curso e não podem ser beneficiários de seguro-desemprego. No caso dos estudantes de 14 e 15 anos, a renda familiar deverá ser de até três salários-mínimos, e o pagamento da bolsa será feito para o responsável legal indicado nos dados escolares. O pagamento de até quatro parcelas de R$ 150 será iniciado no mês subsequente do início das aulas, por meio do programa Bolsa do Povo, com cartão magnético do Bolsa do Povo.

Sobre a SDE

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), pasta do Governo do Estado de São Paulo, exerce papel fundamental para a reindustrialização e atração de investimentos com foco na geração de emprego e renda. É responsável por oferecer cursos de qualificação profissional de curto e médio prazo para atender as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho.

Além disso, tem como instituições vinculadas a InvestSP, a Desenvolve SP e a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). A pasta possui programas voltados ao empreendedorismo e a linhas de crédito do Banco do Povo para pequenos negócios.

SP156 amplia sistema para informações de Serviços Funerários, concedido a quatro concessionárias

O cidadão que desejar informações sobre como sepultar parentes falecidos com o auxílio das concessionárias que estão à frente do Serviço Funerário e Cemitérios do município de São Paulo, já podem acessar o Portal do SP156 e a Central Telefônica.

As concessionárias Consolare, Cortel, Maya e Velar, que ganharam o direito de atuar no serviço funerário da cidade, prometem gerenciar agências distribuídas por toda a capital, com assistência 24 horas. Além disso, são responsáveis pela operação dos serviços, gestão, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 cemitérios, bem como pela administração do crematório já existente e a criação de novos crematórios.

A solicitação e realização dos serviços funerários pelas agências são feitos por meio de pagamento, exceto para cidadãos de baixa renda ou doador de órgãos, os quais receberão os serviços de graça.

Para obter orientações e contato das concessionarias, por meio do SP156

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

O que pensam as mulheres cristãs que estão vereadoras, sobre a polêmica da hora no Brasil : “homens que se acham mulheres estão tomando o lugar delas” ... ?

.

PREFEITURA (São Paulo)

O que pensa a família do cristão católico Nunes (MDB), sobre a polêmica da hora no Brasil : “homens que se acham mulheres tão tomando o lugar delas ... ?

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O que pensam as mulheres cristãs que estão deputadas, sobre a polêmica da hora no Brasil : “homens que se acham mulheres tão tomando o lugar delas ... ?

.

GOVERNO (São Paulo)

O que pensa a família do cristão católico Tarcísio (Republicanos), sobre a polêmica da hora no Brasil : “homens que se acham mulheres tão tomando o lugar delas ...” ?

.

CONGRESSO (Brasil)

O que pensam cristãos e cristãs (católicos e protestantes), na Câmara Deputados e Senado, sobre a fala de um jovem deputado por Minas (PL); mais votado do Brasil ...

.

(Brasil)

... nas eleições 2022. Usando peruca, usou a tribuna - no Dia Internacional da Mulher - e disse “as mulheres tão perdendo espaço pra homens que se acham mulheres”

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O que pensam as mulheres cristãs, esposas do Bolsonaro (PL) e do Lula (PT), sobre a polêmica da hora : “homens que se acham mulheres tão tomando o lugar delas ...” ?

.

PARTIDOS (Brasil)

O que pensam as mulheres cristãs (católicas e protestantes) sobre a fala de um deputado federal (PL - MG) : “homens que se acham mulheres tomarem o espaço delas ...” ?

.

HISTÓRIAS (Brasil)

Em 2010, o deputado federal (SP) - falecido - Clodovil (PL) disse que uma deputada era tão feia que não serviria nem pra ser ... ; Tiririca chamava o eleitorado de ‘abestado’ ...

.

ANO 31

O jornalista **Cesar Neto** publica a coluna de política - **cesarneto.com** - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Polícia Civil realiza perícia técnica em shopping de Osasco

A Polícia Civil realizou na quinta-feira (9), perícia técnica como parte das investigações sobre as causas do desabamento de parte da laje do teto do Osasco Plaza Shopping que ocorreu na tarde dessa quarta-feira (8). Na noite de ontem, a Polícia Civil fez a perícia de fotografação. Segundo informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo (SSP), a autoridade policial aguarda a conclusão dos laudos periciais para esclarecer as causas. A Defesa Civil de Osasco afirmou que também aguarda os resultados das análises.

A Prefeitura informou que por volta das 14h30 equipes de segurança do shopping constataram uma fissura na laje do corredor principal. A segurança avisou a administração e isolou a área. A fissura formada na laje provocou o rompimento de uma rede de água. Com isso, a laje, construída há 10 anos para fechar uma claraboia, desabou, atingindo cinco veículos que estavam na área de estacionamento, no piso superior. Não houve vítimas.

Imagens que circulam nas redes sociais mostraram o início do desabamento da laje sobre a praça de alimentação. Uma pessoa registrou em seu celular o momento da queda, quando a água começou a descer. Pelo vídeo, é possível ver a área isolada preliminarmente, mas um homem, possivelmente um segurança do shopping, é visto arrastando uma lixeira amarela para baixo de onde o teto começa ceder, pouco tempo antes do desmoronamento.

Após o incidente o prefeito de Osasco, Rogério Lins, anunciou a cassação do alvará de funcionamento do empreendimento. O shopping segue interditado. Um novo documento só será liberado após análise do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP), da Polícia Civil, Defesa Civil e após a divulgação de um laudo técnico comprovando a ausência de riscos no local.

“O shopping está totalmente interditado. É uma interdição total. E o alvará do shopping neste momento está cassado”, disse o prefeito. Segundo ele, a documentação para o funcionamento do estabelecimento estava correta e atualizada. “Vamos pedir um laudo pericial de toda a estrutura para averiguar as condições possíveis de funcionamento ou não. Não temos compromisso e nem prazo para a abertura. Enquanto não tiver todos esses órgãos técnicos e uma perícia, um laudo estrutural integral do local, o shopping não será reaberto”, acrescentou o prefeito.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) informou que esteve no local do acidente e que está apurando, junto à prefeitura e à Defesa Civil do município, a responsabilidade técnica pelo projeto e execução do shopping center. O Crea-SP informou que vai “fiscalizar, controlar e orientar o exercício das atividades profissionais de engenheiros, agrônomos, geocientistas e tecnólogos envolvidos em serviços técnicos de projeto, execução e manutenção”.

“Isso porque, para a realização de quaisquer atividades e serviço, os profissionais e empresas contratados devem estar registradas no Crea-SP. Também é necessário que, para todos os serviços contratados, seja feito o registro de uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), definindo a participação técnica no empreendimento”, disse o órgão, em nota. Um procedimento administrativo será aberto pelo Crea para apurar as responsabilidades pelo ocorrido. (Agência Brasil)

Com Unidade Móvel, Poupatempo emite mais de 3,5 mil documentos no Litoral Norte

O Governo de SP emitiu mais de 3,5 mil documentos, entre RGs e CNHs, com os atendimentos na unidade móvel do Poupatempo instalada na Vila do Sahy, em São Sebastião, após as fortes chuvas do último feriado de carnaval.

Com os deslizamentos de encostas, um grande número de pessoas ficou desabrigada e todas foram rapidamente hospedadas em pousadas e hotéis locais pelo estado, mas a água e a lama também danificaram pertences e os documentos dos moradores da região foram perdidos.

A segunda via destes documentos pôde ser emitida sem custo, de forma rápida e segura. A ação começou no dia 22 de fevereiro nas cidades de Bertioga, Caraguatatuba, Guarujá, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, e na unidade móvel do Poupatempo na Vila Sahy, a partir de 24/2. No total foram mais de 4 mil atendimentos do tipo no litoral.

Na quinta-feira, (9) foi o último dia que a unidade móvel esteve na Vila Sahy, mas a população poderá continuar com os atendimentos nas unidades fixas do Poupatempo na Baixada Santista e no Litoral Norte.

A emissão dos documentos sem burocracia e custos ao cidadão da região foi uma determinação do governador Tarcísio de Freitas, pois a medida facilita o acesso a benefícios essenciais oferecidos pelo Estado no período.

“Estamos com um pacote de medidas para reduzir o sofrimento daqueles que foram atingidos pelas chuvas, e os documentos são fundamentais para um acesso ágil e seguro a estes benefícios. O Poupatempo trouxe agilidade em um momento tão sensível da população do litoral norte”, destaca o governador.

Doses de reforço são essenciais para manter imunidade contra Covid-19

A cidade de São Paulo aplicou, até o último dia 7 de março, um total de 37.788.487 milhões de doses contra a Covid-19. Deste total, 24.147.410 de doses foram dentro do esquema básico de vacinação (composto pela primeira e segunda doses ou dose única, no caso da vacina da Janssen), e 13.638.252 foram de doses de reforço (1, 2 e 3) distribuídas entre as várias faixas etárias aptas a recebê-las.

A diferença entre os números do esquema básico e das doses de reforço mostra que muitos cidadãos ainda não voltaram às Unidades Básicas de Saúde (UBSs) para tomar o reforço da vacina.

Reforço é importante para manter imunidade contra a Covid-19

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) enfatiza a importância de tomar as doses de reforço sempre que estas forem liberadas para a respectiva faixa etária, e respeitado o prazo entre uma dose e outra, que é de quatro meses.

Um estudo com mais de 1.550 pessoas, realizado entre 2021 e 2022 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ligada ao Governo Federal, mostrou que algum tempo após a tomada das duas doses do esquema básico de vacinação acontece uma queda nos níveis de imunidade, que, no entanto, são rapidamente restabelecidos após a dose de reforço.

As doses de reforço possuem, portanto, uma enorme importância dentro do esquema vacinal contra a Covid-19, pois aumentam a imunidade ao longo do tempo, e também conferem proteção ao organismo para defesa em relação às diferentes variantes do coronavírus que estão em circulação.

Esquema vacinal na cidade de São Paulo

Atualmente em São Paulo a primeira dose do esquema vacinal contra a Covid-19 é aplicada a partir da faixa etária entre 6 meses e 2 anos, 11 meses e 29 dias. Para este público, o esquema vacinal com a Pfizer Baby é realizado em três doses, sendo a segunda dose quatro semanas (28 dias) após a primeira, e a terceira dose oito semanas (56 dias) após a segunda. Vale lembrar que a vacina pode ser administrada simultaneamente com as demais vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para o público infantil, segundo o Ministério da Saúde.

Já a primeira dose de reforço (1ªDR) está disponível para crianças acima de 3 anos que tomaram a última dose do esquema vacinal básico há pelo menos quatro meses; a segunda dose de reforço (2ªDR) pode ser tomada por toda a população acima de 18 anos de idade.

No dia 27 de fevereiro a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) iniciou também a vacinação com a Pfizer bivalente. O imunizante está disponível atualmente para todos os idosos acima de 60 anos de idade, além de pessoas acima de 12 anos com imunossupressão, indígenas, residentes em Instituições de Longa Permanência e funcionários destes estabelecimentos da cidade de São Paulo. Serão vacinadas as pessoas destes grupos prioritários que completaram o esquema básico ou que tenham uma ou duas doses de reforço, respeitando o intervalo de 4 meses da dose mais recente recebida. Até 7 de março, 362.903 pessoas haviam recebido a dose única da vacina bivalente.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Brasil abre 83,3 mil vagas com carteira assinada em janeiro

Dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, mostram a criação de 83.297 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro deste ano. No mesmo mês do ano passado, tinham sido criados 155.178 postos de trabalho, nos dados sem ajuste, que não consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura de emprego formal caiu em janeiro de 2023, por causa da desaceleração econômica e pelo fechamento de vagas temporárias no comércio. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Apesar da desaceleração em relação a janeiro do ano passado, houve melhora em relação a dezembro, quando haviam sido fechados 440.669 postos.

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 40.686 postos, seguido pela construção civil, com 38.965 postos a mais. Em terceiro lugar, vem a indústria (de transformação, de extração e de outros tipos) com a criação de 34.023 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na agropecuária, com a abertura de 23.147 postos. Somente o comércio, pressionado pelo fechamento de vagas temporárias típico do início de ano, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 53.524 vagas.

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 19.463 postos formais. A categoria de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 16.447 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 33.738 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 341 vagas.

As estatísticas do Caged, apresentadas em 2020, não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Três das cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em janeiro. O Sul liderou a abertura de vagas, com 32.169 postos a mais, seguido pelo Centro-Oeste, beneficiado pela safra de grãos, com 27.352 postos. Em seguida, vem o Sudeste, com 18.778 postos. O Nordeste fechou 133 postos de trabalho, e o Norte extinguiu 482 vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 16 registraram saldo positivo, e nove extinguiram vagas. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+18.663 postos), Santa Catarina (+15.727) e Mato Grosso (+13.715). As maiores variações negativas ocorreram no Ceará (-3.033 postos), Pará (-1.853) e Paraíba (-1.717). (Agencia Brasil)

Colheita da soja evolui de 17% para 30% na última semana no Paraná

A colheita da soja está evoluindo no Paraná. Em uma semana, o volume cresceu de 17% para 30% da área de 5,7 milhões de hectares, mas ainda é inferior à média das últimas safras que, neste período, tinham 50% da área colhida. A análise faz parte do Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 3 a 9 de março.

O documento, preparado pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), aponta que a produtividade da soja surpreende positivamente. Ainda assim, há preocupação com a incidência de doenças, o que exige mais aplicações de fungicidas, onerando a produção ou elevando a possibilidade de perdas onde o controle não estiver satisfatório.

O avanço da colheita da safra brasileira, combinado com os preços praticados internacionalmente e o dólar momentaneamente desfavorável ao produtor, reflete no valor pago ao sojicultor. Em fevereiro, ficou em R$ 158,14 por saca, na média. É o menor preço desde dezembro de 2021 e representa recuo de 3% em relação a janeiro e de 14% comparativamente a fevereiro de 2022.

Os produtores paranaenses poderão produzir aproximadamente 20,89 milhões de toneladas de soja nesta primeira safra 2022/2023. Esse volume, se confirmado, será o maior da história no Paraná.

O boletim analisa ainda a relação de preço entre milho de segunda safra e trigo, que concorrem pelo mesmo espaço no Paraná, ponderando sobre a necessidade de diferença de 70% a favor do trigo para que se torne mais vantajoso, em condições normais. Em fevereiro, a média de preço do trigo ficou em R$ 88,62 a saca, enquanto o milho foi cotado em R$ 75,26, uma diferença de 18%.

O trigo tem perdido espaço no Norte, Noroeste e Oeste do Estado. Para os produtores do Sul e do Sudoeste, a variável mais determinante é o clima. O frio mais intenso impede cultivo massivo da segunda safra de milho, permitindo que o plantio de trigo ganhe área.

Produtores e técnicos de campo estimam queda de produtividade do feijão devido ao excesso de chuvas e baixas temperaturas. No entanto, apesar das condições climáticas adversas, que pode resultar em quebra no volume, a qualidade do feijão colhido é boa.

O boletim informa ainda sobre Dia de Campo da pitaia, a ser realizado em 16 de março em Abatiá, no Norte Pioneiro. A fruta teve 209,6 toneladas comercializadas nas Ceasa do Paraná durante 2022, com R$ 2,8 milhões em negócios. As origens são, pela ordem, Santa Catarina, São Paulo e Paraná.

No caso do custo de produção do frango no Paraná, o boletim analisa os dados da Embrapa Suínos e Aves, que identificou queda de 3,61% em janeiro, em comparação com dezembro de 2022.

Na exportação nacional de ovos, o Agrostat Brasil/Mapa levantou que, em janeiro de 2023, atingiu 3.245 toneladas, volume 5,3% menor que no ano anterior. O Paraná é o segundo maior exportador, com venda de 549 toneladas em janeiro.

A queda atípica na captação de leite desde o final de 2022, devido às adversidades climáticas, sobretudo no Rio Grande do Sul, está elevando os preços. Em fevereiro, o produtor recebeu R$ 2,68 por litro de leite no Paraná, aumento de 4% sobre o mês anterior. No varejo, houve a mesma variação no leite longa vida, enquanto o queijo muçarela aumentou quase 13%. (AENPR)

Soja impulsiona em 20,6% a produção de grãos na safra 2022/23

A produção nacional de grãos na safra 2022/23 pode alcançar 309,9 milhões de toneladas. Quase metade desse volume vem das lavouras de soja, representando uma colheita em torno de 151,4 milhões de toneladas. Os dados são do 6º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado na quinta-feira (9) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Segundo a Conab, esse volume, se confirmado, representa um aumento de 20,6% acima ao registrado no período anterior, o que indica uma recuperação na produtividade das lavouras, que foram atingidas pelas condições climáticas adversas no período de 2021/22.

"A atual estimativa de produção da oleaginosa cresce se comparada com o ciclo passado, mas representa uma variação negativa de 1% em relação ao último anúncio da Conab devido à intensificação, em fevereiro, dos danos causados pela estiagem no Rio Grande do Sul. No entanto, essas perdas foram compensadas, em parte, pelos ganhos observados em Tocantins, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul", disse o presidente da companhia,

Foto/ Marcelo Camargo/ABr

Guilherme Ribeiro.

A Conab informa ainda que a colheita avança em todas as regiões produtoras, com percentuais abaixo na comparação com a safra 2021/22. O ritmo mais lento é explicado por causas específicas, entre elas, o excesso de chuvas, que dificulta o tráfego de máquinas nas lavouras e as precipitações durante a colheita.

O levantamento ressalta que, em algumas áreas, o plantio da soja foi realizado de forma tardia, como em determinados locais produtores de Goiás e do Matopiba (área que engloba os estados de Mato Grosso, do Tocantins, Piauí e da Bahia), enquanto que em outras regiões foi registrada ocorrência de temperatura mais baixa, o que trouxe impacto no desenvolvimento do grão, alongando o ciclo da cultura.

Esse atraso traz impactos na semeadura do milho 2ª safra, que já tem semeada 63,6% da área prevista para a cultura em todo o país. No mesmo período do ano passado, esse índice chegava próximo de 75%. Ainda assim, a companhia projeta um crescimento na produção de 11,3% podendo chegar a 95,6 milhões de toneladas.

"É importante destacar que semear o milho fora da janela ideal pode aumentar os riscos durante o desenvolvimento das lavouras, e não há garantia de como a cultura irá se desenvolver em condições climáticas adversas", diz a superintendente de Informações da Agropecuária da Conab, Candice Romero Santos.

Já na primeira safra do cereal, a colheita esperada é de aproximadamente 26,76 milhões de toneladas, 6,9% acima da safra 2021/22.

O algodão, outra importante cultura de 2ª safra, já está completamente semeado. Houve aumento de 4% na área, atingindo 1,66 milhão de hectares, informou a Conab. "Com isso, a expectativa é que a colheita da pluma atinja 2,78 milhões de toneladas. Para o arroz, a produção é estimada em 9,9 milhões de toneladas, 8,4% inferior ao volume produzido na safra passada devido à redução de área, aliada às condições climáticas adversas, sobretudo no Rio Grande do Sul, maior estado produtor. No caso do feijão, a Conab estima uma colheita de 2,92 milhões de toneladas, somando as três safras". (Agencia Brasil)

Secretário defende regulamentação de cashback para pobres por lei

Prevista nas duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso, a instituição de um sistema de cashback (devolução) de impostos para os mais pobres deve ser regulamentada por lei complementar. A afirmação é do secretário especial do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, que participou na quarta-feira (8) de audiência do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre o tema.

Ele defendeu que o cashback seja instituído por proposta de emenda à Constituição (PEC), mas que o detalhamento seja feito posteriormente, por meio de lei complementar. Pelas propostas, a isenção de tributos sobre os produtos da cesta básica acabaria. Em troca, seria feita uma devolução dos tributos que incidem sobre esses bens a famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Para o secretário, o modelo de cashback é eficiente na redistribuição de renda porque beneficia diretamente os mais pobres, enquanto o sistema atual de desoneração da cesta básica beneficia tanto contribuintes pobres quanto ricos. A decisão sobre como a devolução de recursos ocorreria, disse Appy, cabe aos políticos.

"O cashback tem que ser decidido politicamente pelo Parlamento, para quem você vai devolver o imposto. O Parlamento é quem vai calibrar. Pode decidir devolver para 30% ou para 70% da população. Isso depende de vocês, congressistas", declarou o secretário na audiência.

A definição do cashback por regulamentação provocou divergências entre os deputados. Relator da reforma tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse que o tema ainda não está definido e que, no momento, não é possível adiantar detalhes de como funcionaria o cashback para os mais pobres nem sobre a faixa que receberá a ajuda. "Quem será beneficiado é algo que será discutido profundamente por esse grupo", afirmou.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP), no entanto, defendeu que a PEC detalhe a devolução de recursos, em vez de apenas aprovar o princípio geral da ideia. "Não dá para deixar a regulamentação para uma lei complementar. Regulamentação de lei no Congresso Nacional às vezes leva anos e está sujeita a grupos de pressão", justificou.

Appy também apresentou sugestões sobre como ocorreria essa devolução. Segundo ele, o cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal, com o valor da compra e a inscrição no Cadastro Único sendo cruzados para autorizar a devolução.

O secretário citou o exemplo do Rio Grande do Sul, que implementou um sistema de devolução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2021 a famílias inscritas no Cadastro Único com renda de até três salários mínimos, por meio de um cartão de crédito.

Inicialmente, o governo gaúcho devolvia um valor fixo por família e agora começou a devolver por CPF, com base no cruzamento de dados entre o valor da compra e a situação cadastral da família. Em locais remotos, sem acesso à internet, Appy sugeriu um sistema de transferência direta de renda, complementar ao Bolsa Família. (Agencia Brasil)

IBGE reduz em 1,3% previsão de safra para este ano

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na quinta-feira (9) uma nova previsão para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em fevereiro deste ano, estimou produção de 298 milhões de toneladas este ano.

A previsão é 1,3% menor (ou 3,9 milhões de toneladas a menos) do que aquela estimada na pesquisa anterior, de janeiro. A redução deve-se principalmente à estiagem provocada pela La Niña, no Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor de grãos do país, de acordo com o IBGE.

Apesar disso, a safra deste ano deve ser 13,3% superior (34,9 milhões de toneladas a mais) à observada no ano passado.

O recuo de janeiro para fevereiro deve-se principalmente à redução das previsões nas safras de soja (-1,7% em relação a janeiro), arroz (-2,5%), milho 1ª safra (-2,5%) e milho 2ª safra (-0,4%).

Mesmo com os ajustes na previsão, esperam-se aumentos, em relação a 2022, nas safras de soja (21,3%), milho (10,2%) e algodão herbáceo (1,4%). "A safra de 298 milhões de toneladas é recorde na série histórica do IBGE. As produções de soja e de milho também são recorde na série histórica", afirma o pesquisador do instituto, Carlos Barradas.

Por outro lado, são esperadas quedas nas safras de lavouras como o arroz (-6%) e o trigo (-13,8%).

Em relação à área colhida, o IBGE estima crescimentos, em relação ao ano passado, nos cultivos de soja (4,8%), milho (4,1%) e algodão herbáceo (1,2%). São esperadas quedas nas áreas a serem colhidas nas lavouras de arroz (-5,8%) e de trigo (-2,8%). (Agencia Brasil)

Paraná busca novos investimentos em sustentabilidade em reunião com agência japonesa

O governador Carlos Massa Ratinho Junior se reuniu na quinta-feira (9), em Tóquio, com representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), para buscar novas parcerias para o Paraná nas áreas de sustentabilidade e energias renováveis. Entre os projetos que o Estado busca implantar com o apoio da agência japonesa estão os planos estaduais de hidrogênio verde, biogás, recursos hídricos, agricultura sustentável e ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

A JICA tem um longo histórico de cooperação com o Estado, inclusive com a doação de um radar Banda X que faz o monitoramento meteorológico na Região Metropolitana de Curitiba, além de outras parcerias com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil para a redução de risco de desastres.

Ratinho Junior destacou que a maior parte da matriz energética paranaense é composta por fontes renováveis, e que o Estado trabalha para fomentar ainda mais a geração de energia limpa. "O Paraná conta com a maior usina hidrelétrica do mundo, mas também tem investido em outras fontes renováveis de energia, com o apoio a produtores rurais para que instalem em suas propriedades usinas solares, de biogás e de biomassa", explicou.

"Mas queremos diversificar ainda mais a matriz energética do Estado com inovações como o hidrogênio verde e outras fontes que reduzam a emissão de gás carbônico. Nossas diretrizes estão alinhadas com o desenvolvimento sustentável", salientou o governador. "Somos referência mundial em sustentabilidade e reunimos todas as condições para ser referência nessa área não apenas com a produção energética, mas também na agricultura, no saneamento e em todos os setores da economia".

Um dos destaques nesse sentido é o fomento ao hidrogênio verde, explicou o secretário estadual do Planejamento, Guto Silva, que também compõe a comitiva paranaense no Japão. Segundo ele, o Paraná pode se tornar um polo no Brasil de produção do insumo, que é obtido sem a emissão de gás carbônico e é utilizado para alimentar maquinários pesados, indústrias e aviões.

"A JICA tem projetos históricos com o Paraná e agora viemos apresentar o que pretendemos para o futuro, tratando do plano do hidrogênio verde, de biogás, do novo plano hídrico estadual, para um uso sustentável da água, inclusive na agricultura, e também iniciativas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas", explicou Silva. "Tratamos desses projetos nessa reunião e agora vamos dar encaminhamento para ter acesso a recursos que vão beneficiar diretamente a população paranaense".

Recentemente, uma iniciativa da Sanepar, com participação da Copel, foi aprovada na Finep – agência de financiamento de pesquisas ligada ao governo federal – com o objetivo de criar um projeto-piloto que vai transformar resíduos das subestações da Sanepar em hidrogênio verde a ser convertido em eletricidade para automóveis. O Parque Tecnológico de Itaipu e a Copel, que abriu uma chamada pública para atrair projetos tecnológicos nessa área, também lideram pesquisas na área. (AENPR)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0013283-63.2018.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Bandeira Margarido Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EDUARDO MONACO, Brasileiro, Empresário, RG 13477027, CPF 047.758.328-83 que nos autos da ação de Cumprimento de sentença movida por parte de Euro Cred Fomento Mercantil Ltda, foram bloqueados valores via sistema Sisbajud e estando o executado em lugar ignorado, fica INTIMADO da penhora de fls. 322/329 e do prazo de cinco dias para impugnação, a fluir dos 20 dias supra. Sendo rejeitada ou não apresentada manifestação, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de termo, consumando-se a transferência dos valores. Será o presente, afixado e publicado, nos termos da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de janeiro de 2023. 09 e 10 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1026728-57.2020.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Daniel Del Fiore, Milene Del Fiore, Paulo Del Fiore, Erika Chaves de Deus Rodrigues Del Fiore, José Julio do Espirito Santo, Walkyrria Guimarães Garotti e Edifício Izabela, por meio de sua síndica, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Francisco Pecoraro Neto e Lilian Israel Pecoraro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Al ves Guimarães, nº 139, apto. 12, Jardim América, São Paulo-SP, CEP 05410-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J - 09 e 10/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1016689-40.2016.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ronnie Herbert Barros Soares,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Wagner Solano, CPF: 933.136.918-20, RG: 7260699, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Raquel Gomes de Oliveira, CPF: 350.381.048-00, RG: 369041720, objetivando a cobrança de R$ 42.355,89 fev/16), referente ao cheque ST-001649, c/c 28345-7, ag. 3756, Banco Itau. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescida(s) dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue(m) ou reconheça(m) o crédito do(a)(s) exequente(s),comprovando-se o depósito de 30%do valor da execução, inclusive custas e honorários,podendo requerer que o pagamento seja feito em 6 parcelas mensais,acrescidas de correção monetária e juros de 1%(um por cento)ao mês,sob pena de penhora e avaliação de bens.Decorridos os prazos acima consignados, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de janeiro de 2023. |09,10|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1107894-77.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). TONIA YUKA KOROKU, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Guilherme Martins Pereira e Fabiano dos Santps Fortes, CPF: 02573116964, RG: 4028002, CPF: 08636266963, RG: 5531474, que lhe foi proposta Procedimento Comum Cível por parte de David Rene Volovici, CPF: 26434263805, RG: 26582137-X, objetivando, em síntese, devolução dos valores pagos com a devida rescisão do contrato pela não entrega do imóvel descrito na inicial, computando multa e danos morais no importe de 10% do valor do contrato R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J - 10 e 11/03

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 21/03/2023 - A partir das: 15:00 as 15:15 horas
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS, COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDOU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595 e 11-2791-2274, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED: 1373 - Contrato: 118644140054 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI– CHP
DEVEDOR(ES): IZILDA DE ANDRADE, BRASILEIRA, ADMINISTRADORA DISTRITAL, RG. Nº 5.384.454-3-SP, CPF: 669.717.728-49, SOLTEIRA, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver E MARIA BERNADETE DE ANDRADE, BRASILEIRA, SECRETÁRIA, RG. Nº 7.351.047-6-SP, CPF: 012.283.878-50, SOLTEIRA, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver. Imóvel sito à: RUA NICOLAU TOLENTINO DE ALMEIDA, Nº 61, APARTAMENTO Nº 12, LOCALIZADO NO 1º ANDAR OU 2º PAVIMENTO DO EDIFICIO TIPO I DO BLOCO G DO CONJUNTO RESIDENCIAL PORTAL DA CASA VERDE, SITUADO À AVENIDA PARADA PINTO, Nº 517, AVENIDA GENERAL PENHA BRASIL, Nº 78, RUA NICOLAU TOLENTINO, Nº 61 E RUAS OLIVEIRA MARTINS E GOMES LEAL, NO 48º SUBDISTRITO VILA NOVA CACHOEIRINHA, SÃO PAULO/SP. Contendo a área privativa de 51,50 metros quadrados, área comum interna de 9,06 metros quadrados, área comum externa (inclusive uma vaga indeterminada no estacionamento do conjunto) de 44,638 metros quadrados, área total de 105,198 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,146617%. COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

São Paulo, 01 de março de 2023
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial

01, 10 e 21/03/2023

2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri. A Dra Daniela Nudeliman Guiguet Leal, Juiza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Barueri, na forma da lei, etc. EDITAL de Leilão Judicial de Bens Arrecadados e Avaliados nos autos da Falência de **SANDRO AGRO PASTORIL LTDA**, e de Intimação da falida, dos credores declarados e habilitados nos respectivos autos e credor hipotecário Banco do estado de São Paulo (atual Santander). A **Dr** Daniela Nudeliman Guiguet Leal , Juiza de Direito da2ª Vara Cível da Comarca de Barueri, na forma da lei, etc. Faz Saber, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam se os autos nº **0010913-66.2002.8.26.0068 (068.01.2002.010913-2 – ordem nº 2726/02)** , relativamente à Falência de **SANDRO AGRO PASTORIL**, tendo sido designado leilão público eletrônico dos bens abaixo descrito, com base no Provimento 1625/2009, e nos moldes do art. 142, §3º-A, I, II e III (Lei 14.112/20), que **será realizado em três etapas**, quais sejam: a **1ª Praça** terá **início** no dia **20/03/2023, às 8h00**, e se estenderá por oito horas no sitio eletrônico www.faroonline.com.br, com **encerramento no dia 20/03/2023 às 16 horas** , oportunidade em que o bem será entregue a quem mais der em valor igual ou superior a 100% da avaliação, e, **em não havendo licitantes, abrir-se-á** a **2ª Praça** imediatamente após o encerramento da 1ª, na modalidade on-line, **encerrando-se no dia 11/04/2023 às 14h30**, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, desde que o valor do lance não seja inferior a 50% da avaliação, e, **em não havendo licitantes, abrir-se-á a 3ª Praça** imediatamente após o encerramento da 2ª, na modalidade on-line, **encerrando-se no dia 11/05/2023 às 14h30**, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, **ficando neste caso condicionado à apreciação do MM. Juiz da causa**.Os interessados em participar do leilao eletrônico, devem efetuar o cadastro prévio no site www.faroonline.com.br. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Ronaldo Sérgio M. R. Faro, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 191, a quem será devida pelo arrematante a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance. **LOTE UNICO**; IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA FERNANDO OSORIO 5.179, PELOTAS; Um terreno situado no lugar denominado Terras altas, zona urbana da cidade de Pelotas, de forma irregular, medindo nove metros (9m00) de frente leste pela Avenida Fernando Osório, conservando essa largura até a extensão de cem metros (100m00); alarga para sessenta e sete metros (67m00), sendo vinte e cinco metros (25m00) no sentido norte/sul e trinta e três metros (33m00) no sentido sul/norte, numa extensão de novecentos metros (900m00) pela face norte; nos fundos a oeste possui a largura de sessenta e sete metros (67m00) e entesta com a Companhia Swift do Brasil S.A; linda ao norte com o imóvel de Erno Schwartz e a Sucessão de Felipe Max e ao sul com propriedade de Pawlo Pawlenco e Gustavo Kabke; localizado entre os prédios números 5.147 e 5.193 da Avenida Fernando Osório e cadastrado sob o número 5.179 da referida Avenida Fernando Osório na Prefeitura Municipal de Pelotas. Sobre o referido terreno foi edificado um prédio de alvenaria com área de 1.285,00 m², conforme Av4-4.729. No auto de arrecadação, consta a existência de área construída de aproximadamente 2.237 m². O referido imóvel será vendido com todas as benfeitorias e equipamentos existentes no local. Imóvel registrado no Registro de Imoveis da 1ª Zona de Pelotas, matricula nº 4.729. – **Avaliação: $ 5.000.000,00para março de 2020. Valor da Avaliação Atualizado para Dezembro de 2022: R$ 6.088.500,50**. Onus : Hipoteca em favor de Multital Fomento Comercial Ltda, processo nº 2201380542 – 5ª Vara Cível de Pelotas, conforme R.10-4.729 e Averbação de arrecadação nos autos do processo nº 00109136620028260068, 2ª Vara Cível, Barueri, São Paulo.O imóvel será vendido livre de quaisquer ônus. **PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no site www.bb.com.br. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta não seja menor que 50% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente da multa de 10% sobre a parcela inadimplida somada as parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado**. O comprador pagará o produto da arrematação mais 5% de comissão ao leiloeiro de acordo com a Lei, a ser depositada nos autos., não se incluindo no valor do lance.. E para que produza os seus jurídicos efeitos de direito, é expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Estado e afixado por extrato, no lugar de costume, na forma da lei.

Anuncie aqui:
ATAS / BALANÇOS
EDITAIS / LEILÕES
opec@jornalodiasp.com.br
3258-1822
www.jornalodiasp.com.br

Condomínio Edifício Itália
CNPJ nº 54.069.489/0001-87
Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária – Em cumprimento ao disposto nos artigos 31º, 33º 34º e 35º da Convenção de Condomínio do Edifício Itália, vimos convocar os Senhores Condôminos para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no Salão de Festas do Circolo Italiano San Paolo, localizado no 1º andar, situado na Avenida São Luis, 50, no próximo dia 29 de Março de 2023, às 08:30 horas, em primeira convocação com a maioria dos votos condominiais segundo o Artigo 36 da Convenção ou às 09:30 horas em segunda convocação com qualquer número, a fim de discutir e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Exame e aprovação das contas do condomínio do exercício de 2022; b) Eleição de membros do Conselho Consultivo e Suplentes, com mandato para 1 (um) ano, todos com direito a voto nas reuniões de Conselho; c) Exame e aprovação da previsão orçamentária para o exercício de 2023, bem como da remuneração do Sr. Síndico; d) Exame e aprovação de serviços extras previstos para o exercício de 2023; e) Eventuais outros assuntos. Lembramos aos Srs. Condôminos que de acordo com o Artigo 36º, § Único da Convenção e Artigo 1335, Inciso III do Código Civil Brasileiro, não poderão tomar parte nas Assembleias Gerais, condôminos que estiverem inadimplentes com suas obrigações e que em conformidade com o Artigo 41º da Convenção, o Condômino poderá fazer-se representar por procurador devidamente credenciado. Tratando-se de assunto de relevante importância, insistimos na presença de todos. São Paulo, 14 de Março de 2023. Condomínio Edifício Itália – José Arnone Filho – Síndico.

Ernst & Young Assessoria e Participações Ltda. Em Liquidação

CNPJ/ME nº 02.903.966/0001-64 - NIRE 35.226.603.996

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Pelo presente, ficam convocados os sócios da **Ernst & Young Assessoria e Participações Ltda. - Em Liquidação** ("**Sociedade**") para participarem da Reunião de Sócios a ser realizadano dia 24 de março de 2023, às 10h00, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04598-132, a fim de deliberarem sobre as matérias objeto da seguinte Ordem do Dia, a serem consubstanciadas em ata, a saber: **(i)** a aprovação do relatório e contas finais da liquidação, apresentado pelo liquidante na forma do artigo 1.103, VIII, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"); **(ii)** a destinação do ativo remanescente da Sociedade, conforme aplicável; **(iii)** o encerramento do processo de liquidação da Sociedade, com a sua consequente extinção, conforme previsto no artigo 1.109, do Código Civil; e **(iv)** a guarda dos livros da Sociedade. São Paulo, 8 de março de 2023. **Fernando Garcia de Castro**

LIGA DESPORTIVA DE AUTOMOBILISMO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na qualidade de Associados da LIGA DESPORTIVA DE AUTOMOBILISMO, representando 1/5 (um quinto) do quadro de associados, nos termos do artigo 13º, parágrafo primeiro do Estatuto Social, convocamos os associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, em 19 de março de 2023, situada na Avenida Nossa Senhora do Sabará n. 5.267, em Vila Emir, São Paulo / Capital, às 9h30, com 2/3 dos associados presentes em primeira convocação, e às 10h00 com o número de associados presentes, em segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **ORDEM DO DIA:** 1. Reforma parcial do Estatuto Social para alteração da redação da alínea *a* do artigo 13º; 2. Ratificação da eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o quadriênio Fev. 2023/Fev. 2027 ocorridas em Assembleia Geral Extraordinária de 23.02.2023; 2.1. Em razão da ratificação das eleições, faculta-se a eventuais interessados a apresentação de chapas para o preenchimento de cargos diretivos e do Conselho Fiscal concorrendo em eleições diretas com a chapa já apresentada, sendo que a não apresentação de novas chapas e/ou candidatos, ensejará a ratificação dos nomes dos eleitos em 23.02.23. 3. Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; 4. Assuntos Gerais. São Paulo, aos 09 de março de 2023. Marcelo Guedes, Armando Ricardo Guedes, Carlos Eduardo Harmel, João Ricardo Harmel, Edgard Neves Clausell, Alessandra Cristina Perez, Eduardo Bruno Arábia, Nilton Moro da Costa, Alex Gonçalves.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1090023-05.2019.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Wesley Jean Gonçalves de Arandas ME e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1090023-05.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Jae Hwa An, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Wesley Jean Gonçalves de Arandas (CNPJ. 10.533.676/0001-02) e Wesley Jean Gonçalves de Arandas (CPF. 390.270.938-30), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 319.764,11 (março de 2020), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças documento nº 12092634. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1069966-58.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: MERCADINHO FLAMO EIRELI - ME. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1069966-58.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MERCADINHO FLAMO EIRELI - ME, CNPJ 65.979.817/0001-07, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, objetivando a quantia de R$ 19.691,05 (setembro de 2022), representada pelos Instrumentos de Protesto, notas fiscais, bem como canhotos de entrega, decorrente da industrialização e comercialização de bebidas . Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1008878-41.2021.8.26.0007**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Atos Unilaterais. Requerente: Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.a. Requerido: Jaqueline Jesus dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008878-41.2021.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JAQUELINE JESUS DOS SANTOS, CPF 45669006810, com endereço à Rua Saturnino de Sousa, 441, Casa 02, Vila Nhocune, CEP 03561-090, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.a., alegando em síntese: que devido a instabilidade no sistema de pagamentos PIX, foi gerado estorno de valores em dobro na conta do réu junto ao banco autor. Informa que o valor depositado a maior não foi restituído. Requereu a condenação do réu ao pagamento do valor indicado na inicial, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0005244-15.2021.8.26.0020**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Causas Supervenientes à Sentença. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital e Maternidade São Camilo - Santana. Executado: Espólio de Sonia Oliveira Morgato e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005244-15.2021.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO DE OLIVEIRA CARVALHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) WILSON RIBEIRO MARINO, Brasileiro, Solteiro, Operador de Telemarketing, RG 304009027, CPF 324.869.918-32, com endereço à Rua Pedro Goncalves Varejao, 19, Jardim Mimar, CEP 03986-170, São Paulo - SP e ESPÓLIO DE SÔNIA OLIVEIRA MORGATO, representada pela inventariante Janaina Oliveira de Amaral (CPF. 172.978.688-09), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Santana, foi julgada procedente, condenando-os ao pagamento da quantia de R$ 22.215,33 (outubro de 2021). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de junho de 2022. 10 e 11 / 03 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1138134-25.2016.8.26.0100**. Classe – Assunto: Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional). Requerente: Agnelo Durães Filho e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1138134-25.2016.8.26.0100 (U-1551). A Dra. Juliana Forster Fulfaro, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Manoel Pereira dos Santos, Rutineia Nunes de Moura, Mara Michele Nunes de Moura, Andressa Ariane Nunes de Moura, João Nogueira Cabral, Marcio Reis Cabral, Daniela Cabral dos Santos, Jaqueline dos Reis Cabral, Adevanir Martins de Oliveira e s/m. Aparecida Brito e Oliveira, Paulo Leite Mascarenhas e s/m Sara de Carvalho Mascarenhas, Luciana Luiza da Silva Artilleiro, José Emiliano de Araújo e s/m. Maria Gouveia Emiliano, Manoel Pereira dos Santos e s/m. Wilma Maria Pereira dos Santos, Benjamim Pereira da Silva Filho, Laura da Silva Alves, Antonio dos Reis e Espólio de Celso Ayres Monteiro na pessoa da inventariante Maria de Lourdes Teixeira Monteiro, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Agnelo Durães Filho e Iracene Lisboa de Brito ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Manuel Alves da Rocha, nº 387, Limoeiro, São Miguel Paulista, São Paulo-SP, com área de 150,00 m², contribuinte nº 140.056.0074-2, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 23 de janeiro de 2023. 09 e 10 / 03 / 23

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 31/03/2023 - A partir das: 11:00 as 11:15 horas
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS COD. 2887 - NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDOU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas à comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED: 1234 - Contrato: 113684120755 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI– CHP
DEVEDOR(ES): MARISA ARRUDA, BRASILEIRA, ASSISTENTE DE MARKETING, RG. Nº 10.246.883-SP, CPF: 003.736.548-71, SOLTEIRA, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver. Imóvel sito à RUA FRANKLIN DO AMARAL, Nº 1051, APARTAMENTO Nº 01, LOCALIZADO NO ANDAR TÉRREO DO EDIFICIO TULIPA, BLOCO B, INTEGRANTE DO RESIDENCIAL ALTOS DE SANTANA E UMA VAGA INDETERMINADA E INDIVIDUAL, SUJEITA AO AUXILIO DE MANOBRISTA, LOCALIZADA NO PAVIMENTO TÉRREO DO RESIDENCIAL ALTOS DE SANTANA, 8º SUBDISTRITO SANTANA, SÃO PAULO/SP. Apartamento contendo a área útil ou privativa de 42,60 metros quadrados, área comum de 33,261 metros quadrados, área total de 75,861 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal do terreno de 0,8197%. Vaga contendo a área útil e total de 17,132 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de terreno de 0,0824%. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 1.278.858,54
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 229.000,00
São Paulo, 10 de março de 2023
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial

10/03, 21/03 e 31/03/2023

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Santo Elias, nº 427-sala 04- Parque São Jorge, São Paulo, CEP: 03086-050
CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDSEMP/SP Rua Santo Elias, nº 427 - sala 04 - Parque São Jorge, São Paulo, CEP: 03086-050 CONVOCAÇÃO O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo- SINDSEMP/ SP, associação sindical em primeiro grau unicitária, com sede no endereço acima, inscrito no C.N.P.J./MF. nº68.970.888/0001-29 e no 5º Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo (SP), convoca a Categoria Profissional dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, ativos e inativos, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Rua Santo Elias, nº 427 - sala 04 - Parque São Jorge, São Paulo- SP, no dia 13/03/2023, às 12h30min, em 1ª convocação e às 13h00min, em 2ª convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I- Autorização de auxílio financeiro para a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, II- Autorização para contratação de serviços de adequação a Lei Geral de Proteção de Dados para o SINDSEMP-SP. São Paulo, 08 de março de 2022. Anselmo Deniz Campos Junior - Presidente.

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 31/03/2023 - A partir das: 11:00 as 11:15 horas
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS COD. 2887 - NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARD

Sarfaty Securitizadora S/A

CNPJ/MF: 24.765.839/0001-89

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05/12/2022

Aos 05/12/2022, às 10h, na sede com a presença de todos os acionistas. Assumiu a Presidência desta assembleia, Alberto Elie Sarfaty, que convidou a mim, Debora Previatti de Pardo Soares, para secretariar esta assembleia, o qual aceitei. **Deliberações: 1.** Deliberar e aprovar o remanejamento das debêntures da 1ª e 2ª séries da 4ª emissão privada de debêntures; **2.** Aprovar os termos do 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP.** Certifico o registro sob o nº 86.092/23-6 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Sarfaty Securitizadora S/A

CNPJ/MF: 24.765.839/0001-89

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 20/01/2023

Aos 20/01/2023, às 10h, na sede com a presença de todos os acionistas. Assumiu a Presidência desta assembleia, Alberto Elie Sarfaty, que convidou a mim, Debora Previatti de Pardo Soares, para secretariar esta assembleia, o qual aceitei. **Deliberações: 1.** Deliberar e aprovar a proposta da Diretoria da Sociedade que tem por objeto a realização de uma emissão privada de 100.000 debêntures simples no montante total de R$ 100.000.000,00 em 4 séries; **2.** Aprovar a fixação das características das debêntures a serem emitidas; **3.** Autorizar a Diretoria a celebrar a respectiva Escritura de Emissão Privada de Debêntures. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP.** Certifico o registro sob o nº 85.077/23-9 em 28/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TIR Participações Imobiliárias Ltda.

CNPJ/MF nº 20.855.845/0001-76 - NIRE 35.228.602.270

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Pelo presente instrumento, ficam convocados os sócios da **TIR Participações Imobiliárias Ltda.** ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios a realizar-se na sede social, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 01, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 11 (onze) horas do dia 17 de março de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) aprovar** a destituição do Sr. **Lincoln Dias Janota Antunes,** brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 17.277.718-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.439.828-60, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Wellington Barbosa Martins, nº 99, Chácara Malota, CEP 13211-500 ("Sr. Lincoln"), do cargo de administrador da Sociedade; **(b) consignar** que, em decorrência da deliberação acima, os sócios da Sociedade deverão celebrar instrumento particular de alteração do Contrato Social da Sociedade, de modo a prever que a administração da Sociedade será exercida pelos seguintes administradores: **(i) Washington Dias Janota Antunes,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, RG nº 17.277.719-7 SSP/SP, CPF/MF nº 079.439.838-31, residente e domiciliado na Rua Professor Orlando Vicente D'angieri, 81, Chácara Malota, Jundiaí (SP), CEP: 13211-540; **(ii) Daniela Dias Janota Antunes Guerini,** brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, RG nº 17.277.720-3 SSP/SP, CPF/MF nº 169.422.978-52, residente e domiciliada na Alameda das Sapucaias, 2065, Condomínio Quinta da Baronesa, Bragança Paulista (SP), CEP: 12918-020; e **(iii) Silvely Maria Janota Antunes,** brasileira, diretora administrativa, viúva, RG nº 1.704.064-4 SSP/SP, CPF/MF nº 009.336.158-09, residente e domiciliada na Rua Carlos Weber, nº 790, apartamento 132, São Paulo (SP), CEP 05303-000; e **(c) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Sociedade a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. Cajamar, 07 de março de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Administradores da Sociedade.*

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1036548-13.2014.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Francisco dos Santos, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Verônica Conceição Araujo, ILDA ALVES ARAUJO, José Costa de Azevedo Martins, ANTONIO CORREIA DOS SANTOS, Albino Vieira, Priscila Silva dos Santos e Ilda Mendes Cosme Martins ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua João Ramalho e Avenida Sumaré s/nº, Quadra 2, CEP:05008-000, Perdizes, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.|09,10|

Omni - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ/ME Nº 07.867.733/0001-77 - NIRE 35.3.0032884-1

Assembleia Geral Extraordinária de 10/03/2023.

Instalação: 10/03/2023, às 09 horas, na sede social: Av. São Gabriel, 555, 6º andar, conj. 611, São Paulo/SP, CEP 01435-001. **Presença:** Os acionistas representando a totalidade das ações da Companhia. **Convocação**: Dispensada. **Mesa**: Érico Sodré Quirino Ferreira, Presidente e José Tadeu da Silva, Secretário. **Deliberações:** Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia em R$ 9.482.159,50, passando de R$ 11.482.159,50 para R$ 2.000.000,00 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da sociedade.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.1 do termo de securitização da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos 17 de março de 2023, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Autorizar ou não, que o Índice de Cobertura da Cessão Fiduciária seja fixado no montante mínimo de 100% (cento por cento) do valor da próxima PMT devida pela Devedora à Emissora, exclusivamente, quando for composto pelo Cash Collateral, ou de no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do valor da próxima PMT devida, quando for composto por Direitos Creditórios Cedidos, sendo certo, que os valores deverão permanecer devidamente depositados na Conta Vinculada, até a data do efetivo pagamento da próxima PMT; (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação do item acima, se aprovado. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 09 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME Nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos **29 de março de 2023, às 11h00min,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) conceder ou não, *waiver* para o descumprimento do Índice Financeiro da Emitente, em relação a "Dívida Líquida"/"Tonelada de Cana Moída", referente à apuração que será realizada com base nas medições elaboradas exclusivamente pela Emitente e informadas a Emissora, referente ao exercício a ser encerrado em março de 2023, conforme solicitado pela própria Emitente através do envio de solicitação de *waiver*, recebida por esta Emissora em 02 de março de 2023, onde restou elucidado que na safra de 2021 e 2022, o setor sucroalcooleiro sofreu dificuldades diante de eventos de seca histórica, geadas e incêndios, que prejudicaram o desempenho das usinas (os detalhes do comunicado enviado poderão ser consultados na instrução de voto ou na AEI); (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar que o índice financeiro a ser observado para a Dívida Líquida/Tonelada de Cana Moída, deverá equivaler aos importes entre <= R$ 120,00 e R$122,00, mantendo-se os demais *covenants* inalterados, nos termos da cláusula 7.2, item (xxxii); e (iii) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 09 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014533-60.2018.8.26.0348. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Mauá, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Soares, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **MAGNO ANTONIO SANTOS DA SILVA**, Brasileiro, CPF 327.729.958-95, que por este Juízo tramita a ação de Cumprimento de sentença movida por **BRASTERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** e **PERALTA INVESTIMENTOS PARTICIPAÇÕES S/C LTDA**. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 95.333,51 (JAN/2023)**, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Na hipótese de revelia será dado vista ao curador especial para apresentação da defesa que entender pertinente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Mauá, aos 27/fevereiro/23.

Palalua-GSI Holding Participações S.A.

CNPJ nº 35.184.838/0001-67

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	**31/12/2021**
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	–
Contas a receber de clientes	–
Estoques	–
Impostos e contribuições a recuperar	–
Adiantamentos a fornecedores e outros ativos	10.000,00
Total do ativo circulante	**10.000,00**
Não circulante	
Investimentos	18.032.978,30
Imobilizado	8.895,59
Total do ativo não circulante	**18.041.873,89**
Total do ativo	**18.051.873,89**

Passivo	**31/12/2021**
Circulante	
Fornecedores	2.848,60
Impostos e contribuições e recolher	28,40
Salários e encargos sociais	–
Adiantamento de clientes	–
Partes Relacionadas	5.676.102,14
Total do passivo circulante	**5.678.979,14**
Não circulante	
Impostos e contribuições e recolher LP	–
Total do passivo não circulante	–
Patrimônio líquido	
Capital social	10.612.243,00
Adiantamento para aumento futuro capital	–
Lucros acumulados	(277.080,70)
Resultado do período	2.037.732,45
Total do patrimônio líquido	**12.372.894,75**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**18.051.873,89**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	**31/12/2021**
Receita líquida	–
Custo dos serviços prestados	–
Lucro bruto	–
Despesas administrativas	(126.653)
Resultado de equivalência patrimonial	2.162.914
Outras despesas operacionais, líquidas	3.718
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**2.039.979**
Despesas financeiras, líquida	(2.247)
Lucro (prejuízo) antes do IR/CS	**(2.247)**
Imposto de renda e contribuição social	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**2.037.732**

DIRETORIA

Antonio Luiz Junqueira de Almeida - Diretor
Roberto Sobreira de Oliveira - Contador CRC: 1SP195.425/O-3

OPALUS A013.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 44.570.423/0001-12 - NIRE 35.300.58239-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos 06/12/2021, as 10 horas, na rua Paes Leme, nº 215, sala 1410, na cidade de São Paulo/SP, reuniram-se os subscritores da totalidade do capital social da **Opalus A013.21 Participações S.A**., conforme se constatou pelas assinaturas na lista de presença e no boletim de subscrição. **Mesa e Convocação:** Escolhido por unanimidade, assumiu a Presidência dos trabalhos a sra. **Graziela Marques Conde**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP, e CPF/ME nº 231.345.468-17, com escritório profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro Cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011 que convidou a mim, **Antonia Ivanete Paula Gurgel,** brasileira, solteira, contadora, RG nº 58.694.039-X, e CPF/MF nº 044.614.194-10, com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011, para secretaria. Dispensada a convocação previa consoante o disposto no §4º do art. 124 da Lei 6.404/76. **Pauta: (i)** Aprovar a constituição da **Opalus A013.21 Participações S.A**. ("companhia"); **(ii)** Aprovar o Capital Social Inicial; **(iii)** Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia; **(iv)** Eleger a Diretoria da Companhia; e **(v)** Deliberar acerca da remuneração dos Diretores da Companhia. **Deliberações**: Após exame e discussão, foi deliberada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições **(i)** a Constituição da Companhia, declarando o senhor Presidente constituída a Companhia a partir deste momento; **(ii)** o Capital Social Inicial da Companhia no montante de R$500,00 em moeda corrente do pais, dividido em 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados R$50,00 neste ato, em moeda corrente nacional, sendo R$25,00 integralizados pela **Stigma Holdings Participaçoes Ltda.**, devidamente inscrita no CNPJ/ME nº 35.152.346/0001-90, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE nº 35235664773, com sede a rua Amaro Cavalheiro, 347, sala 1410 B, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011, neste ato representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, acima qualificada, e R$25,00 integralizados por **Kappa Holdings Participaçoes Ltda.**, devidamente inscrita no CNPJ/ME nº 35.144.957/0001-96, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE nº 35235663955, com sede a rua Amaro Cavalheiro, 347, sala 1410 A, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011, neste ato representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, já qualificada tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo II da Ata a que se refere a presente Assembleia de Constituição, de forma que os R$ 450,00 remanescentes do capital social serão integralizados no prazo de 24 meses a contar desta data; **(iii)** a aprovação do projeto do Instituto Social da Companhia, a reger-se segundo Estatuto Social cuja redação consolidada passa a constituir o anexo I da Ata a que se refere a presente Assembleia de Constituição; **(iv)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária, passando a Companhia a ter os seguintes Diretores, sem designação especifica: **(a) Antonia Ivanete Paula Gurgel,** brasileira, solteira, contadora, RG nº 58.694.039-X, e CPF/MF nº 044.614.194-10, com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011; e **(b) Graziela Marques Conde** brasileira, solteira, advogada, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP, e CPF/ME nº 231.345.468-17, com escritório profissional na cidade de São Paulo/SP, na rua Amaro Cavalheiro, nº 347, sala 1410, Pinheiros, CEP 05425-011. Os diretores declaram estarem totalmente desimpedidos, nos termos do artigo 147 da lei Sociedade por Ações, para o exercício de suas funções, em especial sob as penas da lei que não estão impedidos por lei de exercerem a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé publica ou a propriedade; e **(v)** aceitar a renuncia dos diretores ao recebimento de remuneração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 06/12/2021. **Jucesp** NIRE nº 35.300.582.390 em sessão de 13/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** Opalus A013.21 Participações S.A. é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe foram aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na rua Paes Leme, 215, sala 1410, Caixa Postal CP/EP A013.21N, Pinheiros, CEP 05424-150, podendo abrir filiais, agencias ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como socia ou acionista, no país ou exterior ("holding"). **Artigo 4º** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital: Artigo 5º** O Capital Social é de R$500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º** cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º** Mediante aprovação de acionistas representado a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as proprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliena-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **§1º** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidara, dentre os diretores ou acionista presentes, o secretario dos trabalhos. **§2º** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando o voto em branco. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 7º** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta de 02 a 05 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pelas Assembleia geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos. **§1º** Os diretores ficam dispensados de prestar calção e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretos, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representa-la perante terceiros, em juízo ou fora dele e perante qualquer autoridade publica e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exerce os poderes normais de gerencia, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de credito; emitir e endossar cheque; abrir, operar, encerrar contas bancarias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte bens moveis ou imóveis. **Artigo 10** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a pratica de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação ás procurações "*ad judicia*", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§Único** Dependerão de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11** Compete á Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 12** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 e, no máximo 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§Único** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais: Artigo 13** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31/12 de cada ano. Quando do encerramento no exercício social, a Companhia preparara um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 14** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinas em lei. **Artigo 15** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2%. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unanime, em Assembleia Geral pela distribuição de um percentual maior. **Artigo 17** A Companhia entrara em liquidação nos casos previstos me lei ou por deliberação da Assembleia Geral com o quórum de acionistas representando a maioria do Capital Social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegera os liquidamente e fixara a sua remuneração. **Artigo 18** Qualquer ação entro os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro Comarca de São Paulo/SP. Advogada - Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição - OAB/SP: 336.776.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/ME nº 03.767.538/0001-14 - NIRE 35.300.177.401

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam os Senhores titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) Série da 1ª (primeira) Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda("CNPJ/MF") sob o nº 03.767.538/0001-14 ("Securitizadora" e "CRA", respectivamente) em circulação (em conjunto, "Titulares dos CRA") objeto do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio*", celebrado em 13 de outubro de 2015 entre a Securitizadora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos Titulares dos CRA ("Agente Fiduciário"), conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), convocados para reunirem-se para a Sétima Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de junho de 2023, às 10:30 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*. nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). Considerando que: (i) em 03 de dezembro de 2021 foi constituída a BTG Pactual Commodities (CH) S.A. (atual denominação da Engelhart CTP GNO (Switzerland) S.A.), sociedade por ações constituída conforme as leis da Suíça, com sede na Route de Pré-Bois 29, 1215, Meyrin, Suíça ("BTG Commodities"), com 100% de seu capital social detido pela Engelhart CTP Holding (UK) Limited, sociedade por ações constituída conforme as leis da Inglaterra e do País de Gales, com sede na Berkeley Square House, 4-19, London ("ECTP Holding UK"); (ii) em 03 de janeiro de 2022, a ECTP Holding UK transferiu a totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da BTG Commodities para a BTG Pactual Holdco LUX S.A. (atual denominação da Engelhart CTP Group S.A.), sociedade por ações incorporada e registrada sob as leis de Luxemburgo, com sede no nº 13-15 da Avenue de La Liberté, L-1931, Luxemburgo, subsidiária da empresa BTG Pactual Holding International S.A., sociedade por ações constituída conforme as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.306.294/0001-45, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; e (iii) a partir de 03 de janeiro de 2022, a Engelhart CTP (Switzerland) S.A., sociedade constituída conforme as leis da Suíça, com sede na Route de Pré-Bois 29, World Trade Center III, 1216, Cointrin, Suíça ("ECTP Switzerland"), transferiu a totalidade dos seus negócios e operações relacionadas aos Produtos (conforme definido no Termo de Securitização) para a BTG Commodities ("Operação Societária"). Diante do exposto, em atenção à solicitação encaminhada pela Engelhart CTP (Brasil) S.A. à Securitizadora, em 06 de março de 2023, os Titulares dos CRA deverão deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (i) a aprovação, ou não, da assunção dos direitos e das obrigações assumidas pela ECTP Switzerland no Contrato de Compra e Venda (conforme definido no Termo de Securitização), como devedora dos CRA e obrigada a pagar o Valor de Referência (conforme definido no Termo de Securitização), pela BTG Commodities, tendo em vista a Operação Societária e que as duas sociedades fazem parte do mesmo grupo econômico, bem como a consequente substituição da ECTP Switzerland pela BTG Commodities como Interveniente Anuente do Termo de Securitização; (ii) a autorização à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, bem como a seus representantes devidamente constituídos, a praticar e celebrar todos e quaisquer atos e documentos necessários para a consecução do item acima, caso aprovado, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamento ao Termo de Securitização, ao Contrato de Cessão e aos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), retificações eventualmente necessárias, notificações, instrumentos particulares ou públicos, procurações, aprovações e eventuais procedimentos a serem realizados perante terceiros. Será admitido o uso da instrução de voto à distância ("Instrução de Voto"), que deverá ser encaminhado à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data da Assembleia. O modelo da Instrução de Voto está disponível no site da Securitizadora. Os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos de representação, descritos a seguir, preferencialmente, em até 5 (cinco) dias úteis antes da assembleia, para que recebam o link de acesso à Assembleia (deverá ter acesso com câmera), para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário nos e-mails: produtos.bs@grupopan.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br. Os documentos necessários para participante pessoa física serão: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRA ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular dos CRA. Os documentos necessários para os demais participantes serão: cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRA e, cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário, da Securitizadora e da CVM na rede mundial de computadores.

São Paulo, 08 de março de 2023

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 31/03/2023 - A partir das: 11:00 as 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS COD. 2887 - NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDOU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges

Gabriel Bortoleto venceu na estreia da F-3 FIA

Foto/Divulgação

Gabriel *Bortoleto*

Teve início neste fim de semana a temporada 2023 do Campeonato F-3 FIA. As disputas aconteceram no Autódromo Internacional do Bahrein, no Oriente Médio e tiveram o brasileiro Gabriel Bortoleto, estreando na categoria, como o grande nome do fim de semana. O piloto venceu a corrida principal da rodada, disputada no domingo, e já abre a competição com 26 pontos conquistados.

O fim de semana de corrida teve início na manhã de sexta-feira com a sessão de treinos livres. Nesta única oportunidade de preparação do carro Bortoleto foi o mais veloz da pista e seguiu confiante para a tomada de tempos. Na sessão classificatória, que definiu o grid de largada para a corrida de domingo, Gabriel estabeleceu o tempo de 1m47s112 e garantiu a segunda posição com uma diferença de 5 centésimos para o pole-position.

A primeira corrida do fim de semana – sprint race – foi disputada na manhã de sábado. A definição do grid de largada desta prova é definida pela inversão das 12 primeiras posições da tomada de tempos. Desta forma, Gabriel partiu do 11º lugar, abrindo a sexta fila. Em uma prova complexa, em que o piloto brasileiro teve inclusive um toque com outro concorrente, ele concluiu a prova na 19ª posição.

A corrida principal do fim de semana teve vez na manhã de domingo. Bortoleto posicionou seu carro na primeira fila do grid e, após excelente largada, pulou para a ponta antes mesmo da primeira curva. Aproveitando-se do bom rendimento de seu carro o brasileiro impôs um ritmo muito forte e, com cinco voltas completadas, já estava há mais de três segundos do restante do pelotão. Acontece, porém, que a entrada de um Safety-car realinhou o pelotão. Na relargada, novamente muito bem, Bortoleto manteve-se na ponta, muito pressionado por Gabriele Mini, que vinha em segundo. Nesse momento, porém, a organização informou uma penalização de 5 segundos para Mini. Assim, Gabriel abriu passagem para o concorrente e, administrando a degradação dos pneus, seguiu tranquilo na segunda posição de pista, sabendo que, de fato, era o líder. Na penúltima volta, novamente, o Safety-Car foi acionado e, sem tempo para que a organização pudesse resolver o problema na pista, a bandeira quadriculada foi flamulada com os carros atrás do Safety-Car.

Diante dos atentos olhos de Fernando Alonso, manager de sua carreira, Bortoleto subiu ao degrau mais alto do pódio e comemorou muito a sua vitória na estreia pela F-3 FIA ao som do Hino Nacional Brasileiro.

Kartismo: Tocantinense Pedro Ricardo sobe no pódio em São Paulo

Foto/ Gilmar Rose

Pedro *Ricardo chegou a liderar a segunda corrida*

O tricampeão tocantinense de kart Pedro Ricardo Almeida (Naval Navegações/Bravo Serviços Marítimos/Evolution Motorsport) teve uma semana de muita emoção e aprendizado no esporte a motor, que culminou com a terceira colocação em sua estreia com kart 2 tempos no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP), no último sábado.

"Estou muito feliz por tudo que conheci e aprendi nesta semana, e ainda voltei para casa com um troféu muito importante, da forte Copa São Paulo de Kart", comemorou Pedro Ricardo.

O piloto de Palmas atendeu ao convite da Fórmula Delta, categoria de monoposto paulista que usa pneus slicks e motor com 175 cavalos de potência, e visitou a fábrica e a oficina da modalidade. "Fui muito bem recepcionado pelo senhor Minelli, criador e construtor do carro, e pelo seu filho William, que me explicou tudo sobre o monoposto e ainda me colocou dentro de um carro, que pode ser reservado para mim, caso eu consiga patrocínio suficiente para fazer uma temporada completa. Fiquei orgulhoso pelo convite e dentro do carro já sonhei com o dia em que correrei no autódromo de Interlagos e até em Goiânia", sorriu o tricampeão da Copa Palmas da F-400 Junior.

Um dos principais expoentes do kartismo no Tocantins, Pedro Ricardo participou da abertura da Copa São Paulo Light de Kart, na categoria Sprint 2 tempos. Logo no primeiro treino já foi o mais rápido e nas outras três práticas ficou sempre entre os cinco primeiros, experimentando acertos de chassi, calibragens de pneus e testando carburadores, priorizando a performance para as corridas. "Aprendi muito, pois como esta categoria dá liberdade para a utilização de alguns componentes, tive que fazer várias comparações e simulações", explicou o piloto de apenas 15 anos de idade.

Na tomada de tempos Pedro Ricardo conseguiu a sexta marca, a apenas 0s281 do pole position. Na primeira corrida chegou a andar em terceiro, com possibilidade de ir mais pra frente, mas começou a chuviscar e o desempenho de seu equipamento não estava adequado para aquela situação e ele terminou em quinto. Já na segunda corrida, com a pista sempre seca, ele conseguiu encerrar a jornada no terceiro posto.

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis terá a maior edição de sua história

Prova, no dia 16 de abril, na Praia dos Ingleses, tem recorde no número de atletas inscritos e de países representados

A expectativa positiva com relação ao crescimento do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis 2023 acabou se confirmando antes mesmo de sua realização, programada para o dia 16 de abril, na Praia dos Ingleses, em Florianópolis (SC). A quarta edição do evento que marca a abertura da temporada de provas do Circuito IRONMAN no país contará com número recorde de participantes, com quase dois mil inscritos, e de nações representadas, com um total de 27 países, superando os 23 da primeira edição em 2018.

Participarão triatletas do Afeganistão, África do Sul, Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, Estonia, França, Grã-Bretanha, Guiana Francesa, Holanda, Itália, México, Paraguai, Peru, Suécia, Uruguai, Venezuela e Brasil. O país-sede terá a maior delegação, com 1718, seguido por Chile (36), Argentina (29) e Estados Unidos (28). A novidade é a estreia do Afeganistão, que terá um atleta no dia 16 de abril.

No contexto nacional, a etapa contará com participantes de 22 estados brasileiros mais o Distrito Federal. O maior número é de São Paulo, com 794, ficando em segundo Santa Catarina, com 299, e o Paraná em terceiro com 147. Completam a lista Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santos, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Amazonas, Alagoas, Tocantins, Piauí, Sergipe, Paraíba, Rondônia e Brasília.

"Estamos muito contentes com essas marcas. Elas confirmam o crescimento do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis nos circuitos internacional e nacional. Além disso, reafirmam a força da modalidade em Santa Catarina", destaca Carlos Galvão, CEO da Unlimited Sports, organizadora do evento.

Foto/ Fábio Falconi

Itaú *BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis*

A etapa será classificatória para o IRONMAN 70.3 World Championship 2023 em Lahti, na Finlândia, nos dias 26 e 27 de agosto. Além das 30 vagas já garantidas destinadas aos atletas das categorias Faixa Etária Masculina e Feminina, a Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis ainda oferecerá mais 25 vagas dedicadas exclusivamente às mulheres.

A largada está prevista para as 6h30, no sistema "rolling start". Os competidores cumprirão uma volta de natação de 1,9 km, seguida por uma volta de bike de 90 km por um percurso bonito e muito rápido. Eles fecharão a prova com três voltas de corrida, totalizando 21,2 km, ao longo da encantadora praia de uma das mais belas cidades do Brasil, com chegada no Oceania Park.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis é organizado pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, Xiaomi, SOS Cardio, Omint e Heineken, e co-patrocínio Boali, Dux e Aquasphere.

Programação

13 de abril

Em breve Congresso Técnico Online* Português / Inglês – YouTube

14h – 19h – IRONMAN Village – Oceania Park

14h – 18h – Entrega de Kits – IRONMAN Village

É obrigatório:

1. Assinar o Termo Médico Online – Brasileiros/Estrangeiras

2. Agendar o horário para retirada no site

3. Pagar a taxa da Federação de SC – IRONMAN Village

16h – 17h – Plantão de Dúvidas sobre o Congresso Técnico com os diretores de prova

15 de abril

8h – IRONKIDS Oceania Park

8h30 – 19h – IRONMAN Village Oceania Park

9h – 12h – Entrega de Kits – IRONMAN Village

É obrigatório:

1. Assinar o Termo Médico Online – Brasileiros e Estrangeiros

2. Agendar o horário para retirada no site

3. Pagar a taxa da Federação de SC – IRONMAN Village

10h30 – 11h30 – Plantão de Dúvidas sobre o Congresso Técnico com os diretores de prova – SAC (IRONMAN Village)

13h – 18h – Bike Check-in (de acordo com o nº de peito) - Oceania Park

13h às 14h - #1551 – 1900

14h01 às 15h - #1151 – 1500

15h01 às 16h - #801 – 1150

16h01 às 17h - #451 – 800

17h01 às 18h - #100 – 450

16 de abril

8h – 18h – IRONMAN Village – Oceania Park

5h – 6h30 – Acesso dos Atletas à Área de Transição – Transição (Oceania Park)

6h30 – 7h – Largada (rolling start) - Praia dos Ingleses

12h – Premiação – Top 3 – Chegada (Oceania Park)

13h – 16h – Bike Check-Out – Transição (Oceania Park)

13h – 16h – Achados e Perdidos – Transição (Oceania Park)

19h – Premiação – Food Park (Oceania Park)

20h – Distribuição de Vagas IRONMAN 70.3 World Championship – Food Park (Oceania Park)

*Assistir ao Congresso Técnico no canal da Unlimited Sports no YouTube é obrigatório.

Calendário 2023

16 de abril – Itaú BBA IRONMAN 70.3 Floripa – Praia dos Ingleses; 28 de maio – Itaú BBA IRONMAN Brasil – Jurerê Internacional; 9 de julho – Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro; 27 de agosto – Itaú BBA IRONMAN 70.3 Maceió – Praia de Pajuçara; 24 de setembro – Itaú BBA IRONMAN 70.3 São Paulo – USP; 19 de novembro – Itaú BBA IRONMAN 70.3 Fortaleza – Nova Beira-Mar. Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br

Nelsinho Piquet apresenta novo Toyota Corolla para Stock Car em 2023

Prestes a iniciar mais uma temporada na Stock Car, Nelsinho Piquet revelou no último final de semana o layout do Toyota Corolla que conduzirá nas pistas brasileiras ao longo do ano. A grande novidade na apresentação do carro foi a presença nos principais espaços da marca Universal Soluções Automotivas, que pela terceira temporada seguida marca presença na maior categoria do Brasil e uma das mais importantes do automobilismo mundial.

O modelo carrega prioritariamente a cor preta, contando com detalhes em vermelho. A marca da Universal Soluções Automotivas é exposta com grande destaque nas laterais do Toyota Corolla número 33, enquanto o capô conta com a exposição da Amortex, que pertence a empresa com amplo portfolio de suspensão, direção e amortecedores.

"Estou muito feliz em iniciar mais uma temporada na Stock Car, acredito que este ano vamos estar ainda mais fortes, ano passado vencemos duas provas e acredito que neste ano podemos vencer mais corridas e disputar o título", disse Nelsinho, que neste ano defenderá a equipe Crown Racing, comandada por William Lube e Thiago Meneghel.

Felipe Ferrari, head de operações Universal Soluções Automotivas, também destacou as altas expectativas para o início da temporada 2023, voltando para a Crown Racing e tendo agora Nelsinho Piquet como piloto. "O carro ficou com um visual bastante arrojado e carrega nossa marca com bastante destaque. O Nelsinho é um piloto com qualidades mais que comprovadas e sei que ele brigará para conseguir os melhores resultados carregando o nome da Universal Soluções Automotivas", disse Felipe.

A temporada 2023 da Stock Car será iniciada no dia 2 de abril, com a disputa da etapa de Goiânia, marcada para o Autódromo Internacional Ayrton Senna.

Mantenha os cuidados para previnir a Covid 19:

- Use máscaras nos transportes
- Lave bem as mãos
- Evite aglomerações

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

CNPJ 61.409.892/0003-35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado pelos avanços na estratégia de crescimento da Companhia, como a conclusão da aquisição de 80% do capital social da Alux e m janeiro e posteriormente de 20% do capital remanescente em novembro, reforçando o posicionamento da CBA no mercado de reciclagem e a produção de alumínio com uma pegada de carbono cada vez menor. Outro avanço foi o religamento da Sala Forno 3 no 3T22, refletindo no aumento de capacidade de produção de alumínio líquido em 26 mil toneladas por ano. Ainda sobre a estratégia da CBA, que visa manter o foco no core business do negócio de alumínio, foi concluída em julho a transação de compra e venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista com a empresa australiana Jervois Global Limited. A Companhia segue estudando alternativas para seus outros ativos de Níquel. Após um ano da sua oferta inicial de ações (IPO), a CBA também teve avanços no mercado de capitais, como o aumento do free-float para 32,1% após a conclusão da oferta secundária de ações (follow-on) em maio de 2022, com a alienação de 47.600.000 ações da controladora Votorantim S.A., com o objetivo de melhorar a liquidez da ação da Companhia, que teve um volume médio diário negociado (ADTV) de ações de R$50,1 milhões em 2022 vs. um ADTV médio de R$31,9 milhões em 2021. Esse avanço foi sem dúvida um impulsionador para a entrada da ação (CBAV3) no índice IBrX100 da B3 em setembro, posicionando-se entre os 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade no mercado de ações brasileiro. Graças aos resultados do exercício de 2022, a CBA também passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 em 2023 (ISE), ocupando a 6ª posição de uma carteira composta por ações de 69 empresas com os melhores desempenhos em sustentabilidade empresarial. A Companhia também passou a integrar os demais índices de Sustentabilidade da B3, como o Índice de Carbono Eficiente (ICO2) que demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está preparada para uma economia de baixo carbono e o Índice GPTW (IGPTW) que indica que a CBA está entre as empresas com os melhores ambientes para se trabalhar, certificada pela Great Place To Work. Outro importante resultado foi a conquista da nota "A", a nota mais alta, pela liderança em transparência corporativa e desempenho sobre Mudanças Climáticas pelo CDP, posicionando a CBA em um seleto grupo de empresas que lideram ações de proteção do meio ambiente e efeitos climáticos. Ainda nesta agenda, em agosto, a CBA e a Reservas Votorantim anunciaram a primeira emissão de créditos de carbono através do Programa REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) no Cerrado brasileiro. A iniciativa é alavancar a conservação da floresta em pé e o fomento para o mercado de carbono no Brasil, motivo pelo qual a CBA foi novamente selecionada para apresentar este projeto no painel "Contribuições da Indústria de Alumínio para uma Economia de Baixo Carbono" da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27). Ainda nas frentes ESG, no quesito Governança, foi anunciado ao mercado em novembro a mudança na estrutura organizacional da Companhia, que passa a vigorar após Assembleia Geral Ordinária em abril de 2023, na qual o atual CFO e Diretor de Relações com Investidores, Luciano Alves, assumirá a posição de CEO, sucedendo ao Ricardo Carvalho, que será indicado para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Ao mesmo tempo, Camila Abel, atual Gerente Geral de Finanças, assumirá a posição de CFO e Diretora de Relações com Investidores. Por fim, mas não menos importante, o ano de 2022 foi desafiador para mercado de alumínio, marcado por pressões inflacionárias, altas de juros, desaceleração da economia chinesa pelas medidas de Covid-zero, conflitos entre Rússia e Ucrânia, entre outros fatores, que resultaram em volatilidade dos fundamentos do mercado de alumínio e dos preços e prêmios internacionais. Ainda assim a CBA encerrou o ano com volume de alumínio vendido praticamente estável em relação ao ano de 2021, atingiu uma receita líquida consolidada de R$8,8 bilhões vs. R$8,4 bilhões no ano anterior, e apesar da inflação de custos ao longo do ano, que refletiu no custo consolidado de R$7,2 bilhões em 2022 vs. R$6,8 bilhões em 2021, a Companhia atingiu lucro líquido recorde no ano de 2022 de R$957 milhões e EBITDA ajustado também recorde no ano de 2022, de R$1,6 bilhão e margem EBITDA de 18%. Com isso, mesmo em períodos adversos a CBA segue mostrando-se resiliente, avançando em sua estratégia e evoluindo cada vez mais nas frentes ESG, seguindo assim em 2023, com foco nos resultados e no crescimento da Companhia, com grande capacidade de execução e protagonista na construção de uma sociedade melhor, com o propósito, sempre em prática, de oferecer soluções em alumínio que transformam vidas.

A Administração

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Alumínio

A Companhia Brasileira de Alumínio, CBA, controlada pela Votorantim S.A., é atualmente a única Companhia integrada de alumínio do Brasil, atuando desde a mineração de bauxita até a produção de um portfólio completo de produtos primários e transformados de alumínio, desempenhando também atividades de reciclagem. A integração vertical, com autossuficiência de bauxita, alumina e energia, possibilita flexibilidade operacional à CBA para se ajustar às dinâmicas do mercado, garantindo posição no 1º quartil da curva de custos global da indústria. A principal planta da CBA está localizada em Alumínio (SP), responsável por 79% das vendas de alumínio da Companhia em 2022, com capacidade de 800 mil toneladas de refino de alumina; 430 mil toneladas de alumínio primário após projetos de expansão; 440 mil toneladas de fundição; 115 mil toneladas por ano de folhas e chapas; 55 mil toneladas de extrudados e 162 mil toneladas por ano de reciclagem. A fábrica de Itapissuma (PE), CBA Itapissuma, possui capacidade de produção de folhas e chapas de 50 mil toneladas por ano, que representaram aproximadamente 11% das vendas de alumínio da Companhia no ano de 2022. A unidade está localizada próxima ao porto de Suape. A estratégia da Companhia é concentrar as exportações de produtos transformados nesse site e atender o mercado local a partir do site de Alumínio (SP). A Metalex, localizada em Araçariguama (SP), é responsável pela reciclagem de sucata de alumínio para a produção de tarugos, representando aproximadamente 6% das vendas de alumínio da Companhia no ano de 2022, com uma capacidade de produção anual de 90 mil toneladas de tarugo. A Alux do Brasil, localizada em Nova Odessa (SP), possui capacidade de 46 mil toneladas por ano para a produção de ligas secundárias. A aquisição da Alux em 2022 reforça a estratégia da CBA em aumentar a relevância no mercado de alumínio reciclado. As vendas da Alux desde sua integração em fevereiro, representaram 4% das vendas de alumínio da CBA no ano de 2022. O portfólio de produtos da Companhia é amplo, com destaque para: • Produtos primários: lingote, alumínio líquido e produtos fundidos de valor agregado, como tarugo, vergalhão e lingote liga. • Produtos transformados: folhas, chapas e extrudados, todos produtos de valor agregado. A Companhia ainda produz placas e bobinas casters, consumidos internamente para a produção de folhas e chapas. A Companhia desenvolve também produtos de c o-engenharia e soluções em parceria com seus clientes, de acordo com suas necessidades. Os principais mercados de atuação da Companhia são: Transportes, Construção Civil, Embalagens, Energia, Bens de Consumo, entre outros.

Energia

A Companhia possui usinas hidrelétricas próprias e participa em consórcios, suprindo o seu consumo de energia elétrica para a produção de alumínio líquido, o que garante alta competitividade em custos (o custo de energia representa, na média da indústria, aproximadamente 33% do custo total de produção do alumínio líquido, enquanto para a CBA, representa aproximadamente 20% do custo de produção de alumínio líquido) além de garantir melhor previsibilidade, segurança de fornecimentos e possibilita a produção de um alumínio de baixo carbono. Até 2022 o portfólio da CBA continuou sendo 100% hidrelétrico, contando com 23 usinas, em 6 Estados brasileiros, sendo 17 de operação própria e 6 via consórcios, totalizando 1,4GW, dividida entre 77% proveniente de empreendimentos interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o restante conectados diretamente na CBA, de capacidade instalada 100% renovável, já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com fator de capacidade médio de 53%. A partir de 2023, parte do suprimento de energia utilizado pela CBA virá dos parques eólicos Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro que passarão a abastecer não só a fábrica de Alumínio (SP), mas também a unidade de Itapissuma (PE), com capacidade instalada de 171,6MW, representando 11% da necessidade de energia elétrica da CBA, e equivalentes a 74,4MW médios de energia assegurada. O consumo de energia elétrica para produção de alumínio na CBA é alocado no negócio de alumínio. Toda a operação de venda de excedente de energia elétrica é alocada no negócio de energia, além dos resultados dos consórcios. A energia elétrica da CBA, até fevereiro de 2022, era comercializada por intermédio da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia (atual Auren Comercializadora). Desde fevereiro de 2022, a gestão dos ativos de energia e a comercialização de energia têm sido realizadas pela própria CBA.

PERFORMANCE NOS MERCADOS DE ATUAÇÃO

Alumínio | Visão Geral do Mercado Global

O ano de 2022 foi marcado por diversos desdobramentos significativos, de natureza política e macroeconômica, como pressões inflacionárias e alta de juros, desaceleração da economia chinesa pelas medidas de Covid-zero, conflitos entre Rússia e Ucrânia, entre outros fatores, que resultaram em volatilidade dos fundamentos do mercado de alumínio e dos preços e prêmios internacionais. No início do ano, a LME do alumínio foi impulsionada pela recuperação da demanda e, principalmente, pelos temores de banimento do metal russo, alcançando quase US$4.000/t. Como o banimento não ocorreu e as preocupações com o crescimento global se fortaleceram no segundo semestre, a LME iniciou uma trajetória de queda, chegando próximo de US$2.100/t. Na média do ano, a LME foi de US$2.703/t, um crescimento de 9% vs. 2021. Os prêmios regionais também aumentaram, reflexo de um mercado físico apertado e alta dos custos logísticos. Nos Estados Unidos, o prêmio Midwest (Duty Unpaid) encerrou 2022 com média de US$361/t, valorização de 14%; e o prêmio médio europeu Rotterdam (Duty Unpaid) foi de US$377/t, aumento de 71% no período. Em 2022, a demanda por alumínio seguiu impulsionada por segmentos importantes, como construção, transportes e energia renovável, principalmente no primeiro semestre de 2022. A indústria da construção civil, especialmente em países emergentes, registrou um aumento na demanda, refletindo principalmente o aumento dos gastos com infraestrutura pelos governos. A indústria automotiva também impulsionou a demanda, com a busca de redução de peso pelos fabricantes de automóveis para melhorar a eficiência de combustível e reduzir as emissões. De acordo com a consultoria CRU, houve crescimento de 3,7% na produção global de veículos em 2022, além do avanço contínuo da penetração de veículos elétricos, principalmente na China. Além disso, o setor de energia renovável vem sendo um destaque no consumo de alumínio, na utilização em painéis solares e infraestrutura para a eletrificação. Do lado da oferta, um dos fatores mais críticos foi o aumento dos preços de energia elétrica, principalmente na Europa, em decorrência dos conflitos na região. Com isso, as margens dos smelters foram fortemente pressionadas, resultando em fechamentos de capacidade de alumínio primário. A crise energética na China também impactou a produção no país, resultando em fechamentos em regiões como Yunnan, mas ainda assim com crescimento da oferta no ano em províncias menos afetadas pelas restrições de energia. Segundo a consultoria CRU, apesar do crescimento da oferta e da demanda em 2022, o maior consumo refletiu em um déficit de 240kt no mercado global de alumínio. Com isso, o mercado de alumínio primário completou 7 dos últimos 10 anos em déficit e, por consequência, os estoques totais chegaram à marca de 48 dias de consumo, o nível mais baixo desde 2007. Por fim, o custo médio de produção de alumínio global teve significativo aumento de 24%, passando de US$1.744/t em 2021 para US$2.163/t em 2022 (CRU Business Cost), em função da alta generalizada dos insumos, principalmente alumina, produtos de carbono e energia. Apesar da pressão inflacionária, a CBA manteve-se posicionada no 1º quartil da curva de custos, favorecida pela sua integração vertical.

Alumínio | Visão Geral do Mercado Brasileiro

Em 2022, a demanda no mercado brasileiro apresentou um leve arrefecimento, refletindo as pressões inflacionárias, alta das taxas de juros e diluição dos auxílios emergenciais. A redução ocorreu principalmente no segmento de bens de consumo, com queda na demanda de extrudados e, principalmente, chapas, os quais são aplicados na produção de panelas, eletrodomésticos, bicicletas, escadas, guarda-sol, cadeira de praia, entre outros. Vale pontuar que a demanda de 2021 foi historicamente alta, impulsionada pelos programas de transferência de renda, portanto, observou-se uma correção dos níveis de consumo ao longo de 2022. O mercado de embalagens, exceto latas, por sua vez, registrou um crescimento, com destaque para embalagens flexíveis (ex: embalagens de café, sachês de molho, bombons, sachês de sucos) e assépticas (ex: caixas de leite, sucos, iogurtes). Com isso, o consumo de folhas de alumínio foi beneficiado, reforçando a resiliência do setor e o aumento da preferência do alumínio na produção de embalagens, devido às suas características físicas e sustentáveis, como a reciclabilidade. A demanda do setor de construção civil apresentou aumento em 2022, puxado pelas obras de acabamento dos imóveis lançados e vendidos nos anos anteriores. A etapa final da construção é quando ocorre o consumo de alumínio, no acabamento de interiores, janelas e esquadrias. Por outro lado, houve retração do consumo do setor de reformas residenciais, devido ao fim dos auxílios emergenciais e aumento da inflação. Em transportes, o consumo registrou crescimento em 2022, puxado pela alta na produção de ônibus, devido à normalização da circulação de pessoas pós-pandemia, e pela retomada da produção de leves, que foi favorecida pela melhora da cadeia de suprimentos, como o arrefecimento da crise dos chips semicondutores. Em implementos, houve uma queda do consumo de alumínio em função do aumento das taxas de financiamento, menor demanda de entregas de e-commerce e menor crescimento do agronegócio em relação a 2021. Os prêmios no Brasil acompanharam o movimento de alta dos prêmios internacionais, influenciada pela demanda resiliente e aumento dos custos logísticos. O prêmio DDP SE US$/t (Platts), por exemplo, passou de uma média de US$355/t em 2021 para US$424/t em 2022, apresentando um crescimento de 19%.

Energia | Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro

O ano de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis dos reservatórios do SIN (Sistema Interligado Nacional). A partir do último trimestre de 2021 foi observada rápida melhora na afluência e dos volumes dos reservatórios. Durante todo o 2022, o consumo do SIN abaixo do esperado, a continuidade da precipitação e a contribuição da geração solar e eólica no atendimento ao SIN, contribuíram para que os níveis dos reservatórios alcançassem os maiores volumes dos últimos 10 anos. O reservatório do Sudeste/Centro-Oeste finalizou o ano com 53% da sua capacidade máxima, valor superior aos 26% verificados no final de 2021. Dada a abundância de recursos, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) não ultrapassou o valor de R$76,90/MWh (agosto/22), permanecendo no piso regulatório desde outubro/22. Também como reflexo da sobra de recursos, houve baixa cobrança de Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e o fator de deslocamento hidrelétrico (GSF- Generation Scaling Factor) fechou 2022 em 85%, 8 pontos percentuais superior ao resultado apresentado em 2021.

PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA

R$ milhões	2022	2021	2022 vs. 2021
Volume de Vendas Alumínio (mil toneladas)	474	485	-2%
Primários	235	252	-7%
Transformados	131	147	-10%
Reciclagem	108	86	25%
Receita líquida	8.825	8.423	5%
Alumínio	8.557	8.018	7%
Primários	3.969	3.749	6%
Transformados	3.140	2.959	6%
Reciclagem	982	509	93%
Outros	1.233	1.984	-38%
Hedge Estratégico	(139)	(845)	-84%
Eliminações	(627)	(338)	86%
Energia	634	727	-13%
Eliminações de Energia²	(388)	(348)	12%
Níquel	21	26	-21%
Custo dos produtos vendidos	(7.175)	(6.799)	6%
Despesas operacionais	(454)	(380)	19%
Com vendas	(49)	(42)	17%
Gerais e administrativas	(405)	(338)	20%
Outras (receitas) despesas operacionais	(49)	98	–
Depreciação, amortização e exaustão	540	496	9%
Outras adições e itens excepcionais	(58)	(300)	-81%
EBITDA ajustado¹	1.627	1.538	6%
Margem EBITDA	**18%**	**18%**	–

¹ Os ajustes referem-se ao resultado nas participações societárias e eventos não recorrentes no resultado, incluindo a Marcação a Mercado (MtM) dos contratos futuros de energia.

² Eliminação das vendas de energia para o negócio de alumínio e da participação dos consórcios de energia, também consideradas no CPV acima.

Volume de Vendas de Alumínio

O volume total de alumínio vendido pela CBA totalizou 474 mil toneladas em 2022, registrando uma leve queda de 2% em relação a 2021. O arrefecimento da demanda no mercado doméstico, principalmente nos setores de bens de consumo e autoconstrução, atrelado ao maior nível dos estoques na cadeia foram fatores que contribuíram para a queda. O segmento de primários registrou vendas de 235 mil toneladas, uma redução de 7% em comparação ao ano anterior. A retração das reformas residenciais e pior desempenho do mercado de latas de alumínio foram fatores críticos que contribuíram para o menor volume vendido. Por outro lado, vale destacar que apesar da queda de volume, houve aumento do prêmio médio de primários e a CBA conseguiu aumentar seu market share no mercado de lingote P1020 e vergalhão. No segmento de transformados, o volume vendido foi de 131 mil toneladas, cerca de 10% menor que em 2021. Houve queda nas vendas de chapas e extrudados, principalmente, para os setores de bens de consumo e construção civil. Por outro lado, as vendas de folhas para embalagens apresentaram aumento, com destaque para o segmento core de embalagens flexíveis. Assim como em primários, o prêmio médio de transformados também aumentou em relação a 2021, beneficiando a rentabilidade do negócio. Em relação ao segmento de reciclagem, as vendas cresceram 25% em relação ao ano anterior, totalizando 108 mil toneladas. Em 2022, houve a integração total dos volumes da Alux do Brasil, permitindo a entrada em um novo mercado de ligas secundárias. Um dos principais segmentos atendidos pela Alux do Brasil é o automotivo, que registrou crescimento em 2022 após alívio da crise de chips semicondutores.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da CBA atingiu R$8,8 bilhões em 2022, um aumento de 5% em relação a 2021, em função do aumento de R$539 milhões da receita líquida do negócio de alumínio, saindo de R$8,0 bilhões em 2021 para R$8,6 bilhões em 2022. O aumento de 7% na receita líquida do negócio de alumínio em 2022, em relação a 2021, foi em função da alta de 11% no preço médio do alumínio na LME nos anos comparados (US$2.707/tonelada em 2022 vs. US$ 2.437/tonelada em 2021), além do menor efeito negativo do hedge estratégico de R$139 milhões em 2022 (vs. R$845 milhões em 2021), dado que este hedge estratégico deixou de ser executado pela Companhia em junho de 2021 e teve contratos de derivativos vigentes até maio de 2022. Vale destacar que a receita líquida do negócio de alumínio seria ainda maior em 2022, se não fosse pela redução de R$752 milhões na receita de outros segmentos, devido à queda de 82% do volume vendido da operação de trading de lingote (estratégia de compra de lingote para revenda). Ainda no negócio de alumínio, o destaque foi para o segmento de reciclagem que atingiu receita líquida de R$982 milhões no ano de 2022 vs. R$509 milhões em 2021, relevante aumento em função da integração da Alux desde fevereiro de 2022, que contribuiu no ano com uma receita de R$364 milhões. Já no negócio de energia, a receita líquida teve queda de 13%, atingindo R$634 milhões em 2022, comparado a R$727 milhões em 2021, em função do menor volume de contratos de venda de energia nos períodos comparados, em razão do término de contratos bilaterais.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo consolidado dos produtos vendidos da CBA foi de R$7,2 bilhões em 2022, um aumento de 6% em relação a 2021, influenciado principalmente pelo aumento de R$241 milhões no custo do negócio de energia, impactado pela inflação de 10% no custo médio dos contratos de energia. O custo do negócio de alumínio também teve aumento de R$170 milhões em 2022 vs. 2021, em função da inflação de insumos na indústria. O aumento no custo médio de produção do alumínio líquido foi de 29% nos anos comparados, tendo sido influenciado pelo aumento do custo de produção de alumina (+37%), principalmente pelo aumento dos preços dos principais insumos para produção, como soda (+82%) e gás (+63%), além do aumento do custo de produção de pasta anódica (+60%), em função do aumento do preço de piche (+37%) e coque (+61%).

Balanço Energético

A geração própria de energia de 654MWh em 2022 foi 5% superior à geração de 620MWh observada em 2021, em virtude da melhora da afluência verificada no ano. Por outro lado, o volume excedente dos contratos de venda de energia em 2022 (171MWh) foi 34% inferior ao volume de 2021 (259MWh) em razão do término de contratos bilaterais de energia. O custo médio dos contratos de R$332/MWh em 2022, teve aumento de 15% em relação ao custo médio dos contratos de R$288/MWh do ano anterior, devido à alta inflação utilizada na correção dos contratos de longo prazo.

EBITDA Ajustado

Em 2022 a CBA atingiu recorde de EBITDA consolidado ajustado de R$1,6 bilhão e margem EBITDA ajustada foi de 18% no ano, um crescimento de 6% e estabilidade respectivamente, em relação ao ano de 2021. O crescimento é justificado, principalmente, pelo maior preço médio de alumínio praticado no período (+11%) em decorrência do aumento da LME, que foi suficiente para compensar a queda de volume vendido em primários, transformados e outros segmentos. Além disso, com relação aos ajustes do EBITDA, houve uma melhora de R$269 milhões nos contratos futuros de energia referente, substancialmente, à mudança de premissa realizada a partir de junho de 2021, com a mensuração de valor justo de contratos futuros de energia através da marcação a mercado por todo o período do contrato.

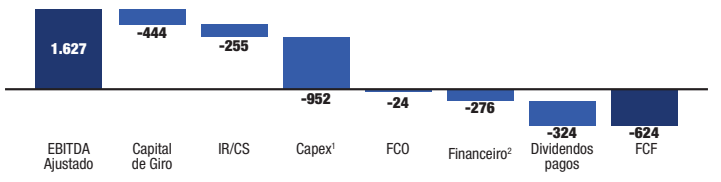
Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2022 teve uma melhora de 100% em relação ao ano de 2021, encerrando o ano com um resultado negativo em R$2 milhões vs. um resultado negativo em R$497 milhões no ano anterior. Dentre os principais efeitos estão: (i) melhora de R$265 milhões na marcação a mercado dos instrumentos derivativos da dívida com o BNDES e dos contratos de energia eólica; (ii) aumento de R$160 milhões na receita de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI e maior saldo de caixa no período, (iii) variação cambial positiva em R$120 milhões decorrente da valorização do real em 2022 (dez/22: 5,22 vs. dez/21: 5,58) comparado à desvalorização do real em 2021 (dez/22: 5,58 vs. dez/21: 5,20) com impacto direto no saldo dos financiamentos em moeda estrangeira. Em contrapartida, tivemos um aumento de 11% nos juros de empréstimos, decorrente principalmente do aumento das taxas de juros da dívida e um aumento de R$34 milhões referente a atualizações monetárias no período.

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia obteve lucro líquido histórico de R$957 milhões em 2022 vs. R$838 milhões em 2021, um aumento de 15% principalmente pela melhora do resultado financeiro, efeito parcialmente compensado pela variação negativa no imposto de renda e contribuição social de R$174 milhões.

Fluxo de Caixa Livre



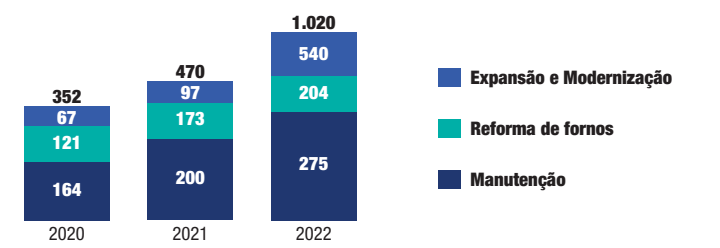
¹ Capex regime competência

² Aquisição, venda de ativos e juros líquidos

Capital de Giro

Em 2022 o capital de giro da Companhia foi negativo em R$444 milhões, tendo R$448 milhões de efeitos positivos, sendo os principais: (a) o aumento de fornecedores em R$326 milhões, onde se destacam o aumento de consumo dos principais insumos; e (b) redução de R$112 milhões no contas a receber impactado principalmente pela redução do volume vendido em comparação ao ano anterior, combinada com a redução da LME. Por outro lado, houve efeito negativo no valor de R$892 milhões, com destaque para: (a) a redução de saldo de risco sacado a pagar de R$348 milhões, pela descontinuidade da operação de trading de lingote; (b) aumento no saldo de estoques em R$306 milhões por conta do aumento do preço dos principais insumos, além de maior volume de estoque de caster e lingote para transformação; (c) impacto negativo no fluxo de caixa direto do hedge estratégico de R$84 milhões; e (d) impacto de R$109 milhões decorrente do aumento dos impostos sobre o lucro tributável que foi superior ao aumento de créditos de ICMS a recuperar.

Investimentos (CAPEX)



No ano de 2022, o CAPEX total (regime caixa) foi 2,2x superior ao CAPEX de 2021, sendo 53% dos investimentos referentes aos projetos de modernização e expansão da CBA, projetos plurianuais, que seguem o ritmo previsto no IPO. O restante do CAPEX está concentrado 27% em manutenção e 20% em reforma de fornos. Estão entre os projetos e seus respectivos status ao final do ano de 2022: • Religamento da Sala Forno 3: operação retomada no 3T22, de forma antecipada (inicialmente previsto para 2023). • Upgrade da Sala Pasta: projeto em andamento, sendo pré-requisito para o restart da Sala Forno 1. • Projeto de disposição de resíduos a seco: em montagem eletromecânica, com start-up previsto para 2024. • Produção adicional de alumínio a partir da reciclagem: √ ReAl: em implantação com startup previsto para 2º semestre de 2023. √ Aumento de reciclagem Metalex: em implantação com startup previsto para 2º semestre de 2023.

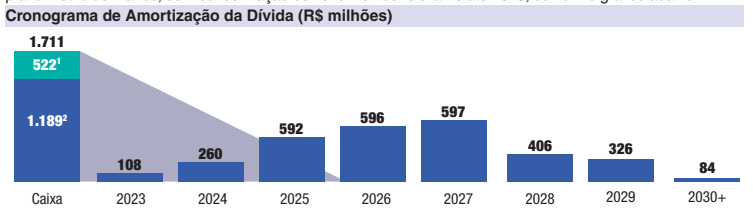
Endividamento e Liquidez

Composição da dívida (RS Milhões)	dez/22	set/22	dez/21
Circulante	108	126	69
Não circulante	2.861	2.917	3.037
Dívida bruta	**2.969**	**3.044**	**3.106**
(–) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.189	1.634	1.787
(+) Instrumentos financeiros derivativos	-104	-94	301
(+) Arrendamentos	32	31	45
Dívida líquida	**1.707**	**1.346**	**1.665**
EBITDA Ajustado - Últimos 12 meses	**1.626**	**2.017**	**1.537**
Divida líquida/EBITDA Ajustado	**1,05x**	**0,67x**	**1,08x**
Custo médio USD (%a.a.)*	**5,07%**	**5,19%**	**4,4%**
Prazo médio (anos)	**4,06**	**4,3**	**4,3**

*Considera posição após swap.

Em dezembro de 2022, a dívida bruta da CBA era de R$3 bilhões, 4% menor quando comparada a dezembro de 2021 (R$3,1 bilhões), principalmente em função da valorização do real de R$5,58 para R$5,22 ao fim do período. Em agosto e setembro de 2022, a Companhia firmou três contratos de empréstimos através de linhas de financiamento à exportação no total de US$96,5milhões. As operações têm custo médio de SOFR + 3,03% a.a. e prazo médio de 5,6 anos, com vencimento final em agosto e setembro de 2027 e setembro de 2029. Alinhado ao compromisso da CBA com sustentabilidade, os empréstimos são caracterizados como Sustainability-Linked Loans, cujo custo está condicionado a metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário. A depender do atingimento ou não das metas estabelecidas, pode haver um incremento ou decréscimo no custo desses empréstimos. O indicador de performance contou com uma avaliação externa (Second Party Opinion) da Sustainalytics e está previsto ser auditado e reportado por especialista, anualmente, através do Relatório de Títulos Verdes. Em novembro de 2022, a Companhia firmou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para financiamento de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento com viés ESG no montante de R$109 milhões. O empréstimo possui prazo total de 10 anos com carência de 3 anos. Em dezembro de 2022, foi realizada a primeira liberação no montante de R$36 milhões. A liberação das demais parcelas é condicionada à comprovação dos gastos e ocorrerá conforme o cronograma de desembolso dos projetos financiados. Em dezembro de 2022, a Companhia firmou dois contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento dos projetos de modernização da tecnologia das salas fornos na CBA e implantação de uma nova linha de tratamento de sucatas na Metalex no montante total agregado de R$611 milhões. O financiamento foi enquadrado em linhas de meio ambiente, levando a condições financeiras mais atrativas e prazos de 12 e 20 anos. A liberação dos recursos é realizada mediante comprovação dos gastos, a qual ocorrerá ao longo da execução dos projetos. Até 31 de dezembro de 2022, ainda não havia ocorrido nenhuma liberação. Em setembro de 2022, a Companhia efetuou o resgate da totalidade do saldo em aberto dos bonds no montante de US$78,5 milhões, reduzindo a concentração de vencimentos em 2024 e otimizando o perfil da dívida. Em junho de 2022, a Companhia já havia efetuado a recompra no mercado secundário e o cancelamento parcial dos bonds no montante de US$11 milhões. Somando as duas operações, o montante de principal pago no período foi equivalente a R$462 milhões. Estes bonds possuíam garantia da Votorantim S.A. Após a execução das operações mencionadas acima, a Companhia alongou ainda mais seu perfil de endividamento, resultando num prazo médio de 4 anos, sem concentração de vencimentos relevante até 2025, conforme gráfico abaixo:

Cronograma de Amortização da Dívida (R$ milhões)



¹ Linha verde de crédito rotativo no valor de US$100mm convertido pela Ptax de fechamento de 31/12/2022 (R$ 5,2177)

² Inclui caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros em 31/12/2022

As disponibilidades e aplicações financeiras somaram R$1,2 bilhão em dezembro de 2022, sendo 62% denominados em reais. A CBA ainda conta com uma Linha de Crédito Rotativo disponível para saque imediato no total de US$100 milhões, o que fortalece ainda mais a sua posição de liquidez, a qual ainda não foi utilizada. A dívida líquida totalizou R$1,7 bilhão e a alavancagem financeira da CBA, medida pela relação dívida líquida sobre o EBITDA ajustado dos últimos doze meses reduziu de 1,08x em dezembro de 2021 para 1,05x em dezembro de 2022. Os principais fatores que contribuíram para essa melhora foram: (i) incremento de R$89 milhões no resultado operacional dos últimos doze meses; (ii) redução de R$137 milhões na dívida bruta, principalmente devido à variação cambial positiva em 7% no período e (iii) melhora de R$405 milhões na marcação a mercado dos instrumentos derivativos, sendo R$214,6 milhões reflexo do vencimento das vendas a termo de alumínio e dólar americano (hedge estratégico da receita) que deixou de ser executado pela Companhia em 2021 e R$191 milhões referente a variação da marcação a mercado dos swaps vigentes no período (dívida com o BNDES e contratos de energia eólica). Em contrapartida, a posição de caixa reduziu R$598 milhões no período.

MERCADO DE CAPITAIS

CBAV3

A CBA está listada, sob o ticker CBAV3, no Novo Mercado da B3, o mais alto padrão de governança, já fazendo parte de todos os Índices a seguir: • IBRX 100 (Índice Brasil 100); • IBRA (Índice Brasil Amplo); • ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial); • ICO2 (Índice Carbono Eficiente); • IGPTW (Índice GPTW); • IMAT (Índice de Materiais Básicos); • SMLL (Índice Small Cap); • IGCX (Índice de Governança Corporativa Diferenciada); • IGNM (Índice de Governança Novo Mercado); • IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade); • ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado). A CBAV3 teve sua precificação no IPO, em 14 de julho de 2021, no valor de R$11,20 e encerrou o ano, em 31 de dezembro de 2022, cotada a R$11,55, uma valorização de 3,1% comparado a uma desvalorização do Ibovespa ("IBOV") de 14,5% no mesmo período. O volume médio diário negociado (ADTV) da CBAV3 em 2022 foi de R$50,1 milhões.

Composição Acionária

Em maio de 2022 a Companhia concluiu sua oferta secundária de ações (follow-on), mediante a alienação de 47.600.000 ações. Com a oferta, a Companhia passou a ter um free-float de 32,1%, enquanto a controladora Votorantim S.A. detém, direta e indiretamente, 67,9% das ações. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era representado por 595.833.333 ações ordinárias com o valor de mercado de R$6,9 bilhões.

ESG

Ambiental

A CBA possui uma das menores emissões de CO2 da indústria. Em 2022, a Companhia deu sequência aos projetos estruturantes que irão permitir uma redução ainda maior das suas emissões. Entre eles destaca-se a antecipação da repartida da Sala Forno 3, já aplicando a nova tecnologia de alimentação das cubas em grande parte dos fornos, que ocasiona uma redução de 20% nas emissões de gases de efeito estufa em relação à tecnologia convencional. Na etapa de refinaria, após implementar em 2020 uma caldeira biomassa em substituição ao consumo de gás natural e óleo, a empresa passou a ter a menor emissão de carbono do mundo nessa etapa, segundo dados da consultoria CRU. Devido a esse resultado, a CBA recebeu o Prêmio ECO Amcham Brasil 2022, na modalidade Práticas de Sustentabilidade, Categoria Processos para Grandes Empresas, com este projeto. Para a etapa de eletrólise, a CBA emite abaixo de 4t CO2e/t alumínio líquido, a posicionando como produtora de alumínio de baixo carbono. Com isso, lançou o selo Alennium, que permite a todos os fabricantes que usam produtos da CBA de baixo carbono e com 100% de energia elétrica renovável e rastreável possam garantir a rastreabilidade de um alumínio produzido de forma sustentável. Atestando o compromisso de ir além de sua estratégia de descarbonização, em 2022 a CBA obteve a aprovação das metas de redução de emissões de carbono pelo Science Based Targets (SBTi), sendo a primeira produtora do metal primário no mundo a ter seu compromisso validado pelo movimento. Liderado por organizações como CDP, Pacto Global das Nações Unidas, WRI e WWF, tem o objetivo de alinhar a atuação das empresas ao Acordo de Paris e limitar o aumento médio da temperatura global a menos de 2°C. Outro importante resultado foi a conquista da nota "A" pela liderança em transparência corporativa e desempenho sobre Mudanças Climáticas pelo CDP. A Companhia recebe nota de categoria de liderança no CDP (A-) desde sua primeira participação em 2020, e pela primeira vez recebe a nota mais alta, ingressando na "A" List. O rating foi uma conquista histórica para o setor de alumínio global e posiciona a CBA em um grupo seleto de empresas-líderes pelo clima. Já no questionário de Resiliência Hídrica, em sua primeira participação, a Companhia recebeu a nota B, sendo a maior classificação do setor de alumínio no questionário. Ainda nesta agenda, a CBA e a Reservas Votorantim anunciaram a emissão de créditos de carbono através do Programa REDD+ Cerrado, o primeiro projeto de certificação de créditos de carbono REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) no Cerrado brasileiro. Foram definidos 11,5 mil hectares com capacidade de emissões médias anuais de 50 mil créditos de carbono. Na primeira emissão, foram gerados 316 mil créditos de carbono, referentes ao período de 2017 a 2021. A iniciativa é alavanca para a conservação da floresta em pé e fomento para o mercado de carbono no Brasil e por este motivo a CBA foi novamente selecionada para apresentar este projeto no painel "Contribuições da Indústria de Alumínio para uma Economia de Baixo Carbono" da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27). Reforçando ainda mais a atuação em mudanças climáticas, a CBA aderiu a importantes iniciativas em 2022, entre elas o Movimento Ambição Net Zero, uma iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, e o programa First Movers Co

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	552.839	1.280.956	849.082	1.449.345
Aplicações financeiras	10	270.544	280.485	339.846	337.350
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	25.804	10.749	33.172	10.749
Contas a receber de clientes	11	467.734	605.096	496.305	698.249
Estoques	12	1.569.932	1.236.046	1.881.369	1.592.312
Tributos a recuperar	13	377.672	252.447	419.791	294.434
Dividendos a receber	14	22.804	15.415	12.536	664
Outros ativos		198.817	63.026	238.175	71.880
		3.486.146	3.744.220	4.270.276	4.454.983
Ativo não circulante disponível para venda	31	78.137		78.137	
		3.564.283	3.744.220	4.348.413	4.454.983
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	10		64		64
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	81.615	22.171	103.687	28.985
Tributos a recuperar	13	659.417	662.662	690.852	685.465
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	260.854	342.498	155.623	253.943
Partes relacionadas	14	48.599	47.274	60.648	57.323
Depósitos judiciais	23	16.169	15.157	17.703	16.656
Outros ativos		44.296	43.988	49.918	69.768
		1.110.950	1.133.814	1.078.431	1.112.204
Investimentos	16	1.553.205	1.383.455	360.592	204.972
Imobilizado	17	4.659.346	4.155.577	5.499.239	5.152.008
Intangível	18	744.091	784.471	956.784	997.923
Direito de uso	19	16.810	39.685	31.246	43.137
		8.084.402	7.497.002	7.926.292	7.510.244
Total do ativo		11.648.685	11.241.222	12.274.705	11.965.227

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	107.593	38.285	107.593	69.383
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	4.148	231.289	4.148	231.289
Arrendamentos	19	12.835	25.542	16.274	27.126
Risco sacado a pagar	21	203.627	557.750	210.491	558.017
Fornecedores		861.782	558.300	1.008.669	655.626
Salários e encargos sociais		151.342	145.131	170.926	162.243
Tributos a recolher		17.696	32.832	33.962	78.275
Adiantamento de clientes		25.713	38.981	31.183	47.663
Dividendos a pagar	14	206.044	57.199	227.116	142.191
Uso do bem público - UBP	24	47.800	66.477	55.582	74.314
Contratos futuros de energia	15	94.899	11.142	94.899	11.142
Partes relacionadas	14	984	350	984	350
Provisões	23	93.008	29.218	93.008	29.218
Outros passivos		73.438	24.142	133.729	72.797
		1.900.909	1.816.638	2.188.564	2.159.634
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	2.861.135	3.036.682	2.861.135	3.036.682
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	28.552	99.840	28.552	109.600
Arrendamentos	19	4.205	15.569	15.545	17.563
Partes relacionadas	14	58.985	49.543	73.106	61.800
Provisões	23	708.039	784.579	710.731	790.729
Uso do bem público - UBP	24	907.227	868.914	974.502	943.800
Contratos futuros de energia	15	26.899	24.253	26.899	24.253
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22			13.074	39.636
Outros passivos		57.182	44.405	59.120	65.549
		4.652.224	4.923.785	4.762.664	5.089.612
Total do passivo		6.553.133	6.740.423	6.951.228	7.249.246
Patrimônio líquido	25				
Capital social		4.705.047	4.705.309	4.705.047	4.705.309
Reserva de lucros		673.531	183.384	673.531	183.384
Ajustes de avaliação patrimonial		(283.026)	(387.894)	(283.026)	(387.894)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		5.095.552	4.500.799	5.095.552	4.500.799
Participação dos acionistas não controladores				227.925	215.182
Total do patrimônio líquido		5.095.552	4.500.799	5.323.477	4.715.981
Total do passivo e patrimônio líquido		11.648.685	11.241.222	12.274.705	11.965.227

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores: Capital social	Capital social: Custos com emissão de ações	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021		4.950.095				(985.901)	(400.795)	3.563.399	176.734	3.740.133
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício						742.944		742.944	94.783	837.727
Outros componentes do resultado abrangente							12.901	12.901		12.901
						742.944	12.901	755.845	94.783	850.628
Transações com acionistas										
Aumento de capital		521						521		521
Cisão parcial com redução de capital		(417.696)						(417.696)		(417.696)
Redução de capital para absorção de prejuízo		(483.461)				483.461				
Aumento de capital - Oferta primária de ações		700.000						700.000		700.000
Custo na emissão de ações			(44.150)					(44.150)		(44.150)
Destinação do resultado do exercício										
Constituição de reserva legal				12.025		(12.025)				
Deliberação de dividendos						(57.120)		(57.120)	(56.335)	(113.455)
Retenção de lucros					171.359	(171.359)				
		(200.636)	(44.150)	12.025	171.359	242.957		181.555	(56.335)	125.220
Em 31 de dezembro de 2021		4.749.459	(44.150)	12.025	171.359		(387.894)	4.500.799	215.182	4.715.981
Em 1º de janeiro de 2022		4.749.459	(44.150)	12.025	171.359		(387.894)	4.500.799	215.182	4.715.981
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício						867.549		867.549	89.697	957.246
Outros componentes do resultado abrangente							174.921	174.921		174.921
						867.549	174.921	1.042.470	89.697	1.132.167
Transações com acionistas										
Aquisição da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.							(70.053)	(70.053)	(6.841)	(76.894)
Aumento de capital CBA Energia	1.1 (n)								16.421	16.421
Deliberação de dividendos	1.1 (g)				(171.359)			(171.359)		(171.359)
Deliberação de dividendos CBA Energia	1.1 (n)								(67.535)	(67.535)
Custos na emissão de ações			(262)					(262)		(262)
Destinação do resultado do exercício										
Constituição de reserva legal	25 (c)			43.377		(43.377)				
Deliberação de dividendos	25 (b)					(206.043)		(206.043)	(18.999)	(225.042)
Retenção de lucros					618.129	(618.129)				
			(262)	43.377	446.770	(867.549)	(70.053)	(447.717)	(76.954)	(524.671)
Em 31 de dezembro de 2022		4.749.459	(44.412)	55.402	618.129		(283.026)	5.095.552	227.925	5.323.477

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021 Reapresentado Nota 2.3 (a)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 Reapresentado Nota 2.3 (a)
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	7.575.527	7.382.884	8.824.627	8.423.180
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(6.198.602)	(6.171.956)	(7.175.365)	(6.799.472)
Lucro bruto		1.376.925	1.210.928	1.649.262	1.623.708
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	(42.044)	(30.283)	(49.351)	(42.269)
Gerais e administrativas	27	(351.560)	(294.097)	(405.059)	(338.027)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(45.671)	120.592	(49.600)	97.799
		(439.275)	(203.788)	(504.010)	(282.497)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		937.650	1.007.140	1.145.252	1.341.211
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	16	45.757	132.241	(12.865)	13.355
		45.757	132.241	(12.865)	13.355
Resultado financeiro líquido	30				
Receitas financeiras		228.703	94.378	270.468	109.816
Despesas financeiras		(471.773)	(426.236)	(512.431)	(461.500)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		162.419	(67.344)	194.805	(70.289)
Variações cambiais, líquidas		50.196	(74.468)	45.097	(74.554)
		(30.455)	(473.670)	(2.061)	(496.527)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		952.952	665.711	1.130.326	858.039
Imposto de renda e contribuição social	22				
Correntes		(105.431)		(198.906)	(68.000)
Diferidos		3.769	77.864	9.567	48.319
Lucro líquido das operações continuadas		851.290	743.575	940.987	838.358
Operações descontinuadas					
Lucro líquido (prejuízo) proveniente da operação descontinuada	2.3 (a)	16.259	(631)	16.259	(631)
Lucro líquido atribuível aos acionistas		867.549	742.944	957.246	837.727
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		867.549	742.944	867.549	742.944
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores				89.697	94.783
Lucro líquido do exercício		867.549	742.944	957.246	837.727
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		595.833	887.440		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	25 (e)	1.456,03	837,18		
Das operações continuadas					
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		1.428,74	837,89		
Das operações descontinuadas					
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		27,29	(0,71)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício		867.549	742.944	957.246	837.727
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Hedge accounting operacional, líquido de efeitos tributários	25 (d)	174.033	11.632	174.033	11.632
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas		888	1.269	888	1.269
		174.921	12.901	174.921	12.901
Total do resultado abrangente do exercício		1.042.470	755.845	1.132.167	850.628
Resultado abrangente atribuível aos acionistas					
Controladores				1.042.470	755.845
Não controladores				89.697	94.783
				1.132.167	850.628

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**952.952**	**665.711**	**1.130.326**	**858.039**
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais		186.020	404.517	169.806	416.376
Equivalência patrimonial	16 (c)	(45.757)	(131.610)	12.865	(12.724)
Depreciação, amortização e exaustão	27	454.023	426.008	539.511	496.045
Contratos futuros de energia	29	86.403	(183.105)	86.403	(183.105)
Ganho na venda de imobilizado	29		(29.000)		(29.000)
Baixa na venda de ativos		5.169	532.733	6.667	533.889
Valor justo de ativo disponível para venda	29	47.522		47.522	
Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos	29		(17.143)		(17.143)
Reversão para desvalorização de ativos *(impairment)*	29	(226.006)	(603.945)	(226.007)	(603.945)
Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)*	29	15.444		15.444	
Instrumentos financeiros derivativos		(23.598)	909.386	(55.984)	912.332
Repactuação do risco hidrológico			(188.047)		(285.446)
Projeto Rondon			111.955		111.955
Valor justo - Propriedade para investimento		(7.960)		(7.960)	
Constituição de provisões, líquidas		38.056	86.146	39.458	85.887
		1.482.268	1.983.606	1.758.051	2.283.160
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Aplicações financeiras		106.260	188.543	76.657	234.517
Instrumentos financeiros derivativos		(222.946)	(796.573)	(222.946)	(796.573)
Contas a receber de clientes		64.748	(196.397)	111.900	(219.590)
Estoques		(318.686)	(402.801)	(248.074)	(523.959)
Tributos a recuperar		24.071	464.143	107.445	477.713
Depósitos judiciais		(18.412)	(4.620)	(18.429)	(5.232)
Demais créditos e outros ativos		(6.652)	(32.134)	(110.286)	(16.190)
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		303.807	227.797	326.484	229.509
Risco sacado a pagar		(354.123)	(36.831)	(347.526)	(36.564)
Salários e encargos sociais		6.682	(13.360)	8.536	(13.518)
Tributos a recolher		(120.567)	1.774	(216.065)	(64.335)
Uso do bem público - UBP		24.237	(7.034)	24.357	25.132
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(44.876)	(68.039)	(46.540)	(68.038)
Demais obrigações e outros passivos		61.940	12.759	56.171	20.401
Caixa proveniente das atividades operacionais		**987.751**	**1.320.833**	**1.259.735**	**1.526.433**
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e uso do bem público - UBP		(238.028)	(196.421)	(250.069)	(198.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(161.495)	(106.589)	(254.887)	(167.108)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**588.228**	**1.017.823**	**754.779**	**1.161.062**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	17 e 18	(896.145)	(457.986)	(952.426)	(523.577)
Aquisição de 80% Alux	1.1 (a)	(128.246)		(128.244)	
Aquisição remanescente 20% Alux	1.1 (b)	(49.000)		(49.000)	
Aquisição de participação de não controladores Enercan	1.1 (k)			(24.632)	
Aquisição de investimento Santa Cruz			(2.500)		(2.500)
Ajuste de preço de aquisição de investimento			12.828		12.828
Aumento de capital em investidas	16 (c)	(93.548)	(106.600)		
Venda de investimento São Miguel Paulista	1.1 (c)	47.500		47.500	
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível			(2.555)		(5.918)
Dividendos recebidos			35.633	46.528	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.119.439)**	**(521.180)**	**(1.060.274)**	**(519.167)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recebimento por emissão de ações ordinárias - Oferta primária de ações			700.000		700.000
Custo na emissão de ações		(262)	(44.150)	(262)	(44.150)
Recebimento aumento capital CBA Energia				16.421	
Captações de recursos	20	534.971	308.928	534.971	308.928
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(481.328)	(324.301)	(511.535)	(354.741)
Redução de capital			(407.022)		(407.022)
Instrumentos financeiros derivativos		4.091	16.026	4.091	16.026
Dividendos pagos		(228.478)		(324.090)	(11.391)
Liquidação de arrendamentos	19	(25.900)	(29.153)	(30.002)	(32.924)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		**(196.906)**	**220.328**	**(310.406)**	**174.726**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(728.117)	716.971	(615.901)	816.621
Efeito no caixa de empresa excluída na consolidação				(9)	
Efeito no caixa de empresa adquirida e incluída na consolidação				15.647	286
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.280.956**	**563.985**	**1.449.345**	**632.438**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**552.839**	**1.280.956**	**849.082**	**1.449.345**
Transações que não afetaram caixa					
Aumento de capital			521		521
Imóveis envolvidos na redução de capital			10.674		
Novos contratos de arrendamento			53.254	14.660	58.854
Contas pagar	1.1 (a)	5.000		5.000	
Aquisição remanescente 20% Alux		(49.000)		(49.000)	
Imóvel recebido como forma de quitação de dívida	31	(18.000)		(18.000)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas					
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		8.850.189	8.755.276	10.527.940	10.162.963
Outras receitas operacionais		48.319	77.670	45.902	56.657
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	11	(5.614)	3.829	(6.731)	3.814
		8.892.894	8.836.775	10.567.111	10.223.434
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas e outros insumos de produção		(4.265.141)	(4.539.496)	(4.995.598)	(5.103.361)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.269.994)	(1.523.026)	(1.378.969)	(1.576.632)
		(5.535.135)	(6.062.522)	(6.374.567)	(6.679.993)
Valor adicionado bruto		3.357.759	2.774.253	4.192.544	3.543.441
Depreciação, amortização e exaustão	17 e 18	(454.023)	(426.008)	(539.511)	(496.045)
Reversão para desvalorização de ativos *(impairme*nt)	29	226.006	603.945	226.007	603.945
Repactuação do risco hidrológico	27		188.047		285.446
Valor adicionado líquido produzido		3.129.742	3.140.237	3.879.040	3.936.787
Transferências					
Resultado de participações societárias	16	45.757	131.610	(12.865)	12.724
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		1.027.726	552.677	1.137.281	587.398
Tributos diferidos	22	3.769	77.864	9.567	48.319
		1.077.252	762.151	1.133.983	648.441
Valor adicionado total a distribuir		4.206.994	3.902.388	5.013.023	4.585.228
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	28				
Remuneração direta		462.081	383.225	522.061	431.984
Encargos sociais		238.252	186.635	270.451	214.154
Benefícios		123.645	108.305	141.049	122.814
		823.978	678.165	933.561	768.952
Impostos e contribuições					
Federais		890.288	905.140	1.249.674	1.210.166
Estaduais		510.227	486.998	675.773	620.032
		1.400.515	1.392.138	1.925.447	1.830.198
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		1.058.181	1.026.347	1.139.342	1.083.925
Aluguéis e arrendamentos	19	56.771	62.794	57.427	64.426
		1.114.952	1.089.141	1.196.769	1.148.351
Remuneração de capitais próprios					
Participação dos acionistas não controladores				89.697	94.783
Lucro líquido do exercício		867.549	742.944	867.549	742.944
		867.549	742.944	957.246	837.727
Valor adicionado distribuído		4.206.994	3.902.388	5.013.023	4.585.228

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

A Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia" ou "CBA") é controlada pela Votorantim S.A. ("VSA"), sediada na cidade de São Paulo, tendo como atividades preponderantes a exploração e o aproveitamento de jazidas de bauxita no território nacional, produzindo e/ou comercializando, no país e no exterior, bauxita, alumina, alumínio primário e transformados, possuindo ampla linha de produtos, como lingotes, tarugos, chapas, bobinas, folhas e extrudados. Além disso, possui unidades produtivas, detidas por meio de controladas. A CBA Itapissuma Ltda. ("CBA Itapissuma"), situada em Pernambuco, localizada na cidade de Itapissuma, com capacidade instalada de 56 mil toneladas anuais entre folhas e chapas de alumínio, contribui para a competividade da indústria nacional frente aos produtos importados, complementando a linha de produtos laminados da CBA. Em 31 de janeiro de 2022, a operação de aquisição de 80% das quotas da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("Alux"), localizada no estado de São Paulo foi concluída (Nota 1.1. (a)). Em 18 de novembro de 2022, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de compra e venda de quotas, onde definiu a aquisição pela Companha dos 20% das quotas remanescentes (Nota 1.1. (b)). Alux é um dos principais fornecedores de alumínio secundário do país, focado na produção de alumínio a partir da reciclagem de sucata, com capacidade instalada de 46 mil toneladas por ano e está entre os maiores fornecedores de ligas secundárias de alumínio do Brasil. Esta operação também incentiva a economia circular e contribui para a produção de alumínio com menor pegada de carbono. A Companhia ainda conta com sua investida Metalex Ltda. ("Metalex"), localizada em Araçariguama, no estado de São Paulo, e é responsável pela reciclagem de sucata de alumínio para a produção de tarugos. A unidade possui capacidade produtiva de 90 mil toneladas por ano. A Companhia comercializa o excedente da geração de energia elétrica no mercado local. Até 31 de janeiro de 2022, a comercialização era realizada por intermédio da Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora") (anteriormente denominada Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.), empresa em que o Grupo Votorantim possui participação, a qual prestava serviços de intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica. A CBA possui usinas hidrelétricas próprias e participa em consórcios, o que a possibilita reduzir o custo da energia consumida durante o processo de produção de alumínio primário. Ao todo, são 21 usinas hidrelétricas localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, totalizando 1,4 *gigawatt* de capacidade instalada 100% renovável (contribuindo para a produção de alumínio de baixo carbono), já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com fator de capacidade médio de 53%. A Companhia também participa da construção de um parque eólico no Nordeste, com capacidade de 171,6 *megawatt*. A partir de fevereiro de 2022, a comercialização de energia foi internalizada. A bauxita processada pela Companhia é preponderantemente proveniente de três unidades próprias de mineração, localizadas em Goiás (Barro Alto) e Minas Gerais (Poços de Caldas e Miraí), e de pequena parte de um fornecedor também localizado no estado de Goiás (Barro Alto), com o qual a Companhia possui contrato de compra e venda com vigência até 2028. A Companhia também detém operações de níquel que se encontram paralisadas, e para as quais estão sendo avaliadas alternativas de novos negócios para viabilização da operação. Os ativos relacionados a esta operação encontram-se com *impairment* constituído para sua totalidade. Para os ativos relacionados a refinaria de São Miguel Paulista, foi realizada a reversão do *impairment* em junho de 2022, tendo em vista a conclusão das condições precedentes de venda realizada em julho de 2022 (Nota 1.1. (c)). **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Aquisição de 80% da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.:** Em 3 de novembro de 2021, a Companhia firmou o contrato para aquisição de 80% do capital social da Alux, cujo preço de aquisição de R$133.246, estava sujeito a ajustes no fechamento conforme estabelecido no contrato de compra e venda. A conclusão da transação estava condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, bem como obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a qual foi formalizada sem restrições, em 6 de janeiro de 2022. Em 31 de janeiro de 2022, a aquisição da participação da Alux foi concluída, após cumprimento de todas as condições precedentes. O resumo dos saldos da Alux, a valor contábil e a valor justo em 31 de janeiro de 2022 encontra-se abaixo, considerando a atualização da versão final do PPA "*Purchase Price Allocation*". A variação entre o valor contábil e o valor justo decorre dos ajustes resultantes da avaliação e identificação de ativos e passivos conforme IFRS3/CPC 15 (R1) - "Combinação de negócios".

	Valor contábil	Ajustes	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	15.647		15.647
Contas a receber de clientes	38.515		38.515
Estoques	27.523	824	28.347
Outros créditos	26.922	(26.821)	101
Imobilizado - Terras e benfeitorias	3.893	20.874	24.767
Imobilizado - Máquinas e equipamentos	2.759	9.672	12.431
Imobilizado - Veículos	83	478	561
Intangível	23		23
Intangível - Carteira de clientes		41.905	41.905
Intangível - Claúsula de não competição		901	901
Fornecedores	(32.967)		(32.967)
Outros passivos assumidos	(7.985)		(7.985)
Impostos diferidos sobre a combinação de negócios		(16.263)	(16.263)
Total do patrimônio líquido	74.413	31.570	105.983

Metodologia utilizada para apurar o valor justo: (i) Estoques: ajuste considerando o valor de mercado dos estoques; (ii) Carteiras de clientes e cláusula de não competição: o valor justo do intangível proveniente de relacionamento com clientes foi apurado, conforme laudo de especialista contratado, considerando o método do "MPEEM (*Multi Period Earning Excess Method*)"; (iii) Imobilizado: os critérios de avaliação adotados para determinar o valor de mercado desses bens consistiram em avaliação pela taxa de retorno, com valor de mercado estimado para o total do imobilizado; (iv) Impostos a recuperar: no contrato "Compra e Venda de Quotas", decorrente da aquisição dos 80% da Alux pela Companhia, estabelece que 100% dos créditos tributários futuros pagos à Alux com fato gerador do crédito anterior ao processo de aquisição são pertencentes aos acionistas vendedores. Em 31 de janeiro de 2022, o montante dos referidos créditos reconhecidos na Alux era de R$26.821.

Ágio apurado nas aquisições (*goodwill*):

	31/1/2022
Contraprestação transferida	133.246
Valor da parcela do patrimônio líquido da Companhia adquirida a valor justo (R$105.983 x 80%) (i)	84.786
Ágio de expectativa de rentabilidade futura	48.460

(i) Atualização do montante referente à versão final do PPA "*Purchase Price Allocation*". Foi gerado ágio na aquisição considerando que a contraprestação transferida incluiu o montante pago pelo prêmio de controle.

Divulgação do preço de aquisição para fins de apresentação do fluxo de caixa consolidado:

	31/1/2022
Contraprestação paga	128.246
Contas a pagar	5.000
Total contraprestação transferida	133.246

(b) Aquisição da participação remanescente da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.: Em 18 de novembro de 2022, a Companhia celebrou o primeiro aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Quotas para aquisição de 20% do capital social remanescente da Alux, cujo preço de aquisição foi de R$98.000, pagos da seguinte forma: (i) R$49 milhões, equivalente à primeira parcela, paga em 30 de novembro de 2022; e (ii) R$49 milhões, equivalente à segunda parcela, paga em 31 de janeiro de 2023. O resumo com a variação entre o valor contábil e o valor justo decorre dos ajustes resultantes da avaliação, encontra-se abaixo.

	30/11/2022
Valor justo da contrapartida paga	98.000
Valor justo da parcela adquirida do patrimônio liquido da Alux	27.947
Diferença entre valor justo da contrapartida paga e parcela adquirida de não controladores	70.053

A diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações de não controladores e o valor justo da contrapartida paga foi reconhecida na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no patrimônio de acordo com o IFRS10/CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

(c) Venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista: Em julho de 2022, foram concluídas as condições precedentes para encerramento da transação de venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista, conforme acordo de compra realizado com a empresa Jervois Mining Limited. Para efetivação da venda, foi realizado em 1º de julho de 2022 o *drop down* (que consiste na conferência de capital de uma empresa para outra), de ativos e a cessão dos respectivos passivos para uma nova entidade jurídica, denominada Cristal Mineração e Metalurgia Ltda. ("Cristal"). A transferência dos ativos para a Cristal foi realizada parte com aumento de capital, no montante de R$141.911, e parte pela cessão de passivos, no montante de R$23.204, totalizando o acervo líquido transferido no montante de R$118.707, conforme abaixo:

	1/7/2022
Transferência de ativos via aumento de capital	141.911
Cessão de passivos	(23.204)
Total do acervo líquido transferido	**118.707**

O acervo líquido transferido para a Cristal foi composto por:

	1/7/2022
Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa (i)	750
Estoques (i)	2
Outros ativos (ii)	17
	769
Ativo não circulante	
Imobilizado e intangível (i)	141.159
Ativo de descomissionamento (ii)	27.911
	169.070
Total do ativo	**169.839**
Passivo circulante	
Fornecedores (ii)	(325)
Salários e encargos sociais (ii)	(471)
Provisões (ii)	(1.487)
Outros passivos (ii)	(1.614)
	(3.897)
Passivo não circulante	
Passivo de descomissionamento (ii)	(30.634)
Passivo ambiental (ii)	(16.601)
	(47.235)
Total do passivo	**(51.132)**
Total do acervo líquido	**118.707**

(i) Transferência de ativos via aumento de capital; (ii) Cessão de passivos. O valor total nominal da transação de venda corresponde a R$125.000 recebidos como adiantamento em 7 de dezembro de 2020 de R$15.000, R$ 47.500 em 15 de julho de 2022 no fechamento do contrato e o saldo remanescente de R$62.

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No entanto, em razão dessa saída, os acionistas remanescentes da Enercan exerceram sua opção de obter essas ações adicionais, o que levou um deles (parte não relacionada à CBA Energia) a adquirir o controle da Enercan, fazendo com que a CBA Energia e os demais acionistas perdessem o controle conjunto. A partir desta data, a CBA Energia deixou de reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas relacionados ao seu percentual de contribuição na Enercan e passou a reconhecer a entidade como coligada, pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que a CBA Energia ainda detém influência significativa na entidade. Na desconsolidação, o ágio da Enercan já existente no montante de R$30.501, foi reclassificado e está apresentado na rubrica de "Investimentos" (Nota 16 (c)). A tabela a seguir mostra os valores em cada linha do balanço que foram desconsolidados a partir de dezembro de 2022.

Ativo	**30/11/2022**
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	9
Aplicações financeiras	49.567
Contas a receber de clientes	54.828
Tributos a recuperar	1.276
Outros ativos	1.131
	106.811
Não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.921
Outros ativos	1.551
	9.472
Investimentos	241
Imobilizado	175.316
Intangível	56.297
Direito de uso	2
	241.328
Total do ativo	348.139

Passivo e patrimônio líquido	**30/11/2022**
Circulante	
Fornecedores	6.083
Salários e encargos sociais	212
Tributos a recolher	47.508
Dividendos a pagar	52.474
Uso do bem público - UBP	1.203
Outros passivos	3.525
	111.005
Não circulante	
Provisões	1.867
Uso do bem público - UBP	9.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.950
Outros passivos	2.712
	42.378
Total do passivo	153.383
Patrimônio líquido	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	194.756
Total do patrimônio líquido	194.756
Total do passivo e patrimônio líquido	348.139

(I) Operação descontinuada da Mineração Rio do Norte ("MRN"): Em 27 de dezembro de 2022, a administração da Companhia decidiu pelo desinvestimento da sua participação na MRN. Com isso, o investimento foi reclassificado para a conta de ativo mantido para venda (Nota 31 (a)), e foi reconhecido um "*impairment*" no montante de R$47.522, fazendo com que o referido ativo fosse demonstrado pelo seu valor justo.

	30/11/2022
Ativo mantido para venda	99.699
(–) Ajuste ao valor Justo	47.522
Ativo líquido mantido para venda	52.177

O valor justo descrito acima foi calculado com base em transações similares no atual estágio em que a investida se encontra. **(m) Aquisição da L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. ("L.C.G") pela Companhia:** Em 1º de outubro de 2022, a Companhia assinou contrato de compra de 100% das quotas da L.C.G junto a VSA. Esta empresa de pequeno porte atua como *backoffice* de usinas de energia, e prestava serviço para a Companhia até 30 de setembro de 2022. O valor da aquisição foi realizado pelo valor de mercado, no montante de R$5.337, não gerando ágio, sendo pago integralmente durante o mês de outubro de 2022. Com a aquisição, a L.C.G passa a ser controlada pela CBA, e consolidada a partir de outubro de 2022. **(n) Aumento de capital e distribuição de dividendos intermediários da CBA Energia:** Em 29 de abril de 2022, a Companhia deliberou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais acerca da destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$98.232, sendo R$30.697 para a CBA e R$67.535 para Auren Energia. Em 31 de outubro de 2022, a CBA e Auren Energia aumentaram o capital da CBA Energia no montante total de R$24.631, sendo R$8.210 da CBA e R$16.421 da Auren Energia, mediante aportes em moeda corrente nacional. Na mesma data, a CBA Energia deliberou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$4.000, relativos a lucros intercalares apurados pela CBA Energia no balanço levantado em 30 de junho de 2022, os quais ainda não foram pagos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes em 31 de dezembro de 2022, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, foram mensurados ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint operation* são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 4. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 9 de março de 2023. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 2.2 (c). **(a) Controladas:** Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint operation*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Principais empresas consolidadas	**Percentual do capital votante**		**Localização da sede**	**Atividade principal**
Controladas	**2022**	**2021**		
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	100,00		São Paulo - Brasil	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
Campos Novos Energia S.A.		23,78	Santa Catarina - Brasil	Geração de energia elétrica
CBA Energia Participações S.A.	100,00	100,00	São Paulo - Brasil	Participação em sociedades de geração de energia
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	100,00	São Paulo - Brasil	Produção de laminados de alumínio
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	100,00	São Paulo - Brasil	Participação em sociedades de geração de energia
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00		São Paulo - Brasil	Instalação e manutenção elétrica
Metalex Ltda.	100,00	100,00	São Paulo - Brasil	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	São Paulo - Brasil	Geração de energia
Fundos de aplicação financeira exclusivos				
Fundo de Investimentos Pentágono CBA Multimercado - Crédito privado	100,00	100,00	Brasil	Gestão de recursos financeiros

Principais empresas não consolidadas	**Percentual do capital votante**		**Localização da sede**	**Atividade principal**
Coligadas	**2022**	**2021**		
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3,52	3,52	Pará - Brasil	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Santa Catarina - Brasil	Geração de energia elétrica
Campos Novos Energia S.A.	25,44		Santa Catarina - Brasil	Geração de energia elétrica
Mineração Rio do Norte S.A. (Nota 32 (a))	10,00	10,00	Pará - Brasil	Extração de minério de alumínio

2.3 Reapresentação de cifras comparativas: (a) Ativo classificado como mantido para venda: A Companhia iniciou um plano de venda do seu investimento da MRN, desta forma, apresenta nestas demonstrações financeiras seu resultado como operação descontinuada. De acordo com o "IFRS 5/CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada", as informações financeiras comparativas do exercício de 2021 estão reapresentadas para refletir esta operação, sendo o montante de R$631 ajustado com efeito de receita na rubrica de "Equivalência patrimonial" e despesa na rubrica de "Prejuízo proveniente das operações descontinuadas". **2.4 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Companhia é o Real ("R$"). **(b) Transações e saldos:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas em reais. Para itens remensurados são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas".

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.2 Nova norma emitida e emenda às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas: a) Alteração no CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro" (aplicável para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023):** A mudança requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar sobre essas alterações e identificaram possíveis impactos em suas políticas contábeis. A Companhia e suas controladas estão coordenando uma avaliação de acordo com as regulamentações tributárias para concluir sobre possíveis impactos a partir de 1º de janeiro de 2023.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas: (i) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.2); (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11); (iii) Tributos a recuperar (Nota 13); (iv) Contratos futuros de energia (Nota 15); (v) Imobilizado e obrigações com descomissionamento de ativos (Nota 17); (vi) Intangível (Nota 18); (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22).

5. Gestão de risco socioambiental

A Companhia e suas controladas atuam em diversas atividades e estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais no meio ambiente, que obrigam a remoção e limpeza, evitando a contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão. A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. **5.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente a riscos provenientes de mudanças climáticas. Adicionalmente, os ativos da Companhia, notadamente, os ativos imobilizados (Nota 17) e intangíveis (Nota 18), podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente em relação as suas respectivas recuperabilidades ("*impairment*"), às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir: **i. Riscos de transição:** Legais e políticos: precificação de carbono e taxas de fronteira sobre o alumínio; Tecnológicos: indisponibilidade de tecnologias para redução de emissões de gases de efeito estufa frente à crescente demanda por alumínio de baixo carbono; Mercado: oscilações nos preços do alumínio devido a efeitos provenientes de mudanças climáticas nos países produtores; Reputacionais: estigmatização do setor como carbono intensivo, apesar da baixa pegada de carbono da CBA. **ii. Riscos físicos:** Crônicos: estão relacionados principalmente à redução da precipitação, aumento dos períodos de seca e aumento de temperatura, podendo ocasionar redução da geração de energia por fonte hídrica e impactos na produção e conflito pelo uso da água. Agudos: referentes a eventos climáticos extremos, com potencial de causar desmoronamento do solo nas áreas de lavras, perdas de mudas utilizadas em plantio de áreas mineradas, sobrecarga de sistemas elétricos, e danos a estruturas físicas das operações.

6. Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia é *commodity* (alumínio), cujo preço têm referência nas cotações internacionais *London Metal Exchange* ("LME") e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em reais, resultando no descasamento natural de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintas, que podem afetar seu fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas seguem as diretrizes definidas na Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento, onde estabelece que se deve monitorar cada fator de risco de mercado e pode-se contratar instrumentos derivativos visando atenuar os efeitos diversos destes riscos. De acordo com esta Política, os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e mitigação de riscos são: *swaps* convencionais, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas, juros ou *commodities* (NDF - *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplam compras e vendas de opções simultaneamente somente são autorizadas quando não resultam em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O Real (R$) é a moeda funcional da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção da volatilidade do fluxo de caixa nesta moeda, a redução da exposição cambial, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento definidos pela Administração. Essa proteção é contratada acompanhando-se a exposição cambial líquida. Neste sentido, a Política Financeira destaca que é permitida a contratação de derivativos com o objetivo de diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas da Companhia. Desta forma, para reduzir a exposição cambial oriunda predominantemente da receita futura atrelada a dólares norte-americanos, a Companhia utiliza instrumentos derivativos conforme aprovados em sua Política Financeira para (i) colocar seus contratos operacionais e dívidas em reais na mesma moeda de sua receita; ou (ii) converter suas receitas em dólares norte-americano para reais, obtendo, assim, uma exposição cambial a dólares norte-americanos menor (a exposição cambial é igual às receitas, caixa e aplicações e outras entradas em dólar norte-americano menos os custos, despesas e dívidas na mesma moeda). Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

		Controladora		**Consolidado**	
Ativos em moeda estrangeira	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	9	440.779	305.072	452.683	334.760
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	107.419	32.920	136.859	39.734
Contas a receber de clientes	11 (b)	133.406	174.785	150.828	197.138
		681.604	512.777	740.370	571.632
Passivos em moeda estrangeira					
Empréstimos e financiamentos (i)		2.510.094	2.635.882	2.510.094	2.635.882
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	32.700	331.129	32.700	340.889
Risco sacado a pagar		26.693	397.445	26.693	397.445
Fornecedores		148.949	72.405	149.738	80.786
		2.718.436	3.436.861	2.719.225	3.455.002
Exposição líquida		**(2.036.832)**	**(2.924.084)**	**(1.978.855)**	**(2.883.370)**

(i) Os custos de captação não são considerados nesta tabela. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Política Financeira estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros que afetam o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas. Com base nas exposições projetadas (advindas de contratos operacionais ou de dívida) para os principais indexadores de taxa de juros (principalmente CDI e IPCA), a Tesouraria elabora propostas para contratação de *hedge*, quando aplicável, e as submete à aprovação da Diretoria ou do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia. Tais propostas de *hedge* podem considerar a troca de indexadores em posição ativa de juros por indexadores ou taxas pré-fixadas em posição passiva de câmbio ou na própria moeda. **(iii) Risco do preço de *commodities:*** A Política Financeira estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities*, tanto na receita quanto nos custos, que afetam os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas operacionais. As exposições a cada commodity consideram as projeções mensais de produção e vendas e o volume de compras de *commoditites*. **(b) Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros derivativos, *time deposits*, CDBs, operações compromissadas com lastro em debêntures e títulos públicos federais criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem definido em sua Política Financeira que é necessário considerar apenas emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) para operações *onshore* ou "BBB-" (em escala global) para operações *offshore*, ou equivalente. Adicionalmente, a Política Financeira define limites de alocação por contraparte levando em consideração a concentração e percentual do patrimônio líquido de cada entidade. Os ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, devem ser aprovados pelo Conselho de Administração. A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações via modelo de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato com cada contraparte. A utilização da metodologia segue diretrizes definidas na Política Financeira. **(c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa. A tabela a seguir apresenta os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento (período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento). Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamentos e uso do bem público.

Controladora

Em 31 de dezembro de 2022	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Entre 5 e 10 anos**	**A partir de 10 anos**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	265.409	1.198.937	1.421.116	897.562	25.951	3.808.975
Instrumentos financeiros derivativos	4.148	7.643	7.292	11.046	2.571	32.700
Arrendamentos	24.514	4.037				28.551
Risco sacado a pagar	203.627					203.627
Fornecedores	861.782					861.782
Dividendos a pagar	206.044					206.044
Uso do bem público - UBP	69.861	151.661	170.825	528.234	551.608	1.472.189
Partes relacionadas	984	58.985				59.969
	1.636.369	1.421.263	1.599.233	1.436.842	580.130	6.673.837

Controladora

Em 31 de dezembro de 2021	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Entre 5 e 10 anos**	**A partir de 10 anos**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	172.352	1.120.307	1.417.693	962.941	42.513	3.715.806
Instrumentos financeiros derivativos	231.289	13.156	14.206	51.948	20.530	331.129
Arrendamentos	25.093	14.772	96			39.961
Risco sacado a pagar	557.750					557.750
Fornecedores	558.300					558.300
Dividendos a pagar	57.199					57.199
Uso do bem público - UBP	49.844	111.861	121.519	438.346	505.998	1.227.568
Partes relacionadas	350	49.543				49.893
	1.652.177	1.309.639	1.553.514	1.453.235	569.041	6.537.606

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Entre 5 e 10 anos**	**A partir de 10 anos**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	265.409	1.198.937	1.421.116	897.562	25.951	3.808.975
Instrumentos financeiros derivativos	4.148	7.643	7.292	11.046	2.571	32.700
Arrendamentos	26.299	8.070	4.562			38.931
Risco sacado a pagar	210.491					210.491
Fornecedores	1.008.669					1.008.669
Dividendos a pagar	227.116					227.116
Uso do bem público - UBP	77.644	167.226	186.390	559.363	556.624	1.547.247
Partes relacionadas	984	73.106				74.090
	1.820.760	1.454.982	1.619.360	1.467.971	585.146	6.948.219

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Entre 5 e 10 anos**	**A partir de 10 anos**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	205.450	1.120.307	1.417.693	962.941	42.513	3.748.904
Instrumentos financeiros derivativos	231.289	13.156	14.432	58.743	23.269	340.889
Arrendamentos	26.838	16.876	112			43.826
Risco sacado a pagar	558.017					558.017
Fornecedores	655.626					655.626
Dividendos a pagar	142.191					142.191
Uso do bem público - UBP	57.681	143.206	137.192	477.528	510.357	1.325.964
Partes relacionadas	350	61.800				62.150
	1.877.442	1.355.345	1.569.429	1.499.212	576.139	6.877.567

6.2 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: **(a) *Hedge* de fluxo de caixa:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e designa como *hedge accounting* passivos não derivativos. **Programa de proteção do resultado operacional (hedge da receita/estratégico) -** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de commodity em conjunto com a venda a termo de Dólar americano. Em junho de 2021, este hedge deixou de ser executado pela Companhia e os contratos vigentes se encerraram em maio de 2022. A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores acumulados no patrimônio líquido relacionadas a eventuais parcelas não efetivas são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas sem efeitos são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas vendas referenciadas em preço LME. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldos em aberto relacionados a esse programa. **Programa de proteção do prêmio da exportação -** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia contratou em 2020 e 2021 instrumentos financeiros derivativos para proteger parte do prêmio implementado nas vendas no mercado externo contra oscilações do câmbio. O hedge, nesse caso, foi realizado através da compra e venda de opções, montando-se a estrutura de *Zero Cost Collar ("*ZCC"). Através dessa estrutura obtém-se um intervalo de livre oscilação cambial para o prêmio negociado em dólares, com um limite máximo e um limite mínimo para o dólar. A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores acumulados no patrimônio líquido relacionadas a eventuais parcelas não efetivas são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas vendas referenciadas em preço LME. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldos em aberto relacionados a esse programa. **Nota de Crédito à Exportação (NCE) dolarizada -** Visando a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas receitas dolarizadas (dado que os preços são negociados com base nos preços da bolsa de Londres LME - em dólares por tonelada), a Companhia designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira em *hedge accounting*. A parcela efetiva da variação cambial das operações designadas e qualificadas como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores acumulados no patrimônio líquido relacionados a eventuais parcelas não efetivas são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas, bem como a amortização dos juros são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas vendas referenciadas em preço LME. **(b) Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting:*** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial. Os instrumentos abaixo não foram designados como *hedge accounting*. **Instrumentos de proteção de dívida em Dólares -** instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar as taxas flutuantes em IPCA (ou outro indexador) em reais para taxas fixas em dólares, casando parcialmente a moeda das despesas financeiras e amortização das dívidas com a da receita, reduzindo então a exposição cambial a dólares da companhia. A proteção é realizada por meio de *swaps*. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Resultado financeiro líquido". **Instrumentos de proteção de contratos operacionais -** instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar as taxas flutuantes em IPCA (ou outro indexador) em Reais dos contratos operacionais da companhia para taxas fixas em Dólares, casando parcialmente a moeda dos contratos operacionais com a da receita, reduzindo então a exposição cambial a dólares da companhia. A proteção é realizada por meio de swaps. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de "Resultado financeiro líquido". **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado por meio de modelos consagrados de precificação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço patrimonial. Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. **(d) Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial, resultado financeiro e fluxo de caixa:** A seguir são apresentados os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos por eles:

Controladora

										2022	
		Valor principal		**2021**			**Valor justo**				**2022**
Programas	**Unidade**	**2022**	**2021**	**Total (líquido entre ativo e passivo)**	**Receita (despesa)**	**Resultado financeiro**	**Outros resultados abrangentes**	**Perda (ganho) realizada**	**Total (líquido entre ativo e passivo)**
Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*									
Programa de proteção do resultado operacional *(hedge* estratégico)									
Termo de alumínio	ton		57.200	(217.452)	(190.209)		132.518	275.143	
Termo de dólar americano	USD mil		119.641	2.852	51.388		(2.043)	(52.197)	
				(214.600)	(138.821)		130.475	222.946	
Instrumentos derivativos não designados em *hedge accounting*									
Instrumentos de proteção de dívida em dólares									
*Swap*s taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	128.937	141.948	(67.969)		39.435		(4.091)	(32.625)
				(67.969)		39.435	–	(4.091)	(32.625)
Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia									
*Swap*s taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL mil	651.235	651.235	(15.640)		122.984			107.344
				(15.640)	–	122.984	–	–	107.344
				(298.209)	(138.821)	162.419	130.475	218.855	74.719
Ativo circulante				10.749					25.804
Ativo não circulante				22.171					81.615
Passivo circulante				(231.289)					(4.148)
Passivo não circulante				(99.840)					(28.552)
				(298.209)					74.719

Consolidado

										2022	
		Valor principal		**2021**			**Valor justo**				**2022**
Programas	**Unidade**	**2022**	**2021**	**Total (líquido entre ativo e passivo)**	**Receita (despesa)**	**Resultado financeiro**	**Outros resultados abrangentes**	**Perda (ganho) realizada**	**Total (líquido entre ativo e passivo)**
Instrumentos derivativos designados em *hedge accounting*									
Programa de proteção do resultado operacional *(hedge* estratégico)									
Termo de alumínio	ton		57.200	(217.452)	(190.209)		132.518	275.143	
Termo de dólar americano	USD mil		119.641	2.852	51.388		(2.043)	(52.197)	
				(214.600)

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora			
						Impactos no resultado			
						Cenários I & II			
Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Contratos futuros de energia	-25%	-50%	25%	50%
Câmbio									
USD	440.779	2.510.094	780.172	BRL mil		671.028	1.342.056	(671.028)	(1.342.056)
Taxas de juros									
BRL - CDI	322.801	231.444		BRL mil		(3.118)	(6.235)	3.118	6.235
BRL - IPCA	59.665	201.929	780.172	BRL mil		(23.736)	(44.084)	27.206	57.996
USD - SOFR		514.274		USD mil		6.127	12.255	(6.127)	(12.255)
BRL - TR		36.226		BRL mil		148	295	(148)	(295)
MtM de energia elétrica									
Valor justo				BRL mil	121.798	(4.976)	(6.334)	6.998	13.997

						Consolidado			
						Impactos no resultado			
						Cenários I & II			
Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Contratos futuros de energia	-25%	-50%	25%	50%
Câmbio									
USD	452.683	2.510.094	952.247	BRL mil		698.223	1.396.445	(698.223)	(1.396.445)
Taxas de juros									
BRL - CDI	642.799	231.444		BRL mil		(14.038)	(28.075)	14.038	28.075
BRL - IPCA	59.665	201.929	952.247	BRL mil		(32.653)	(61.264)	36.830	78.006
USD - SOFR		514.274		USD mil		6.127	12.255	(6.127)	(12.255)
BRL - TR		36.226		BRL mil		148	295	(148)	(295)
MtM de energia elétrica									
Valor justo				BRL mil	121.798	(4.976)	(6.334)	6.998	13.997

(i) Os saldos apresentados não conciliam com a nota explicativa pois para a análi se de sensibilidade não são considerados os custos de captação. BRL Moeda nacional Real. CDI Certificado de Depósito Interbancário. IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo. TR Taxa Referencial. USD Dólar americano. SOFR *Secured Overnight Financing Rate*.

6.5 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice de alavancagem financeira, medido pela dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado dos últimos doze meses. A Companhia utiliza o EBITDA ajustado como indicador de seu desempenho operacional, apesar desta informação suplementar não ser definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade. O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro líquido mais/menos resultado financeiro, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão, menos o resultado nas participações societárias, mais dividendos recebidos de investidas e mais/menos itens não caixa excepcionais (itens não caixa considerados pela Administração como excepcionais, são excluídos da medição do EBITDA ajustado), de acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.

		Consolidado	
	Nota	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	2.968.728	3.106.065
Arrendamentos	19	31.819	44.689
Caixa e equivalentes de caixa	9	(849.082)	(1.449.345)
Aplicações financeiras	10	(339.846)	(337.414)
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	(104.159)	301.155
Dívida líquida - (A)		**1.707.460**	**1.665.150**

	Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	957.246	837.727
Imposto de renda e contribuição social	189.339	19.681
Lucro líquido antes dos impostos	1.146.585	857.408
Depreciação, amortização e exaustão	539.511	496.045
Resultado financeiro, líquido	2.061	496.527
EBITDA	**1.688.157**	**1.849.980**
Itens excepcionais		
Equivalência patrimonial	12.865	(13.355)
Equivalência patrimonial - Operações descontinuadas	(16.259)	631
Contratos futuros de energia	86.403	(183.105)
Perda na venda de investimento	18.493	
Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos		(17.143)
Reconhecimento ao valor justo dos ativos mantidos para venda	47.522	
Ganho na venda de imobilizado		(29.000)
Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)*	15.444	
Reversão para desvalorização de ativos *(impairment)*	(226.007)	(71.051)
EBITDA ajustado (B)	**1.626.618**	**1.536.957**
Índice de alavancagem financeira - (A/B)	**1,05**	**1,08**

7. Instrumentos financeiros por categoria

Política Contábil: As compras e vendas normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, onde os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem. **(a) Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii) Valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros que uma entidade administra com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda de tais ativos e ativos financeiros que não geram fluxos de caixa que sejam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é realizado de acordo com os fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros. As condições contratuais do ativo financeiro geram crescimento em datas específicas para os fluxos de caixa, representados por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

			Controladora	
				2022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9		552.839	552.839
Aplicações financeiras	10		270.544	270.544
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		107.419	107.419
Contas a receber de clientes	11	467.734		467.734
Dividendos a receber	14	22.804		22.804
Partes relacionadas	14	48.599		48.599
		539.137	930.802	1.469.939
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	2.968.728		2.968.728
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		32.700	32.700
Arrendamentos	19	17.040		17.040
Risco sacado a pagar	21	203.627		203.627
Fornecedores		861.782		861.782
Contratos futuros de energia	15		121.798	121.798
Dividendos a pagar	14	206.044		206.044
Partes relacionadas	14	59.969		59.969
		4.317.190	154.498	4.471.688

				Controladora	
					2021
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9		1.280.956		1.280.956
Aplicações financeiras	10		280.549		280.549
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		22.171	10.749	32.920
Contas a receber de clientes	11	605.096			605.096
Dividendos a receber	14	15.415			15.415
Partes relacionadas	14	47.274			47.274
		667.785	1.583.676	10.749	2.262.210
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	3.074.967			3.074.967
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		105.781	225.348	331.129
Arrendamentos	19	41.111			41.111
Risco sacado a pagar	21	557.750			557.750
Fornecedores		558.300			558.300
Contratos futuros de energia	15		35.395		35.395
Dividendos a pagar	14	57.199			57.199
Partes relacionadas	14	49.893			49.893
		4.339.220	141.176	225.348	4.705.744

				Consolidado	
					2022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado		Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9		849.082		849.082
Aplicações financeiras	10		339.846		339.846
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		136.859		136.859
Contas a receber de clientes	11	496.305			496.305
Partes relacionadas	14	60.648			60.648
		556.953	1.325.787		1.882.740
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	2.968.728			2.968.728
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		32.700		32.700
Arrendamentos	19	31.819			31.819
Risco sacado a pagar	21	210.491			210.491
Fornecedores		1.008.669			1.008.669
Contratos futuros de energia	15		121.798		121.798
Dividendos a pagar	14	227.116			227.116
Partes relacionadas	14	74.090			74.090
		4.520.913	154.498		4.675.411

					Consolidado
					2021
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9		1.449.345		1.449.345
Aplicações financeiras	10		337.414		337.414
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		28.985	10.749	39.734
Contas a receber de clientes	11	698.249			698.249
Dividendos a receber	14	664			664
Partes relacionadas	14	57.323			57.323
		756.236	1.815.744	10.749	2.582.729
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	3.106.065			3.106.065
Instrumentos financeiros derivativos	6.2		115.541	225.348	340.889
Arrendamentos	19	44.689			44.689
Risco sacado a pagar	21	558.017			558.017
Fornecedores		655.626			655.626
Contratos futuros de energia	15		35.395		35.395
Dividendos a pagar	14	142.191			142.191
Partes relacionadas	14	62.150			62.150
		4.568.738	150.936	225.348	4.945.022

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

7.1 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

8. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da *Standard & Poor's* e da *Fitch Ratings* e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras.

	Controladora						Consolidado					
	2022			2021			2022			2021		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa												
AAA	198.541		198.541	1.066.992		1.066.992	482.846		482.846	1.205.471		1.205.471
AA+				54.412		54.412				54.412		54.412
AA	19		19	153.722		153.722	52		52	153.942		153.942
AA-		79.190	79.190				1	79.190	79.191			
A+		275.085	275.085	4	5.816	5.820		286.988	286.988	4	35.504	35.508
Sem *rating*	4		4	10		10	5		5	12		12
	198.564	354.275	552.839	1.275.140	5.816	1.280.956	482.904	366.178	849.082	1.413.841	35.504	1.449.345
Aplicações financeiras												
AAA	270.480		270.480	280.480		280.480	338.423		338.423	321.918		321.918
AA				5		5	1.359		1.359	15.432		15.432
Sem *rating*	64		64	64		64	64		64	64		64
	270.544		270.544	280.549		280.549	339.846		339.846	337.414		337.414
Instrumentos financeiros derivativos												
AAA	107.343		107.343	31.824		31.824	107.344		107.344	31.824		31.824
AA	76		76	1.096		1.096	29.515		29.515	7.910		7.910
	107.419		107.419	32.920		32.920	136.859		136.859	39.734		39.734
	576.527	354.275	930.802	1.588.609	5.816	1.594.425	959.609	366.178	1.325.787	1.790.989	35.504	1.826.493

9. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional				
Caixa e bancos	4.447	5.013	39.117	12.556
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	77.562	858.114	294.441	921.997
Operações compromissadas - Títulos públicos	5.944	112.757	38.726	162.816
Operações compromissadas - Títulos privados	24.107		24.105	
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs				17.216
Quotas de Fundos de Investimentos			10	
	112.060	975.884	396.399	1.114.585
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	361.589	305.072	373.493	334.760
Time Deposits	79.190		79.190	
	440.779	305.072	452.683	334.760
	552.839	1.280.956	849.082	1.449.345

O caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira compreendem as disponibilidades imediatas em contas correntes bancárias, as quais são remuneradas a taxa pré-fixada ou indexadas a taxas dos fundos da Reserva Federal dos Estados Unidos (*fed funds*). Em 31 de dezembro de 2022 os rendimentos médios dos CDBs e operações compromissadas foram de 102,52% a.a. e 95,66% a.a., respectivamente (31 de dezembro de 2021 - 102,73% a.a. e 101,67% a.a., respectivamente) da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e dos *time deposits* foram de 4,54%.

10. Aplicações financeiras

Política contábil: São classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

	Controladora		Consolidado	
Moeda nacional	2022	2021	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	43	18.147	6.308	66.199
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	210.772	200.203	273.809	209.016
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	59.665		59.665	
Operações compromissadas - Títulos públicos		62.135		62.135
Outros	64	64	64	64
	270.544	280.549	339.846	337.414
Circulante	270.544	280.485	339.846	337.350
Não circulante		64		64
	270.544	280.549	339.846	337.414

As aplicações na sua maioria compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras e são remuneradas entre 101,37% a.a. e 102,82% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 103,64% e 105,21%) da variação do CDI.

11. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada na integralidade do contas a receber.

(a) Composição:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Clientes nacionais		269.895	375.177	341.571	464.675
Clientes estrangeiros		131.829	182.989	149.853	205.356
Partes relacionadas	14	95.281	70.587	40.563	57.169
		497.005	628.753	531.987	727.200
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(29.271)	(23.657)	(35.682)	(28.951)
		467.734	605.096	496.305	698.249

(b) Composição por moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reais	334.328	430.311	345.477	501.111
Dólar Norte-americano	133.406	174.785	150.828	197.138
	467.734	605.096	496.305	698.249

(c) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa: A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a perda estimada requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado montante de provisão a ser constituído.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	(23.657)	(27.486)	(28.951)	(32.765)
Provisões líquidas das reversões	(5.614)	3.829	(6.731)	3.814
Saldo no final do exercício	(29.271)	(23.657)	(35.682)	(28.951)

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício. Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(d) Vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	381.121	458.512	408.873	548.817
Vencidos até 3 meses	59.427	78.327	62.708	82.071
Vencidos entre 3 a 6 meses	1.064	7.864	2.886	7.965
Vencidos há mais de 6 meses (i)	55.393	84.050	57.520	88.347
	497.005	628.753	531.987	727.200

(i) Dentre o valor demonstrado na tabela, R$49.045 e R$55.045 referem-se ao saldo a receber de clientes que apresentam garantias reais (alienação fiduciária) junto à negociação dos títulos vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente.

12. Estoques

Política contábil: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia, pelo menos uma vez ao ano, realiza o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

(a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	256.026	371.572	348.749	472.590
Produtos semi acabados	851.990	574.539	937.963	693.636
Materiais auxiliares e de consumo	204.423	125.404	247.682	157.762
Matérias-primas	161.140	113.607	254.335	214.930
Importações em andamento	129.471	94.033	130.584	90.927
Outros		5.211	376	13.425
Estimativa de perdas (i)	(33.118)	(48.320)	(38.320)	(50.958)
	1.569.932	1.236.046	1.881.369	1.592.312

Não há estoques dados como penhor em garantia de passivos. (i) A estimativa de perdas refere-se, substancialmente, aos materiais obsoletos e de baixo giro.

(b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques:

					Controladora	
					2022	2021
	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares	Total	Total
Saldo no início do exercício	(2.423)	(14.485)	(947)	(30.465)	(48.320)	(52.491)
Reversões (provisões) líquidas	(2.308)	(409)	341	17.578	15.202	4.171
Saldo no final do exercício	(4.731)	(14.894)	(606)	(12.887)	(33.118)	(48.320)

					Consolidado	
					2022	2021
	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares	Total	Total
Saldo no início do exercício	(4.534)	(14.513)	(1.447)	(30.464)	(50.958)	(52.491)
Reversões (provisões) líquidas	(3.356)	(1.820)	841	16.973	12.638	1.533
Saldo no final do exercício	(7.890)	(16.333)	(606)	(13.491)	(38.320)	(50.958)

13. Tributos a recuperar

Política contábil: Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal pela Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados. Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia ou possível venda de parcela dos créditos. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	502.091	398.939	539.658	413.821
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	267.392	290.361	270.097	292.516
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	138.694	127.598	143.604	164.767
Programa de Integração Social - PIS	29.667	26.837	30.729	36.807
Crédito previdenciário	22.364	20.570	30.427	20.570
ICMS sobre ativo imobilizado	69.189	40.032	71.208	40.032
Outros	7.692	10.772	24.920	11.386
	1.037.089	915.109	1.110.643	979.899
Circulante	377.672	252.447	419.791	294.434
Não circulante	659.417	662.662	690.852	685.465
	1.037.089	915.109	1.110.643	979.899

14. Partes relacionadas

Práticas contábeis: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladora, coligadas, *joint operation* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(a) Balanço patrimonial:

											Controladora	
	Sociedade controladora	Sociedades controladas										Sociedades ligadas
	VSA	Alux	CBA Energia	CBA Itapissuma	CBA Machadinho	Metalex	Enercan	Alunorte	Auren Comerc.	Auren Energia	Banco Votorantim	Outros
Contas a receber de clientes												
Faturamento entre empresas do grupo		3.573		1.810		49.331		537	30.804			
Outros	1.970									147		7.109
Dividendos a receber		6.983	9.231									6.590
Ativo circulante e não circulante												
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii)										43.050		
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii)											75	
Outros ativos												5.549
Fornecedores												
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	3.609											
Faturamento de energia (i)			8.329		3.944		25.214		42.809			
Faturamento das empresas do grupo				15		1.212		48.403				9.058
Passivo circulante e não circulante												
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii)										53.380		
Adiantamento de clientes								538		447		
Contratos futuros energia (i)									121.798			
Instrumentos financeiros derivativos (iii)											32.700	
Outros passivos												5.604
Dividendos a pagar	139.873											
Acionistas não controladores												66.171
Total em 31 de dezembro de 2022	**145.452**	**10.556**	**17.560**	**1.825**	**3.944**	**50.543**	**25.214**	**49.478**	**195.411**	**97.024**	**32.775**	**100.081**

											Controladora	
	Sociedade controladora	Sociedades controladas					Joint operation					Sociedades ligadas
	VSA	Alux	CBA Energia	CBA Itapissuma	CBA Machadinho	Metalex	Enercan	Alunorte	Auren Comerc.	Auren Energia	Banco Votorantim	Outros
Contas a receber de clientes												
Faturamento entre empresas do grupo				353	5.068	23.836			29.288			
Outros	3.689											8.353
Dividendos a receber			13.358		1.393			664				
Ativo circulante e não circulante												
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii)										36.372		
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii)											154.767	
Outros ativos												10.902
Fornecedores												
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	4.912											
Faturamento de energia (i)			6.616	6	3.566		41.123		47.492			645
Faturamento das empresas do grupo						1.249						
Passivo circulante e não circulante												
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo (ii)										46.331		
Adiantamento de clientes								347				3
Contratos futuros energia (i)									35.395			
Instrumentos financeiros derivativos (iii)											68.430	
Outros passivos												3.212
Dividendos a pagar	43.339											
Acionistas não controladores												13.860
Outros resultados abrangentes											49.690	
Total em 31 de dezembro de 2021	**51.940**		**19.974**	**359**	**10.027**	**25.085**	**41.123**	**1.011**	**112.175**	**82.703**	**272.887**	**36.975**

continua

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sociedade controladora	Consolidado Sociedades ligadas						
	VSA	Enercan	Alunorte	Auren Comerc.	Auren Energia	Banco Votorantim	MRN	Outros
Contas a receber de clientes								
Faturamento entre empresas do grupo			537	30.811				
Outros	1.970				664		39	6.542
Dividendos a receber		5.946					6.590	
Ativo circulante e não circulante								
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii)					55.101			
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii)						29.515		
Outros ativos								5.547
Fornecedores								
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	3.796							
Faturamento de energia (i)		25.214		42.809				
Faturamento das empresas do grupo			48.403					8.739
Passivo circulante e não circulante								
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii)					67.501			
Adiantamento de clientes			537		447			
Contratos futuros energia (i)				121.798				
Instrumentos financeiros derivativos (iii)						32.700		
Outros passivos								5.605
Dividendos a pagar	139.873				20.307			
Acionistas não controladores								66.936
Total em 31 de dezembro de 2022	**145.639**	**31.160**	**49.477**	**195.418**	**144.020**	**62.215**	**6.629**	**26.433**

	Sociedade controladora	*Joint operation*	Consolidado Sociedades ligadas					
	VSA	Enercan	Alunorte	Auren Comerc.	Auren Energia	Banco Votorantim	MRN	Outros
Contas a receber de clientes								
Faturamento entre empresas do grupo				34.362				
Outros	3.689							19.118
Dividendos a receber			664					
Ativo circulante e não circulante								
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii)					46.657			
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii)						177.009		
Outros ativos								10.666
Fornecedores		41.123						
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	6.719							
Faturamento de energia (i)				52.524				
Faturamento das empresas do grupo								644
Passivo circulante e não circulante								
Participação acionária na Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro (ii)					58.590			
Adiantamento de clientes			347					3
Contratos futuros energia (i)				35.395				
Instrumentos financeiros derivativos (iii)						78.190		
Outros passivos								3.210
Dividendos a pagar	43.339				29.386			22.896
Acionistas não controladores								46.570
Outros resultados abrangentes						49.690		
Total em 31 de dezembro de 2021	**53.747**	**41.123**	**1.011**	**122.281**	**134.633**	**304.889**		**103.107**

(b) Demonstração do resultado:

	Sociedade controladora	Sociedades controladas					Controladora Sociedades ligadas							
	VSA	Alux	CBA Energia	CBA Itapissuma	CBA Machadinho	Metalex	Enercan	Alunorte	Auren Comerc.	Auren Energia	Banco Votorantim	L.C.G.S.P.E.	Nexa Resources	Outros
Compras														
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	36.194													
Faturamento de energia (i)			102.543		46.785		237.078		462.584					
Faturamento das empresas do grupo				17.663		20.899		425.326				3.923	412	153
Vendas														
Saldos de faturamento de energia (i)									275.253					
Saldos de faturamento entre empresas		69.949		7.639		510.930							12.573	6.875
Receitas (despesas) financeiras														
Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i)										(160)				
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii)											39.400			
Outros											469			(2.100)
Total em 31 de dezembro de 2022	**36.194**	**69.949**	**102.543**	**25.302**	**46.785**	**531.829**	**237.078**	**425.326**	**737.837**	**(160)**	**39.869**	**3.923**	**12.985**	**4.928**

	Sociedade controladora	Sociedades controladas					*Joint operation*	Controladora Sociedades ligadas						
	VSA	Alux	CBA Energia	CBA Itapissuma	CBA Machadinho	Metalex	Enercan	Alunorte	Auren Comerc.	Auren Energia	Banco Votorantim	L.C.G.S.P.E.	Nexa Resources	Outros
Compras														
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	26.944													
Faturamento de energia (i)			78.953		41.935		227.620		643.139					22.114
Faturamento das empresas do grupo				6.647		8.195		341.853				4.277	676	51
Vendas														
Saldos de faturamento de energia (i)									360.168					
Saldos de faturamento entre empresas				7.691		320.586							13.631	6.476
Receitas (despesas) financeiras														
Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i)										(9.959)				
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos (iii)											(49.446)			
Outros														82
Total em 31 de dezembro de 2021	**26.944**		**78.953**	**14.338**	**41.935**	**328.781**	**227.620**	**341.853**	**1.003.307**	**(9.959)**	**(49.446)**	**4.277**	**14.307**	**28.723**

	Sociedade controladora	Consolidado Sociedades ligadas							
	VSA	Auren Comerc.	Auren Energia	Alunorte	Banco Votorantim	L.C.G.S.P.E.	Nexa Resources	Nexa Cajamarquilla	Outros
Compras									
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	39.066								
Faturamento de energia (i)		507.114							
Faturamento das empresas do grupo				425.326		3.923	412		99
Vendas									
Saldos de faturamento de energia (i)		275.947	1.025						
Saldos de faturamento entre empresas							12.573	6.875	203
Receitas (despesas) financeiras									
Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i)			(257)						
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos(iii)					71.785				
Outros					469				(2.100)
Total em 31 de dezembro de 2022	**39.066**	**783.061**	**768**	**425.326**	**72.254**	**3.923**	**12.985**	**6.875**	**(1.798)**

	Sociedade controladora	Consolidado Sociedades ligadas							
	VSA	Auren Comerc.	Auren Energia	Alunorte	Banco Votorantim	L.C.G.S.P.E.	Nexa Resources	Nexa Cajamarquilla	Outros
Compras									
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE (v)	29.259								
Faturamento de energia (i)									
Faturamento das empresas do grupo		724.079		341.853		4.277	676		51
Vendas									
Saldos de faturamento de energia (i)		440.154							
Saldos de faturamento entre empresas							13.631	6.475	1
Receitas (despesas) financeiras									
Direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre (i)			(11.932)						
Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos(iii)					(58.595)				
Outros									82
Total em 31 de dezembro de 2021	**29.259**	**1.164.233**	**(11.932)**	**341.853**	**(58.595)**	**4.277**	**14.307**	**6.475**	**134**

(i) O saldo do passivo circulante e não circulante refere-se a direitos do contrato de comercialização de energia elétrica no mercado livre; (ii) Referem-se a contabilização das opções de compra pela Auren Energia da participação acionária detida pela CBA na Ventos de Santo Anselmo e pela CBA Itapissuma na Ventos de Santo Isidoro como instrumentos financeiros a custo amortizado, classificados como ativo e passivo não circulante (Nota 1.1 (h)); (iii) Referem-se a equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos contratados junto ao Banco Votorantim S.A.; (iv) Em 3 de fevereiro de 2022, a Auren Energia (anteriormente denominada VTRM) incorporou de forma reversa a sua então controladora em conjunto com a Votorantim Geração de Energia S.A., com efeito de extinção; (v) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.

(c) Dívidas da Companhia, garantidas por partes relacionadas

Modalidade	Garantidor	2022	2021
BNDES	VSA	201.929	221.929
Eurobonds - USD (Voto 24) (Nota 20(f))	VSA		500.484
		201.929	722.413

15. Contratos futuros de energia

Política contábil: A Companhia é autorizada a comercializar energia tanto no âmbito de mercado livre quanto no regulatório. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber ou entregar a energia para uso próprio, respectivamente, de acordo com as demandas produtivas da mesma e, por isso, não atendem a definição de instrumento financeiro. Outra parte dessas transações se refere às vendas de excedente de energia, não empregados no processo produtivo, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que eles são liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O reconhecimento a valor justo e a realização destes instrumentos financeiros são registrados em "Outras despesas operacionais" (Nota 29). O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício. As operações realizadas pela empresa Auren Comercializadora de Energia Ltda. no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") resultaram em ganho com venda de excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo na data da transação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia da Companhia, totalizou receita no montante de R$26.683. Adicionalmente, a nova posição na data do balanço decorrente da marcação a mercado dos contratos vigentes de compra e venda, resultou em despesa no montante de R$113.086. Estes valores foram contabilizados como perda na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 29) e variam de acordo com o preço de energia no mercado.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Passivo		
Circulante	94.899	11.142
Não Circulante	26.899	24.253
	121.798	35.395

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Realização	26.683	28.097
Marcação a mercado dos contratos de energia	(113.086)	155.008
	(86.403)	183.105

16. Investimentos

Práticas contábeis: Os investimentos da Companhia em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses na operação em conjunto, são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e *joint operation* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação. O investimento da Companhia em coligadas e *joint operation* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do valor contábil do investimento de suas controladas. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia. A Companhia concluiu que para 31 de dezembro de 2022 não existe perda por desvalorização a ser reconhecida em seus investimentos, com exceção ao efeito da perda do investimento na MRN (Nota 1.1 (l)).

(a) Composição:

	Informações em 31 de dezembro de 2022				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2022	2021	2022	2021
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i)	105.047	40.844	100,00	100,00	30.776		105.047	
CBA Energia Participações S.A. (ii)	333.009	116.368	33,33	100,00	33.511	43.083	105.083	102.695
CBA Itapissuma Ltda.	618.672	8.379	100,00	100,00	8.380	55.377	618.672	579.796
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	138.849	(2.507)	100,00	100,00	(2.507)	9.000	138.850	145.536
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	6.582	1.245	100,00	100,00	1.245		6.582	
Metalex Ltda.	161.894	12.677	100,00	100,00	12.676	27.746	161.894	99.217
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	3.748	(3.290)	100,00	100,00	(3.289)	223	3.748	7.037
Coligadas								
Alunorte - Alumina do Norte S.A. (iii) (v)	2.222.155	(794.989)	3,03	3,52	(24.123)	13.035	99.290	114.546
Mineração Rio do Norte S.A. (Nota 31 (a))	996.989	162.587	10,00	10,00				90.030
Investimentos avaliados ao custo								
Outros investimentos							44	44
Mais-valia								
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i)					(2.668)		28.902	
CBA Itapissuma Ltda.					(7.575)	(15.328)	178.809	186.059
Metalex Ltda.					(669)	(895)	8.395	9.064
Ágios								
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (i)							48.459	
Metalex Ltda.							49.430	49.431
					45.757	132.241	1.553.205	1.383.455

	Informações em 31 de dezembro de 2022				Resultado de equivalência patrimonial		Consolidado Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2022	2021	2022	2021
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
Alunorte - Alumina do Norte S.A. (iii) (v)	3.240.319	(794.989)	3,03	3,52	(24.123)	13.035	99.290	114.546
Campos Novos Energia S.A. (iv)	862.981	483.431	25,44	25,44	11.205		219.531	
Mineração Rio do Norte S.A. (iii) (Nota 31 (a))	996.989	162.587	10,00	10,00				90.030
Outros investimentos					53	320	165	352
Investimentos avaliados ao custo								
Outros investimentos							44	44
Ágios								
Campos Novos Energia S.A. (iv)							41.562	
					(12.865)	13.355	360.592	204.972

(i) Aquisição da empresa Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (Nota 1.1 (b)); (ii) O investimento na CBA Energia de 33,33%, representa 100% das ações ordinárias, obtendo assim o controle desta investida; (iii) Refere-se a investida na qual a Companhia exerce influência significativa sobre as atividades por meio de acordos estabelecidos com acionistas; (iv) Aumento na participação da Enercan em 1,66% (Nota 1.1 (k)); (v) A Companhia desconsiderou para fins de cálculo do saldo de investimento o valor integralizado pela Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. na Alunorte, em dezembro de 2022, no montante de R$1.050.000. Isso decorre pelo fato de outros acionistas minoritários, além da CBA, terem a opção de exercer seu direito de preferência para subscrição de novas ações até 28 de fevereiro de 2022, acompanhando, proporcionalmente a sua participação, bem como as garantias previstas em lei aos acionistas minoritários. Caso algum dos atuais acionistas não exerçam seu direito de preferência, esse direito poderá ser exercido pelos acionistas participantes do aumento de capital. Após a conclusão do aumento de capital, a Alunorte irá comunicar, através de notificação de alocação final, as participações acionárias resultantes, enviando os documentos pertinentes paras aos acionistas avaliarem e assinarem, e a partir deste momento haverá a mudança nas participações acionárias em decorrência do aumento de capital descrito. **(b) Informações sobre as empresas investidas:** Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das principais coligadas, controladas e controladas em conjunto nos exercícios findos em dezembro de 2022 e de 2021:

	2022									
	Percentual de participação total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	100,00	92.596	37.781	25.228	102	105.047	397.520	(358.393)	1.717	40.844
CBA Energia Participações S.A.	33,33	30.572	347.565	45.128		333.009	81.837	31.961	2.570	116.368
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	559.278	288.991	206.730	22.867	618.672	967.099	(988.758)	30.038	8.379
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	22.145	119.739	3.035		138.849	38.650	(43.667)	2.510	(2.507)
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	6.036	1.121	575		6.582	2.145	(1.178)	278	1.245
Metalex Ltda.	100,00	147.679	96.291	79.114	2.962	161.894	577.428	(565.406)	655	12.677
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	4.053	1.355	856	804	3.748	158	(4.402)	954	(3.290)
Coligadas										
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3,03	812.231	11.570.929	3.764.075	6.396.930	2.222.155	11.248.435	(11.999.804)	(43.620)	(794.989)
Campos Novos Energia S.A.	25,44	317.077	1.012.547	279.816	186.827	862.981	1.080.877	(595.392)	(2.054)	483.431
Mineração Rio do Norte S.A.	10,00	591.992	3.295.390	837.114	2.053.279	996.989	1.892.735	(1.645.305)	(84.843)	162.587

	2021									
	Percentual de participação total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
CBA Energia Participações S.A.	33,33	106.540	284.794	73.457		317.877	144.260	(7.666)	1.272	137.866
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	501.147	263.511	144.445	40.417	579.796	847.760	(785.610)	(6.773)	55.377
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	27.869	126.042	8.375		145.536	43.768	(35.586)	818	9.000
Metalex Ltda.	100,00	105.555	68.955	73.178	2.115	99.217	486.730	(456.460)	(2.523)	27.747
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	7.544	1.798	727	1.578	7.037	742	(3.279)	2.759	222
Coligadas										
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3,03	2.899.785	8.209.677	3.385.466	3.949.084	3.774.912	10.898.856	(9.890.818)	(578.449)	429.589
Mineração Rio do Norte S.A.	10,00	621.775	2.876.631	921.228	1.676.874	900.304	1.554.587	(1.368.357)	(192.537)	(6.307)

(c) Movimentação dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.383.455	1.187.573	204.972	198.774
Equivalência patrimonial	45.757	132.241	(12.865)	13.355
Equivalência patrimonial - operação descontinuada (iii)	16.259		16.259	
Desconsolidação de ativos e passivos da Enercan (Nota 1.1 (k))			194.756	
Aquisição de participação na Enercan (Nota 1.1 (k))			13.571	
Ágio na compra de participação na Enercan (Nota 1.1 (k))			11.061	
Reclasificação do ágio da Enercan - efeito da desconsolidação (Nota 1.1 (k))			30.501	
Aquisição de 80% investimento Alux (Nota 1.1 (a))	133.246			
Aquisição remanescente 20% investimento Alux (Nota 1.1 (b))	27.947			
Aumento de capital em investidas (i)	93.548	106.600		
Dividendos (deliberados) cancelados	(56.448)	(43.191)	(5.952)	283
Hedge accounting de investida (ii)	8.228	(5.746)	8.228	(4.904)
Aquisição de investimento Santa Cruz		6.815		
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda (iii)	(99.699)	(631)	(99.699)	(631)
Outros	912	(206)	(240)	(1.905)
Saldo no final do exercício	1.553.205	1.383.455	360.592	204.972

(i) Aumento de capital nas investidas CBA Itapissuma, Metalex Ltda., CBA Energia e L.C.G. (ii) Efeito reflexo do *hedge accounting* de investidas.
(iii) A Companhia optou por iniciar um plano de venda do seu investimento da MRN, desta forma, apresenta nestas demonstrações financeiras seu resultado como operação descontinuada. As informações financeiras comparativas do período de 2021 foram demonstradas para refletir esta operação (Nota 2.3 (a)).

17. Imobilizado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 29)" na demonstração do resultado. **17.1 *Impairment* de ativos não financeiros:** A Companhia e suas controladas revisam anualmente os ativos para identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo do ativo, menos seus custos de alienação (valor líquido de venda) e o seu valor em uso. O valor em uso é determinado pela projeção de fluxo de caixa operacional livre descontado a valor presente, utilizando taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais, com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para os próximos cinco anos. Todas as projeções de mercado são balizadas por relatórios de associações de classe, consultorias econômicas e institutos de pesquisa e estatística dos respectivos países onde atuamos. O valor justo é obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Caso haja novos indícios prospectivos de recuperação de saldo contábil dos ativos, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são novamente avaliados e podem ter sua provisão de *impairment* revertida na data do balanço. Quando houver perda identificada, esta é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. Durante o exercício de 2022, a Companhia e suas controladas, baseada em análises qualitativas, não identificaram indicativos de perda do valor recuperável durante os testes de *impairment*, exceto pelo *impairment* sobre ajuste do ARO acrescido ao imobilizado, referente a unidade de Niquelândia (Nota 1.1 (c)). **17.2 Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* - "ARO"):** A Companhia e suas controladas apresentam obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão divulgadas na Nota 23 (c). O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa anualmente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada. **17.3 Capitalização de juros CPC 20:** A determinação dos juros a serem capitalizados é feita considerando as contas de empréstimos (passivas) e as contas de despesas de juros (resultado). O montante de juros do mês é dividido pelo saldo médio dos empréstimos, resultando no percentual utilizado para distribuição dos juros do período para os projetos em andamento considerados na nota 18 (b). A distribuição dos juros somente é realizada para os projetos considerados como "qualificáveis" ao CPC 20. Segundo o item 7 do CPC 20 (R1), a aplicabilidade da capitalização dos custos de empréstimos se restringe aos seguintes ativos, os quais podem ser considerados qualificáveis: a) Estoques (ativos não manufaturados, ou produzidos ao longo de extenso período; ou estoques produzidos em escala diminuta em bases diferenciadas a um processo repetitivo); b) Plantas industriais para manufatura (Unidades/instalações de produção); c) Usinas de geração de energia; d) Ativos intangíveis; e) Propriedades para investimento.

(a) Composição e movimentação:

	Controladora								2022	2021
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	139.043	2.508.810	6.107.158	112.618	29.256	468.077	217.626	312.151	9.894.739	9.591.230
Depreciação acumulada	(4.597)	(1.033.058)	(4.195.277)	(98.617)	(23.546)		(105.291)	(278.776)	(5.739.162)	(5.476.667)
Saldo líquido	134.446	1.475.752	1.911.881	14.001	5.710	468.077	112.335	33.375	4.155.577	4.114.563
Adições (v)			26.390	6		869.387		318	896.101	457.986
Baixas	(78)	(3.963)	(944)	(184)					(5.169)	(663.949)
Reversão (provisão) da desvalorização de ativos *(impairment)*	156	(1.458)	23.968	83	7	745	33.393	42	56.936	603.945
Adições por operações societárias										521
Baixas por operações societárias (i)		(39.398)	(101.761)				(27.911)		(169.070)	(10.674)
Reversão da desvalorização de ativos *(impairment)* (i)		39.398	101.761				27.911		169.070	
Depreciação		(52.853)	(312.792)	(3.862)	(1.211)		(10.650)	(2.696)	(384.064)	(368.782)
Reavaliação de fluxo de caixa							(53.847)		(53.847)	26.840
Transferências (iv)	1.486	18.763	580.493	5.712	1.489	(591.262)		(22.869)	(6.188)	(4.873)
Saldo no final do exercício	136.010	1.436.241	2.228.996	15.756	5.995	746.947	81.231	8.170	4.659.346	4.155.577
Custo	141.066	2.489.265	6.484.907	112.867	30.451	746.947	197.172	284.873	10.487.548	9.894.739
Depreciação acumulada	(5.056)	(1.053.024)	(4.255.911)	(97.111)	(24.456)		(115.941)	(276.703)	(5.828.202)	(5.739.162)
Saldo líquido no final do exercício	136.010	1.436.241	2.228.996	15.756	5.995	746.947	81.231	8.170	4.659.346	4.155.577
Taxas médias anuais de depreciação - %		3	5	19	4		2			

continua

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
										2022	2021
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	153.859	3.075.535	7.129.536	117.805	38.071	546.289	217.626	312.151	11.590.871	11.219.984
Depreciação acumulada	(8.123)	(1.298.288)	(4.614.787)	(102.368)	(31.230)		(105.291)	(278.776)	(6.438.863)	(6.113.488)
Saldo líquido	145.736	1.777.247	2.514.749	15.437	6.841	546.289	112.335	33.375	5.152.008	5.106.496
Adições (v)			27.730	6	81	924.290		318	952.426	523.577
Baixas	(78)	(4.003)	(1.347)	(185)	(2)				(5.615)	(661.742)
Reversão (provisão) da desvalorização de ativos *(impairment)*	156	(1.458)	24.011	83	7	745	33.393		56.937	603.945
Adições por operações societárias										521
Baixas por operações societárias (i)		(39.398)	(101.761)				(27.911)		(169.070)	(10.674)
Reversão da desvalorização de ativos *(impairment)* (i)		39.398	101.761				27.911		169.070	
Depreciação	(279)	(70.286)	(355.045)	(4.506)	(1.614)		(10.650)	(3.267)	(445.647)	(431.665)
Reavaliação de fluxo de caixa							(53.847)		(53.847)	26.840
Controladas incluídas na consolidação (ii)	3.764		11.719	568	90			21.554	37.695	
Controladas excluídas na consolidação (iii)	(1.009)	(117.382)	(51.943)	(42)	(43)	(4.375)		(522)	(175.316)	
Transferências (iv)	1.485	26.558	612.034	5.713	1.925	(644.289)		(22.828)	(19.402)	(5.290)
Saldo no final do exercício	149.775	1.610.676	2.781.908	17.074	7.285	822.660	81.231	28.630	5.499.239	5.152.008
Custo	157.594	2.827.180	7.460.679	118.917	39.708	822.660	197.172	308.530	11.932.440	11.590.871
Depreciação acumulada	(7.819)	(1.216.504)	(4.678.771)	(101.843)	(32.423)		(115.941)	(279.900)	(6.433.201)	(6.438.863)
Saldo líquido no final do exercício	149.775	1.610.676	2.781.908	17.074	7.285	822.660	81.231	28.630	5.499.239	5.152.008
Taxas médias anuais de depreciação - %		3	5	19	4		2			

(i) Refere-se ao *drop down* de ativos da unidade de São Miguel Paulista na empresa Cristal e posterior venda, ocorrida em julho de 2022, conforme Nota 1.1 (c). (ii) Refere-se à aquisição da empresa Alux, ocorrida em janeiro de 2022, e consolidada a partir dessa data, conforme Nota 1.1 (a). (iii) Refere-se à desconsolidação da Enercan, ocorrida em dezembro de 2022, conforme Nota 1.1 (k). (iv) As transferências incluem a reclassificação de "obras em andamento" do grupo de imobilizado para "*Softwares*" no grupo do intangível. (v) As adições de obras em andamento correspondem significativamente aos projetos de sala fornos no montante de R$199.791, de Fábrica Alumina no montante de R$182.744 e de Reforma de fornos no montante de R$88.935.

(b) Obras em andamento: O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das unidades industriais, sendo:

	Consolidado					
	2022			2021		
	Saldo bruto	Provisão para *impairment*	Saldo líquido	Saldo bruto	Provisão para *impairment*	Saldo líquido
Projetos Salas Fornos (i)	199.791		199.791	53.190		53.190
Projetos Fábrica Alumina (ii)	204.012	(16.710)	187.302	112.966	(12.596)	100.370
Reforma de Fornos	87.027		87.027	172.488		172.488
Expansão (Metalex)	40.756		40.756	40.356		40.356
Projetos de Transformação Plástica	37.294		37.294	25.240		25.240
Projetos Segurança, Saúde e Meio Ambiente	25.051		25.051	25.136		25.136
Projetos de Fundição	22.457		22.457	17.837		17.837
Projetos Itapissuma	22.439		22.439	32.503		32.503
Projetos Minerações	19.262		19.262	10.943		10.943
Projeto Rondon Bauxita	13.940		13.940	8.670		8.670
Sustaining (CBA + Metalex)	13.414		13.414	6.578		6.578
Revitalização e Adequação da Usina (iii)	12.528		12.528			
Modernização industrial Usinas	7.572		7.572	4.834		4.834
Projeto Ferro Níquel	165.817	(165.817)		165.817	(165.817)	
Forno de Calcinação	10.044	(10.044)		14.158	(14.158)	
Projeto Tijuco Alto	6.239	(6.239)		6.239	(6.239)	
Outros (iv)	142.119	(8.292)	133.827	57.181	(9.037)	48.144
	1.029.762	(207.102)	822.660	754.136	(207.847)	546.289

(i) As principais movimentações são do Projeto Upgrade salas fornos e o Religamento das Salas 01 e 03; (ii) Refere-se substancialmente ao sub-projeto "Filtro Prensa". Este investimento consiste na mudança da tecnologia de disposição de resíduos a seco (*dry disposal*), resultando no aumento de segurança no sistema de disposição de resíduos e na ampliação da vida útil da barragem do Palmital; (iii) O saldo se deve substancialmente aos projetos de Revitalização UHE Jurupará e Revitalização de Itupararanga; (iv) Correspondem, principalmente aos Projetos de Gestão de Ativos Físicos (GAF), no montante de R$23.494, Gestão de Alta Tensão (GATR) no montante de R$14.082, Tecnologia da Informação, no montante de R$8.998, Projetos Níquel Legado, no montante de R$4.820, totalizando R$51.561. Os saldos acima estão apresentados líquidos da provisão para *impairment*, sendo que a Companhia avalia seus ativos sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Os projetos paralisados são avaliados constantemente e caso haja indicativo de *impairment*, a provisão é constituída. Os saldos remanescentes dos projetos que possuem provisão para *impairment* constituídas são relativos à estimativa da Companhia de retomar os projetos e/ou utilizar os ativos em outras linhas de produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os encargos sobre empréstimos e financiamentos capitalizados nas obras em andamento foram no montante de R$7.257 (31 de dezembro de 2021 - R$5.645). A taxa de capitalização utilizada foi de 6,38% ao mês (31 de dezembro de 2021 - 4,80% ao mês).

18. Intangível

18.1 *Software:* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos de aquisição destes softwares e implementação para serem utilizados. Esses custos de aquisição e implementação são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software*s identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; (iii) O software pode ser vendido ou usado; (iv) Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; (v) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; (vi) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. **18.2 Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment* ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **18.3 Direitos sobre recursos naturais:** Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas e manutenção que aumentam o acesso ao minério são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração, considerando-se as vidas úteis estimadas das reservas. **18.4 Uso do bem público - UBP:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do bem público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(a) Composição e movimentação:

	Controladora							
							2022	2021
	Ágios	Direitos de exploração sobre recursos naturais	*Softwares*	Uso do bem público - UBP	Repactuação do risco hidrológico	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	79.722	192.763	48.136	494.070	188.047	9.359	1.012.097	621.382
Amortização e exaustão acumulada		(46.000)	(34.618)	(134.979)	(10.896)	(1.133)	(227.626)	(198.554)
Saldo líquido	79.722	146.763	13.518	359.091	177.151	8.226	784.471	422.828
Adições			44				44	385.841
Amortização e exaustão		(5.193)	(5.041)	(18.545)	(17.707)	(126)	(46.612)	(29.071)
Transferências (iii)		40	6.188			(40)	6.188	4.873
Saldo no final do exercício	79.722	141.610	14.709	340.546	159.444	8.060	744.091	784.471
Custo	79.722	192.803	53.934	494.070	188.046	9.319	1.017.894	1.012.097
Amortização e exaustão acumulada		(51.193)	(39.225)	(153.524)	(28.602)	(1.259)	(273.803)	(227.626)
Saldo líquido no final do exercício	79.722	141.610	14.709	340.546	159.444	8.060	744.091	784.471
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %			3	20	3	3		

	Consolidado							
							2022	2021
	Ágios	Direitos de exploração sobre recursos naturais	*Softwares*	Uso do bem público - UBP	Repactuação do risco hidrológico	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	166.265	192.763	83.868	526.706	285.446	39.854	1.294.902	800.141
Amortização e exaustão acumulada		(46.000)	(67.983)	(144.491)	(11.348)	(27.157)	(296.979)	(268.878)
Saldo líquido	166.265	146.763	15.885	382.215	274.098	12.697	997.923	531.263
Adições (i)	48.458		691				49.149	493.931
Baixas			(23)			(1.029)	(1.052)	
Amortização e exaustão		(5.193)	(9.102)	(19.752)	(22.857)	(9.623)	(66.527)	(32.561)
Controladas incluídas na consolidação (ii)			61			44.626	44.687	
Controladas excluídas na consolidação (iii)	(30.501)		(54)	(2.899)	(53.344)		(86.798)	
Transferências (iv)		40	19.402			(40)	19.402	5.290
Saldo no final do exercício	184.222	141.610	26.860	359.564	197.897	46.631	956.784	997.923
Custo	184.222	192.803	103.062	522.276	228.790	80.766	1.311.919	1.294.901
Amortização e exaustão acumulada		(51.193)	(76.202)	(162.712)	(30.893)	(34.135)	(355.135)	(296.978)
Saldo líquido no final do exercício	184.222	141.610	26.860	359.564	197.897	46.631	956.784	997.923
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %			3	20	3	3		

(i) Refere-se à aquisição da empresa Alux, ocorrida em janeiro de 2022, e consolidada a partir dessa data, conforme Nota 1.1 (a). (ii) Efeito do reconhecimento de consolidação dos direitos sobre marcas e patentes da empresa Alux. (iii) Refere-se à desconsolidação da Enercan, ocorrida em dezembro de 2022, conforme Nota 1.1 (k). (iv) As transferências incluem a reclassificação do "Obras em andamento" do grupo de imobilizado para *"Softwares"* no grupo de Intangível.

(b) Teste de ágio para verificação de *impairment:* Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis de cada uma das suas UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia. A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados a cada UGC. Os ágios são relativos aos seguintes investimentos realizados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Metalex Ltda.			49.430	49.430
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.			48.458	
Consórcio Empresarial Salto Pilão (i)	35.587	35.587	35.587	35.587
Rio Verdinho Energia S.A. (i)	28.990	28.990	28.990	28.990
Machadinho Energética S.A. (i)	15.145	15.145	15.145	15.145
Baesa-Energética Barra Grande S.A.			6.612	6.612
Campos Novos Energia S.A. (Nota 1.1 (k))				30.501
	79.722	79.722	184.222	166.265

(i) Os ativos e passivos estão registrados nas devidas rubricas patrimoniais da Companhia. Essas premissas foram usadas para a análise da UGC da Companhia. O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de sete anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de sete anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo. A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de sete anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir as variações de preço futuros esperados para o alumínio, matéria prima chave. Outros custos operacionais são os custos fixos, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de sete anos. Não foram identificados indicativos de impairment em relação aos ágios testados.

19. Arrendamentos

Política contábil: A Companhia mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos mercantis para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R$26). Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos mercantis, a Companhia realiza o registro, na competência da assinatura do contrato, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

(a) Direito de uso

	Controladora				
				2022	2021
	Edifícios e construções	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Total
Saldo no início do exercício					
Custo	19.486	21.032	51.586	92.985	39.751
Amortização acumulada	(7.421)	(12.590)	(32.408)	(53.300)	(25.854)
Saldo líquido	12.065	8.442	19.178	39.685	13.897
Novos contratos (i)					53.254
Baixas					(216)
Amortização	(4.410)	(6.092)	(12.845)	(23.347)	(28.155)
Renegociação de contratos	472			472	905
Saldo no final do exercício	8.127	2.350	6.333	16.810	39.685
Custo	19.958	21.033	51.586	92.577	92.985
Amortização acumulada	(11.831)	(18.683)	(45.253)	(75.767)	(53.300)
Saldo no final do exercício	8.127	2.350	6.333	16.810	39.685
Taxas médias anuais de amortização - %	25	33	40		

	Consolidado				
				2022	2021
	Edifícios e construções	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Total
Saldo no início do exercício					
Custo	19.980	21.317	63.421	104.718	44.884
Amortização acumulada	(7.909)	(12.837)	(40.835)	(61.581)	(29.644)
Saldo líquido	12.071	8.480	22.586	43.137	15.240
Novos contratos (i)	123	33	14.504	14.660	58.854
Baixas					(216)
Amortização	(4.490)	(6.154)	(16.693)	(27.337)	(31.819)
Renegociação de contratos	472			472	943
Remensuração de principal			314	314	135
Saldo no final do exercício	8.176	2.359	20.711	31.246	43.137
Custo	20.556	21.171	78.238	119.965	104.718
Amortização acumulada	(12.380)	(18.812)	(57.527)	(88.719)	(61.581)
Saldo no final do exercício	8.176	2.359	20.711	31.246	43.137
Taxas médias anuais de amortização - %	26	34	12		

(i) Refere-se, principalmente, a renovação de contratos.

(b) Arrendamentos passivos:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	41.111	14.526
Novos contratos		53.254
Baixa		(482)
Liquidação	(25.900)	(29.153)
Ajuste a valor presente	1.829	2.966
Saldo no final do exercício	17.040	41.111
Circulante	12.835	25.542
Não circulante	4.205	15.569
Saldo no final do exercício	17.040	41.111

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	44.689	15.915
Novos contratos (i)	14.660	58.854
Baixa	(15)	(522)
Liquidação	(30.002)	(32.924)
Remensuração de principal	314	135
Ajuste a valor presente	2.173	3.231
Saldo no final do exercício	31.819	44.689
Circulante	16.274	27.126
Não circulante	15.545	17.563
Saldo no final do exercício	31.819	44.689

(i) Refere-se, principalmente, a renovação de contratos.

(c) Perfil:

	Controladora					
	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Real	8.707	5.661	2.563	109		17.040

	Consolidado					
	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Real	12.291	9.364	5.492	2.391	2.281	31.819

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

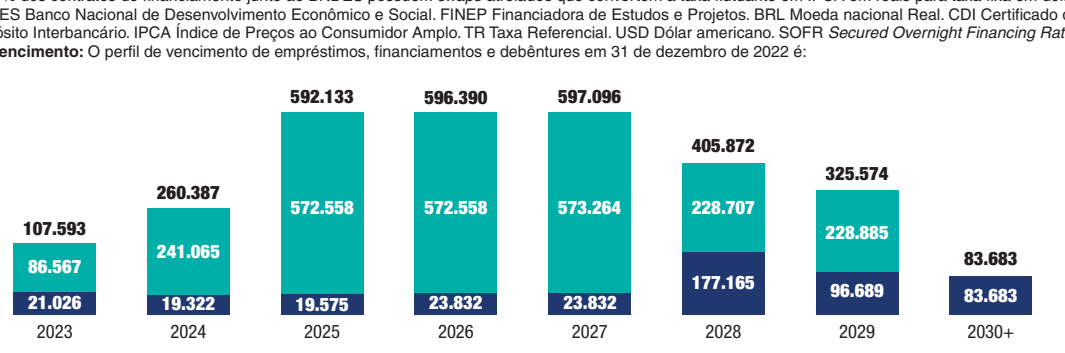
Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(a) Composição e valor justo:**

		Controladora							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
Modalidade	Encargos anuais médios	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional									
BNDES (i)	IPCA + 4,68%	19.736	20.494	178.546	197.467	198.282	217.961	184.573	197.135
Debêntures	CDI + 1,55%	1.287	811	229.141	229.157	230.428	229.968	239.692	223.452
FINEP	TR + 3,30%	3		35.813		35.816		24.698	
Outros	Pré BRL 2,40%			598	598	598	598	595	588
		21.026	21.305	444.098	427.222	465.124	448.527	449.558	421.175
Moeda estrangeira									
Nota de crédito à exportação	SOFR + 2,50% e Pré USD 4,71%	79.037	16.582	2.070.548	2.110.687	2.149.585	2.127.269	1.794.905	1.772.359
Pré pagamento de exportação	SOFR + 3,27%	7.530		346.489		354.019		392.209	
Eurobonds - USD	Pré USD 4,75%		398		498.773		499.171		525.598
		86.567	16.980	2.417.037	2.609.460	2.503.604	2.626.440	2.187.114	2.297.957
		107.593	38.285	2.861.135	3.036.682	2.968.728	3.074.967	2.636.672	2.719.132
Juros sobre empréstimos e financiamentos		29.931	21.277						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		77.662	17.008						
		107.593	38.285						

		Consolidado							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
Modalidade	Encargos anuais médios	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional									
BNDES (i)	IPCA + 4,68%	19.736	20.494	178.546	197.467	198.282	217.961	184.573	197.135
Debêntures	CDI + 1,55%	1.287	31.909	229.141	229.157	230.428	261.066	239.692	254.371
FINEP	TR + 3,30%	3		35.813		35.816		24.698	
Outros	Pré BRL 2,40%			598	598	598	598	595	588
		21.026	52.403	444.098	427.222	465.124	479.625	449.558	452.094
Moeda estrangeira									
Nota de crédito à exportação	SOFR + 2,50% e Pré USD 4,71%	79.037	16.582	2.070.548	2.110.687	2.149.585	2.127.269	1.794.905	1.772.359
Pré pagamento de exportação	SOFR + 3,27%	7.530		346.489		354.019		392.209	
Eurobonds - USD	Pré USD 4,75%		398		498.773		499.171		525.598
		86.567	16.980	2.417.037	2.609.460	2.503.604	2.626.440	2.187.114	2.297.957
		107.593	69.383	2.861.135	3.036.682	2.968.728	3.106.065	2.636.672	2.750.051
Juros sobre empréstimos e financiamentos		29.931	21.960						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		77.662	47.423						
		107.593	69.383						

(i) 67% dos contratos de financiamento junto ao BNDES possuem *swaps* atrelados que convertem a taxa flutuante em IPCA em reais para taxa fixa em dólar. BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. FINEP Financiadora de Estudos e Projetos. BRL Moeda nacional Real. CDI Certificado de Depósito Interbancário. IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo. TR Taxa Referencial. USD Dólar americano. SOFR *Secured Overnight Financing Rate.*

(b) Vencimento: O perfil de vencimento de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022 é:



O total em moeda estrangeira não reflete os *swaps* dos empréstimos com o BNDES.

(c) Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	3.074.967	2.885.316	3.106.065	2.946.505
Custos de captação, líquidas das amortizações	1.823	(855)	1.850	(822)
Liquidações (Nota 20 (g))	(481.328)	(324.301)	(511.535)	(354.741)
Captações (Nota 20 (g))	534.971	308.928	534.971	308.928
Variação cambial	(51.535)	74.116	(51.535)	74.113
Provisão de juros	173.652	157.696	176.343	159.857
Ajuste por meio de outros resultados abrangentes (i)	(120.744)	134.632	(120.744)	134.632
Juros pagos	(163.078)	(160.565)	(166.687)	(162.407)
Saldo no final do exercício	2.968.728	3.074.967	2.968.728	3.106.065

(i) Corresponde principalmente à variação cambial do principal das Notas de Crédito à Exportação designadas como *hedge accounting*.

(d) Composição por moeda:

	Controladora					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Real	21.026	21.305	444.098	427.222	465.124	448.527
Dólar norte-americano	86.567	16.980	2.417.037	2.609.460	2.503.604	2.626.440
	107.593	38.285	2.861.135	3.036.682	2.968.728	3.074.967

	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Real	21.026	52.403	444.098	427.222	465.124	479.625
Dólar norte-americano	86.567	16.980	2.417.037	2.609.460	2.503.604	2.626.440
	107.593	69.383	2.861.135	3.036.682	2.968.728	3.106.065

(e) Composição por indexador:

	Controladora					
	Circulante		Não circulante		Total	
Moeda nacional	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa pré-fixada			598	598	598	598
CDI	1.287	811	229.141	229.156	230.428	229.967
TR	3		35.813		35.816	
IPCA (i)	19.736	20.494	178.546	197.468	198.282	217.962
	21.026	21.305	444.098	427.222	465.124	448.527
Moeda estrangeira						
SOFR	10.636		503.020		513.656	
Taxa pré-fixada	75.931	16.980	1.914.017	2.609.460	1.989.948	2.626.440
	86.567	16.980	2.417.037	2.609.460	2.503.604	2.626.440
	107.593	38.285	2.861.135	3.036.682	2.968.728	3.074.967

	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
Moeda nacional	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa pré-fixada			598	598	598	598
CDI	1.287	31.910	229.141	229.156	230.428	261.066
TR	3		35.813		35.816	
IPCA (i)	19.736	20.493	178.546	197.468	198.282	217.961
	21.026	52.403	444.098	427.222	465.124	479.625
Moeda estrangeira						
SOFR	10.636		503.020		513.656	
Taxa pré-fixada	75.931	16.980	1.914.017	2.609.460	1.989.948	2.626.440
	86.567	16.980	2.417.037	2.609.460	2.503.604	2.626.440
	107.593	69.383	2.861.135	3.036.682	2.968.728	3.106.065

(i) 67% dos contratos de financiamento junto ao BNDES possuem *swaps* atrelados que convertem a taxa flutuante em IPCA em reais para taxa fixa em dólar.

(f) Garantias: Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$201.928 (31 de dezembro de 2021 - R$722.413) dos empréstimos e financiamentos eram garantidos por aval da VSA (Nota 14 (c)). Adicionalmente a Companhia é garantidora de dois empréstimos com vencimento final em setembro de 2026 entre a Rio Verde Energia S.A. e o BNDES, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 é de R$86.861 (31 dezembro de 2021 - R$109.185). A garantia citada limita-se a obrigação de cumprimento do contrato de compra e venda de energia firmado entre Auren Comercializadora e Rio Verde Energia S.A. **(g) Captações e amortizações:** Em 30 de agosto e em 2 de setembro de 2022, a Companhia firmou três contratos de empréstimos através de linhas de financiamento à exportação no montante agregado de US$96,5 milhões (equivalente a R$498 milhões). O custo médio das captações é de SOFR + 3,03% a.a. e está condicionado a metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário, podendo resultar em um incremento ou decréscimo no custo a depender do atingimento ou não das metas estabelecidas. O prazo médio destas captações é de 5,6 anos, com vencimento final em agosto e setembro de 2027 e setembro de 2029. Em 26 de setembro de 2022, a Companhia efetuou o resgate da totalidade do saldo em aberto dos *bonds* no montante de US$78,519 milhões (equivalente a R$407,7 milhões), visando a redução da concentração de vencimentos em 2024. Nesta recompra houve o pagamento de um prêmio no montante de R$1,9 milhão, reconhecido no resultado, na linha de despesas financeiras. Em 14 de junho de 2022 a Companhia já havia efetuado a recompra no mercado secundário e o cancelamento parcial dos *bonds* no montante de US$11 milhões. Somando as duas operações, o montante de principal pago no período foi de R$462 milhões, além dos juros apurados e devidos no total de R$16,2 milhões. Estes *bonds* possuíam garantia da VSA. Em novemb

continuação

aos stakeholders. Os pagamentos são apresentados dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa da Companhia, de acordo com o IAS 7. As contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Operações de risco sacado	**Prazo máximo**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Mercado interno	Até 245 dias	176.934	160.305	183.798	160.572
Mercado externo	Até 120 dias	26.693	397.445	26.693	397.445
		203.627	557.750	210.491	558.017

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem correntes e diferidos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - "Tributação sobre o lucro" um ativo diferido deve ser reconhecido sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente na extensão em que sua realização seja provável. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calcularam e registraram seu imposto e sua contribuição social com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes: (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (b) a ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros; (c) a provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; e (d) a diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs. **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:** Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	952.952	665.711	1.130.326	858.039
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(324.004)	(226.342)	(384.311)	(291.733)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	15.557	44.962	(4.374)	4.541
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL		207.693	(10.667)	226.798
Constituição de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de anos anteriores	132.742		133.463	
Adições temporárias sem constituição de diferido			14.105	(1.611)
Reversão de tributo diferido *(impairment)*	32.477	89.054	32.477	89.054
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido			(4.408)	2.798
Juros não tributáveis (i)	28.108		28.108	
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	13.458	(37.503)	6.268	(49.528)
IRPJ e CSLL apurados	(101.662)	77.864	(189.339)	(19.681)
Correntes	(105.431)		(198.906)	(68.000)
Diferidos	3.769	77.864	9.567	48.319
IRPJ e CSLL no resultado	(101.662)	77.864	(189.339)	(19.681)
Taxa efetiva - %	10,67	11,70	16,75	2,29

(i) Refere-se a SELIC aplicada sobre os indébitos tributários.

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos:	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	308.753	225.000	308.753	225.000
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões *(impairment* e perdas diversas)	137.820	174.094	137.820	174.187
Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	134.014	107.692	135.079	115.523
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	111.147	278.996	111.147	278.996
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa		95.904		95.904
Uso do bem público - UBP	64.541	61.283	64.541	61.283
Passivos ambientais	41.664	49.209	41.664	49.209
CPC 25 - Descomissionamento de ativos	49.456	42.787	49.456	42.787
Ajuste a valor justo venda de investimentos	25.139	27.845	25.139	27.845
Contratos futuros de energia	41.411	12.034	41.411	12.034
Provisão para perdas de estoques	11.260	16.428	11.260	16.428
Provisão de participação no resultado - PPR	33.406	31.160	33.719	31.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.936	3.906	6.227	3.906
Outros	21.509	9.978	22.022	10.261
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	(476.071)	(549.816)	(476.071)	(557.008)
Ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos	(130.252)	(130.252)	(130.252)	(130.252)
Mais valia de ativos por compra vantajosa na aquisição de investimentos			(107.003)	(96.341)
Repactuação dos risco hidrológico	(63.936)	(63.936)	(77.010)	(97.052)
CPC 20 - Juros capitalizados	(24.148)	(22.786)	(24.148)	(22.786)
Amortização de ágio	(7.392)	(7.392)	(7.392)	(7.392)
CPC 12 - Ajuste a valor presente	(3.619)	(6.087)	(3.619)	(6.087)
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa	(4.705)		(4.705)	
Outros	(15.079)	(13.549)	(15.489)	(13.546)
	260.854	342.498	142.549	214.307
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	260.854	342.498	155.623	253.943
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica			(13.074)	(39.636)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferido no resultado do exercício e no resultado abrangente:	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo no início do exercício	342.498	274.414	214.307	175.768
Efeito no resultado	3.769	77.864	9.567	48.319
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - *hedge accounting*	(85.414)	(9.780)	(85.414)	(9.780)
Mais valia na combinações de negócios (i)			(15.938)	
Efeito de controladas excluídas (ii)			20.029	
Saldo no final do exercício	260.854	342.498	142.549	214.307

(i) Refere-se a saldos da empresa adquirida Alux do Brasil Indústria e Com. Ltda., conforme Nota 1.1.(a); (ii) Este saldo refere-se a desconsolidação da empresa Campos Novos Energia S.A. (Enercan), que ocorreu em novembro de 2022 (Nota 1.1 (k)).

23. Provisões

Política contábil: A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(a) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuírem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante. **(b) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais:** São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(c) Obrigação com descomissionamento de ativos:** A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de minas e barragens como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina e barragem. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base nessas taxas de desconto acrescido da inflação do período de referência. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros para 2022 foi reavaliada entre 5,63% e 6,44%.

(d) Composição e movimentação:

						Controladora	
			Processos judiciais			2022	2021
	Obrigação para desmobilização de ativos	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo no início do exercício	526.870	193.074	72.628	20.138	1.087	813.797	758.783
Adições		32.597	42.701	6.815	4.161	86.274	121.596
Baixa por operações societárias	(32.122)					(32.122)	
Reversões		(20.617)	(12.795)	(4.628)	(590)	(38.630)	(86.608)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(10.093)	(7.296)	(11)		(17.400)	(3.734)
Liquidações	(27.690)	(2.530)	(14.422)	(203)	(31)	(44.876)	(68.038)
Atualização monetária, líquida das reversões		27.530	8.023	11.800	(364)	46.989	9.248
Ajuste a valor presente	40.570					40.570	38.212
Reavaliação de fluxo de caixa	(53.555)					(53.555)	44.338
Saldo no final do exercício	454.073	219.961	88.839	33.911	4.263	801.047	813.797
Circulante	1.006	15.140	43.140	33.625	97	93.008	29.218
Não circulante	453.067	204.821	45.699	286	4.166	708.039	784.579
	454.073	219.961	88.839	33.911	4.263	801.047	813.797

						Consolidado	
			Processos judiciais			2022	2021
	Obrigação para desmobilização de ativos	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo no início do exercício	526.870	196.713	73.727	20.961	1.676	819.947	761.469
Adições		32.851	43.537	6.815	4.161	87.364	123.960
Efeitos de empresas incluídas na consolidação		(1.900)				(1.900)	
Baixa por operações societárias	(32.122)					(32.122)	1.084
Reversões		(22.026)	(12.795)	(4.688)	(590)	(40.099)	(86.608)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(10.093)	(7.296)	(11)		(17.400)	(3.734)
Liquidações	(27.690)	(2.530)	(15.999)	(290)	(31)	(46.540)	(68.038)
Atualização monetária, líquida das reversões		27.845	8.041	11.882	(294)	47.474	9.263
Ajuste a valor presente	40.570					40.570	38.212
Reavaliação de fluxo de caixa	(53.555)					(53.555)	44.339
Saldo no final do exercício	454.073	220.860	89.215	34.669	4.922	803.739	819.947
Circulante	1.006	15.140	43.140	33.625	97	93.008	29.218
Não circulante	453.067	205.720	46.075	1.044	4.825	710.731	790.729
	454.073	220.860	89.215	34.669	4.922	803.739	819.947

(e) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais remanescentes: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, os classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente sendo divulgados nas notas explicativas e, os classificados como remotos, não são provisionados nem divulgados, exceto quando, em virtude da relevância do processo a Companhia considere sua divulgação justificada. Os montantes envolvidos nas contingências são estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são apresentados a seguir:.

	Controladora							
	2022				2021			
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes
Tributárias	(21.296)	241.257	219.961	14.990	(11.203)	204.277	193.074	14.127
Trabalhistas	(42.121)	130.960	88.839		(34.825)	107.453	72.628	
Cíveis	(11)	33.922	33.911	1.172		20.138	20.138	1.023
Ambientais		4.263	4.263	7		1.087	1.087	7
	(63.428)	410.402	346.974	16.169	(46.028)	332.955	286.927	15.157

	Consolidado							
	2022				2021			
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes
Tributárias	(21.296)	242.156	220.860	15.097	(11.203)	207.916	196.713	14.226
Trabalhistas	(42.121)	131.336	89.215	741	(34.825)	108.552	73.727	811
Cíveis	(11)	34.680	34.669	1.198		20.961	20.961	1.023
Ambientais		4.922	4.922	667		1.676	1.676	596
	(63.428)	413.094	349.666	17.703	(46.028)	339.105	293.077	16.656

Comentários sobre as provisões com probabilidades de perda provável: (i) Provisões tributárias: Os processos tributários com probabilidade de perda provável estão representados por discussões relacionadas a tributos federais, estaduais e municipais, sendo estas no âmbito judicial ou administrativo, tendo como principais casos provisionados discussões ligadas a IRPJ, IPTU, CFEM, entre outros. **(ii) Provisões trabalhistas:** Os processos trabalhistas com classificação de perda provável são aqueles movidos por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos objetos consistem em sua maioria em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, bem como pedidos de indenização por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e morais. Quando é provável o desembolso por parte da Companhia, estes processos são devidamente provisionados, seguindo a política de provisionamento elaborada pela Companhia. Tais processos estão em trâmite em sua grande maioria nos Tribunais Regionais do Trabalho de Minas Gerais, Goiás, Campinas e São Paulo. **(iii) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em processos cíveis de natureza administrativa e jurisdicional. As referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos. **(iv) Provisões ambientais:** A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. O contencioso ambiental, administrativo e judicial da Companhia refere-se, basicamente, a apuração de supostas infrações em desconformidade com legislação específica, seja através de procedimentos administrativos ou ações judiciais. **(f) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Tributárias	2.328.820	2.826.421	2.373.312	2.894.572
Trabalhistas	116.887	124.292	117.474	125.585
Cíveis	79.059	114.574	79.852	115.688
Ambientais	4.504	5.158	4.504	5.558
	2.529.270	3.070.445	2.575.142	3.141.403

Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível: No quadro a seguir apresentamos a análise da relevância desses processos:

	Consolidado	
	2022	**2021**
Processos de créditos de PIS e COFINS (i)	766.576	709.218
Glosa de Saldo Negativo de IRPJ (ii)	71.918	342.089
Glosa Plano Verão (iii)	314.585	293.554
ICMS sobre encargos de Energia Elétrica (iv)	245.504	233.561
Erro de Classificação Fiscal - Importação (v)		191.274
Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto a destinação dos bens (vi)	91.597	86.388
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (vii)	65.629	62.592
Outros	817.503	975.896
	2.373.312	2.894.572

(i) Processos de créditos de PIS e COFINS: A Companhia possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R$766.576. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(ii) Glosa de Saldo Negativo de IRPJ:** A Companhia recebeu despachos decisórios emitidos pela Receita Federal do Brasil nos quais são questionados os valores apurados à título de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R$71.918. É importante salientar que durante o ano de 2022, a Companhia obteve decisão administrativa favorável em 11 casos que perfazem o total de R$289.555, atualizados para dezembro de 2022, que além de reduzir drasticamente o valor que estava em discussão, permitiu que a Companhia utilizasse o crédito em questão. Por fim, com relação aos demais casos pendentes de julgamento, no entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da RFB quando da glosa dos créditos apresentados pela Companhia, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível. **(iii) Glosa Plano Verão:** A Companhia recebeu despacho decisório emitido pela Receita Federal do Brasil, no qual é questionado o crédito utilizado para compensação relativo aos créditos decorrentes de ação judicial referente as discussões dos expurgos inflacionários do Plano Verão. Em razão do questionamento realizado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia apresentou impugnação que aguarda julgamento de primeira instância administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado dessas autuações totaliza o montante de R$314.585. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação não merece prosperar, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(iv) ICMS sobre encargos de Energia Elétrica:** A Companhia possui discussões judiciais e administrativas no que se refere a incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2022, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R$245.504. Atualmente, os processos administrativos e judiciais estão aguardando decisão. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação é improcedente, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(v) Erro de classificação fiscal - Importação:** Em março de 2017, a Companhia foi autuada em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo, acarretando a exigência de tributos (IPI, PIS, COFINS e II), cujo valor em dezembro de 2022 perfaz, o montante atualizado de R$208.563. Por entender indevida a autuação lavrada, a Companhia apresentou defesa que foi julgada de forma favorável em primeira instância administrativa. Em 19 de dezembro de 2022, em sessão de julgamento, o CARF negou provimento ao recurso de ofício e manteve por unanimidade a decisão da DRF que havia cancelado a autuação, tendo em vista laudo pericial favorável a Companhia efetuado por perito indicado pelo CARF. Em decorrência da disponibilização de decisão favorável aos interesses da Companhia e sendo a mesma de difícil reversão em recurso especial, o caso teve a sua classificação de perda alterada para remota. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes o processo deverá transitar em julgado no primeiro trimestre de 2023, sendo sua contingência baixada. **(vi) Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto a destinação dos bens:** Em razão de glosa de créditos decorrentes da aquisição de bens em virtude de divergências quanto a destinação dos bens, a Companhia foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado dessas autuações totaliza o montante de R$91.597. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível. **(vii) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM:** A Companhia recebeu autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado em controvérsia dessas autuações totaliza o montante de R$65.629. Atualmente, os processos se encontram em fase administrativa e judicial. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, as autuações são improcedentes, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

24. Uso do bem público - UBP

Política contábil: O montante é originalmente reconhecido como passivo financeiro (obrigação) e como ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento). A Companhia possui ou participa de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de Uso do Bem Público (UBP). Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos estão demonstrados a seguir:

Controladora

					2022			2021	
Usinas/Empresas	**Data início da concessão**	**Data fim da concessão**	**Data início pagamento**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**
Salto Pilão	abr-02	jan-42	jan-10	60%	146.804	681.205	60%	156.986	695.143
Salto do Rio Verdinho	dez-02	dez-44	out-10	100%	5.890	30.823	100%	6.246	30.662
Itupararanga	fev-04	fev-24	jan-04	100%	96	709	100%	179	1.212
Piraju	dez-98	nov-38	fev-03	100%	700	7.601	100%	763	7.794
Ourinhos	jul-00	nov-40	set-05	100%	879	6.545	100%	949	6.610
Fumaça	jun-96	jun-46		100%	53.050	65.567	100%	55.270	55.270
França	jun-96	jun-46		100%	40.521	49.578	100%	42.217	42.217
Porto Raso	jun-96	jun-46		100%	25.566	31.212	100%	26.636	26.636
Serraria	jun-96	jun-46		100%	17.655	21.554	100%	18.394	18.394
Barra	jun-96	jun-46		100%	49.385	60.233	100%	51.451	51.453
					340.546	955.027		359.091	935.391
Circulante						47.800			66.477
Não circulante					340.546	907.227		359.091	868.914
					340.546	955.027		359.091	935.391

Consolidado

					2022			2021	
Usinas/Empresas	**Data início da concessão**	**Data fim da concessão**	**Data início pagamento**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**	**Participação**	**Ativo intangível**	**Passivo**
Salto Pilão	abr-02	jan-42	jan-10	60%	146.804	681.204	60%	156.986	695.143
Salto do Rio Verdinho	dez-02	dez-44	out-10	100%	5.890	30.823	100%	6.246	30.662
Itupararanga	fev-04	fev-24	jan-04	100%	96	709	100%	179	1.212
Piraju	dez-98	nov-38	fev-03	100%	700	7.601	100%	763	7.794
Ourinhos	jul-00	nov-40	set-05	100%	879	6.545	100%	949	6.610
Fumaça	jun-96	jun-46		100%	53.050	65.567	100%	55.270	55.271
França	jun-96	jun-46		100%	40.521	49.578	100%	42.217	42.217
Porto Raso	jun-96	jun-46		100%	25.566	31.212	100%	26.636	26.636
Serraria	jun-96	jun-46		100%	17.655	21.554	100%	18.394	18.394
Barra	jun-96	jun-46		100%	49.385	60.233	100%	51.452	51.452
Baesa - Energética Barra Grande	mai-01	mai-36	jun-07	15%	19.018	75.058	15%	20.060	72.165
Enercan - Campos Novos Energia	mai-00	mai-35	jun-06				24%	3.063	10.558
					359.564	1.030.084		382.215	1.018.114
Circulante						55.582			74.314
Não circulante					359.564	974.502		382.215	943.800
					359.564	1.030.084		382.215	1.018.114

25. Patrimônio líquido

(a) Capital social: É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é no montante de R$4.479.459, e composto por 595.833.333 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R$44.412 em 31 de dezembro 2022 (R$44.150 em 31 de dezembro 2021). A composição do capital social é apresentada a seguir:

	2022		2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade de ações	**(%)**	**Quantidade de ações**	**(%)**
Acionistas controladores				
Votorantim S.A.	404.483.333	67,89%	452.083.333	75,87%
Outros acionistas	191.350.000	32,11%	143.750.000	24,13%
	595.833.333	100,00%	595.833.333	100,00%

(b) Dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzida a importância destinada à reserva legal.

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	867.549	742.944
Absorção de prejuízos acumulados		(502.440)
Base de cálculo da reserva legal	867.549	240.504
Reserva legal - 5%	(43.377)	(12.025)
Base de cálculo dos dividendos	824.172	228.479
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	206.043	57.120
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	595.833	887.440
Dividendos por lote de mil ações	345,81	64,36

(c) Reserva legal e retenção de lucros: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial:

	Atribuível aos acionistas controladores
Em 1º de janeiro de 2021	(400.795)
*Hedge accountin*g operacional	21.412
Tributos diferidos	(9.780)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	1.269
Outros componentes do resultado abrangente	12.901
Em 31 de dezembro de 2021	(387.894)
Em 1º de janeiro de 2022	(387.894)
*Hedge accountin*g operacional	259.447
Tributos diferidos	(85.414)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	888
Outros componentes do resultado abrangente	174.921
Aquisição da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	(70.053)
Em 31 de dezembro de 2022	(283.026)

(e) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro. Em 21 de junho de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de grupamento de ações da totalidade das ações existentes de emissão da Companhia, passando cada 2,31257955519536 ações ordinárias existentes a corresponder a 1 ação ordinária. Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41, as quantidades de ações apresentadas no cálculo do resultado por ação do período corrente e do período comparativo foram afetadas pelo referido grupamento. Não há qualquer efeito diluidor no fechamento do exercício.

	Controladora	
	2022	**2021**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	867.549	742.944
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	595.833	887.440
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	1.456,03	837,18

26. Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. Como as vendas da CBA estão sujeitas a diferentes modalidades de transporte, a receita pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio, no porto de descarga ou entregue no armazém do cliente, por exemplo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita no valor da contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. **Identificação de obrigações de desempenho e prazo de satisfação das obrigações de desempenho:** A Companhia apresenta duas obrigações de desempenho distintas incluídas em certos contratos de venda de alumínio, sendo i) a promessa de fornecer mercadorias a seus clientes, e ii) a promessa de fornecer serviços de frete para seus clientes. Promessa de fornecimento de mercadorias - esta obrigação de desempenho é satisfeita quando o controle de tais bens é transferido para o cliente final. Promessa de fornecimento de mercadorias e serviço de frete - esta obrigação de desempenho é satisfeita quando a compra da mercadoria e o serviço de frete são contratados pelo cliente e o produto é entregue no destino acordado. Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Abertura do resultado por natureza

	Controladora 2022			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i)	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	4.265.141	956	2.009	4.268.106
Despesas com benefícios a empregados	616.688	21.063	186.227	823.978
Depreciação, amortização e exaustão	445.328	118	8.577	454.023
Despesas de transporte	240.235		22	240.257
Manutenção e conservação	249.315	141	805	250.261
Serviços na operação	122.993			122.993
Serviços de terceiros	89.810	4.920	122.950	217.680
Aluguéis e arrendamentos	54.925	307	1.539	56.771
Provisão de crédito de liquidação duvidosa		5.614		5.614
Outras despesas	114.167	8.925	29.431	152.523
	6.198.602	42.044	351.560	6.592.206

	Controladora 2021			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i)	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	4.539.496	954	1.328	4.541.778
Despesas com benefícios a empregados	526.975	20.653	130.537	678.165
Depreciação, amortização e exaustão	413.542	405	12.061	426.008
Despesas de transporte	215.455		16	215.471
Manutenção e conservação	241.494	86	52	241.632
Serviços na operação	35.684			35.684
Serviços de terceiros	77.850	4.597	117.039	199.486
Aluguéis e arrendamentos	57.541	76	5.177	62.794
Repactuação de risco hidrológico	(188.047)			(188.047)
Reversão de crédito de liquidação duvidosa		(3.829)		(3.829)
Outras despesas	251.966	7.341	27.887	287.194
	6.171.956	30.283	294.097	6.496.336

	Consolidado 2022			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i)	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	4.995.598	925	9.620	5.006.143
Despesas com benefícios a empregados	706.224	24.229	203.108	933.561
Depreciação, amortização e exaustão	525.791	165	13.555	539.511
Despesas de transporte	240.294		22	240.316
Manutenção e conservação	283.398	141	620	284.159
Serviços na operação	122.993			122.993
Serviços de terceiros	101.263	5.038	141.336	247.637
Aluguéis e arrendamentos	54.925	311	2.191	57.427
Provisão de crédito de liquidação duvidosa		6.731		6.731
Outras despesas	144.879	11.811	34.607	191.297
	7.175.365	49.351	405.059	7.629.775

	Consolidado 2021			
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (i)	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	5.103.361	954	2.181	5.106.496
Despesas com benefícios a empregados	599.147	23.492	146.313	768.952
Depreciação, amortização e exaustão	480.064	456	15.525	496.045
Despesas de transporte	215.525		16	215.541
Manutenção e conservação	251.424	164	384	251.972
Serviços na operação	35.684			35.684
Serviços de terceiros	82.012	5.480	135.601	223.093
Aluguéis e arrendamentos	57.541	140	6.745	64.426
Repactuação de risco hidrológico	(285.446)			(285.446)
Reversão de crédito de liquidação duvidosa		(3.814)		(3.814)
Outras despesas	260.160	15.397	31.262	306.819
	6.799.472	42.269	338.027	7.179.768

(i) No saldo da controladora e consolidado de 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R$28.739 (31 de dezembro de 2021 - R$32.011) referente ao custo de ociosidade de produção das plantas de Niquelândia e São Miguel Paulista situadas nos municípios de Niquelândia no Estado de Goiás e São Paulo no Estado de São Paulo, respectivamente.

28. Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração direta	462.081	383.225	522.061	431.984
Encargos sociais	238.252	186.635	270.451	214.154
Benefícios	123.645	108.305	141.049	122.814
	823.978	678.165	933.561	768.952

(a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade contribuição definida. Um plano de contribuição definida é o plano de pensão segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva para pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar os funcionários. **(b) Participação dos empregados no resultado:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefício a empregados" na rubrica de remuneração direta. **(c) Plano de contribuição previdenciária definida:** A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados do Grupo Votorantim. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia. As contribuições a cargo da Companhia para a FUNSEJEM, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, somam R$6.271 e R$5.838, respectivamente. **(d) Remuneração dos administradores:** As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado	
Remuneração de curto prazo	2022	2021
Salário ou pró-labore	12.118	8.515
Benefícios direto ou indireto	943	566
Remuneração variável	5.214	6.049
	18.275	15.130
Remuneração de longo prazo		
Incentivos de longo prazo	14.137	3.555
	14.137	3.555
	32.412	18.685

A remuneração de curto prazo inclui: remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), benefícios diretos e indiretos (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada) e remuneração variável de curto prazo (participação nos resultados e bônus).

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contratos futuros de energia (i)	(86.403)	183.105	(86.403)	183.105
Reversão para desvalorização de ativos (*impairment*) (Nota 17)	226.006	603.945	226.007	603.945
Receita com aluguéis e arrendamentos	6.397	22.505	6.398	22.506
Reversão estimada para obsolescência e baixo giro de estoques	9.483	1.864	8.877	1.864
Valor justo - Propriedade para investimento	7.960		7.960	
Ganho (perda) na venda de imobilizado	(1.644)	29.000	(1.688)	29.000
Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos		17.143		17.143
Baixa na venda de ativos		(532.733)		(533.889)
Perda na venda de investimento	(18.493)		(18.493)	
Ajuste ao valor justo de ativo disponível para venda	(47.522)		(47.522)	
Constituição de provisões, líquidas	(56.701)	(48.624)	(56.073)	(49.248)
Gastos com projetos não capitalizados	(81.652)	(162.771)	(86.348)	(162.771)
Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)*	(15.444)		(15.444)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.342	7.158	13.129	(13.856)
	(45.671)	120.592	(49.600)	97.799

(i) Refere-se, ao reconhecimento da exposição futura, com base na projeção do balanço energético, maior que a realização do instrumento financeiro, conforme nota 15.

30. Resultado financeiro líquido

Política contábil: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se da taxa de juros efetiva.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	97.005	40.486	129.406	48.026
Juros sobre ativos financeiros	89.814	1.342	94.735	1.569
Atualização monetária sobre ativos	17.644	10.226	17.644	10.586
Reversão de atualização monetária de provisões	16.325	23.811	16.325	23.811
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 14)	7.625	8.804	9.390	10.976
Outras receitas financeiras	290	9.709	2.968	14.848
	228.703	94.378	270.468	109.816
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária UBP	(70.349)	(67.628)	(82.047)	(85.297)
Capitalização de juros sobre empréstimos - CPC 20	7.257	(2.622)	7.257	(2.622)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	(173.652)	(157.257)	(176.343)	(159.419)
Atualização monetária sobre provisões	(73.406)	(31.230)	(75.080)	(32.382)
Ajuste a valor presente - CPC 12	(66.580)	(57.043)	(66.580)	(57.043)
Cessão de recebíveis	(52.697)	(25.432)	(62.505)	(27.996)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(12.932)	(9.418)	(14.674)	(9.878)
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 14)	(9.416)	(18.681)	(11.278)	(22.826)
Despesas de captação	(5.365)	(6.103)	(7.532)	(9.675)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(5.189)	(16.092)	(5.447)	(16.564)
Outras despesas financeiras	(9.444)	(34.730)	(18.202)	(37.798)
	(471.773)	(426.236)	(512.431)	(461.500)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.2)	162.419	(67.344)	194.805	(70.289)
Variações cambiais, líquidas	50.196	(74.468)	45.097	(74.554)
	(30.455)	(473.670)	(2.061)	(496.527)

31. Ativo mantido para venda

Política contábil: São classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável. O ativo ou o grupo de ativos a ser classificado como mantido para a venda deve ser mensurado no reconhecimento inicial pelo valor mais baixo entre o que seria seu valor contábil, caso não tivesse sido assim classificado, e o valor justo menos as despesas de venda. Se o ativo ou o grupo de ativos for adquirido como parte de combinação de negócios, ele deve ser mensurado pelo valor justo menos as despesas de venda. Quando se espera que a venda ocorra após um ano, a entidade deve mensurar as despesas de venda pelo valor presente. Qualquer aumento no valor presente das despesas de venda que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa financeira. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e no passivo. Os ativos mantidos para venda estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022
Ativo mantido para venda - Mineração Rio do Norte S.A. (Nota 1.1 (I))	52.177
Imóvel destinado a venda	25.960
Total ativo líquido mantido para venda	78.137

32. Informações por segmento

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: Alumínio, Energia e Níquel. **Alumínio:** Envolve as operações da cadeia produtiva do Alumínio, desde a mineração de bauxita até a produção de produtos primários e transformados. **Energia:** Compreende apenas a comercialização da energia excedente, que é vendida para o mercado. **Níquel:** Considera as Unidades do Níquel e Legado Verdes do Cerrado. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, utiliza o EBITDA ajustado como medida de desempenho. As informações apresentadas à alta Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as políticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

	2022				
	Alumínio	Níquel	Energia	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos	8.557.338	20.506	634.435	(387.652)	8.824.627
Custos dos produtos vendidos	(6.756.543)	(54.952)	(751.522)	387.652	(7.175.365)
Lucro (prejuízo) bruto	1.800.795	(34.446)	(117.087)		1.649.262
Com vendas	(49.349)	(2)			(49.351)
Gerais e administrativas	(374.028)	(15.046)	(15.985)		(405.059)
Outras receitas (despesas) operacionais	(100.775)	149.535	(98.360)		(49.600)
Lucro (prejuízo) operacional	1.276.643	100.041	(231.432)		1.145.252
Depreciação, amortização e exaustão	504.876	4.934	29.701		539.511
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	33.387	(177.935)	86.403		(58.145)
Contratos futuros de energia			86.403		86.403
Perda na venda de investimento		18.493			18.493
Reconhecimento ao valor justo dos ativos mantidos para venda	47.522				47.522
Provisão para desvalorização de tributos *(impairment)*	15.444				15.444
Reversão para desvalorização de ativos *(impairment)*	(29.579)	(196.428)			(226.007)
EBITDA ajustado	**1.814.906**	**(72.960)**	**(115.328)**		**1.626.618**
Margem EBITDA	**21,21%**	**-355,80%**	**-18,18%**		**18,43%**

	2021				
	Alumínio	Níquel	Energia	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos	8.018.361	25.909	727.406	(348.496)	8.423.180
Custos dos produtos vendidos	(6.586.536)	(51.472)	(509.960)	348.496	(6.799.472)
Lucro (prejuízo) bruto	1.431.825	(25.563)	217.446		1.623.708
Com vendas	(39.769)	(2.500)			(42.269)
Gerais e administrativas	(307.960)	(22.124)	(7.943)		(338.027)
Outras receitas (despesas) operacionais	(142.502)	85.815	154.486		97.799
Lucro operacional	941.594	35.628	363.989		1.341.211
Depreciação, amortização e exaustão	462.429	3.149	30.467		496.045
Exclusões e itens excepcionais	(21.612)	(95.582)	(183.105)		(300.299)
Contratos futuros de energia			(183.105)		(183.105)
Reconhecimento de ganho por compra vantajosa na aquisição de investimentos	(17.143)				(17.143)
Ganho na venda de imobilizado		(29.000)			(29.000)
Provisão para desvalorização de ativos *(impairment)*	(4.469)	(66.582)			(71.051)
EBITDA ajustado	**1.382.411**	**(56.805)**	**211.351**		**1.536.957**
Margem EBITDA	**17,24%**	**-219,25%**	**29,06%**		**18,25%**

(i) As eliminações apresentadas acima correspondem à energia gerada e consumida entre os segmentos reportáveis da Companhia.

33. Seguros

A Companhia e suas subsidiárias mantêm seguros de riscos patrimoniais, responsabilidade civil dentre outros, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na produção, danos a terceiros, patrimônio e responsabilidade civil dos executivos e diretores da companhia. Tais apólices possuem coberturas e limites considerados pela Administração da companhia como adequados ao porte e riscos inerentes a natureza de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratados através de seguradoras de primeira linha:

		2022
Apólice	**Tipo de cobertura**	**Importância segurada**
Patrimonial	Danos materiais e lucros cessantes para o patrimônio	850.000.000
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados à terceiros	250.000.000
Directors & Officers	Reclamações de terceiros à pessoas físicas da Companhia	135.000.000
Transportes Nacional	Danos materiais causados durante o transporte	10.000.000
Transportes Importação	Danos materiais causados durante o transporte	52.100.000
Transportes Exportação	Danos materiais causados durante o transporte	52.100.000
		1.349.200.000

As informações acima representam a consolidação, para fins de divulgação apenas, dos limites máximos de indenização para as principais apólices da Companhia.

34. Eventos subsequentes

(a) Captação BNDES: Em 7 de fevereiro de 2023 foram realizadas as primeiras liberações referentes aos contratos firmados em dezembro de 2022 junto ao BNDES (Nota 20 (g)). O valor agregado recebido pela Companhia e pela controlada Metalex totalizam R$179.012.

DIRETORIA

Ricardo Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente

Luciano Francisco Alves - Diretor Financeiro e de Relações Institucionais
Alexandre Vianna da Silva - Diretor
Fernando Varella Guimarães - Diretor
Roseli Maria de Souza Milagres - Diretora
Renato Maia Lopes - Diretor
Andressa Rissato Brolacci Lamana - Diretora
Daniel Marrocos Camposilvan - Diretor
Albino Mercado Júnior - Diretor

CONTADORA

Andressa Regina Fabris
CRC PR 059742/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Brasileira de Alumínio
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira de Alumínio e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Alumínio e da Companhia Brasileira de Alumínio e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Porque é um PAA
Redução ao valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta registrado na Controladora e no Consolidado, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, nos valores de R$ 308.753 mil e de R$ 308.753 mil, respectivamente. Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes. A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.
Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela administração na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Como resposta de auditoria, entre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:
Obtivemos a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos preparada pela administração da Companhia e verificamos que as principais premissas guardam relação com o plano de negócios de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.
Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), assim como projeções de câmbio. Efetuamos a comparação com os dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos tributos diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (Nota 13)
Em 31 de dezembro de 2022, os tributos a recuperar divulgados na nota explicativa n° 13 às demonstrações financeiras, nos montantes de R$ 502.091 mil e R$ 539.658 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, são oriundos principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.
A realização desses tributos está diretamente associada a efetividade do plano de escoamento de créditos da sociedade, os quais consistem principalmente em (i) geração de débitos a pagar no futuro que poderão ser compensados com os referidos tributos a recuperar; (ii) habilitação e venda de créditos de ICMS para empresas do próprio grupo ou terceiras; (iii) obtenção de regime especial tributário junto ao estado de São Paulo para a suspensão de ICMS nas operações de importações de determinados insumos, de modo a evitar futuro acúmulo.
Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
Avaliação da origem dos créditos, natureza dos insumos, seu registro e declaração para as autoridades fazendárias nos livros fiscais; Análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas para determinação do valor de créditos fiscais registrados; O entendimento da metodologia de avaliação e premissas para determinação do valor recuperável do saldo de ICMS; Avaliação e julgamento sobre as possibilidades de escoamento apresentadas pela administração e sua aplicabilidade; A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.
Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Porque é um PAA
Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* (Nota 6.2)
A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a volatilidade do preço das commodities, moedas, índices e taxas em seus fluxos de caixa.
Para atingir seus objetivos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros não derivativos e designa como instrumento de *hedge* na aplicação da política de contabilidade de proteção (*hedge accounting*), realizando periodicamente, testes de efetividade sobre as relações de *hedge* designadas.
A designação desses instrumentos financeiros como *hedge accounting,* assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dosa objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio.
Dada à complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideram, entre outros:
Entendimento do processo e dos controles internos relacionados à contabilidade de proteção *hedge accouting.* Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação dos instrumentos de proteção como *hedge accounting,* especificamente as designações contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração de efetividade.
Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia envolvendo as transações de *hedge accounting.* Com base nas evidências obtidas, consideramos aceitáveis as designações mantidas como contabilidade de proteção (*hedge accounting*) no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 9 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos Acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, elativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaQuatro") ou ("Companhia") ou ("Concessionária") continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., denominada ViaQuatro, com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação, manutenção e conservação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **1.3 Destaques de 2022:** Em 2022, chegamos ao marco de 2 bilhões de passageiros transportados em doze anos de operação. A Four Trilhos Administração e Participações S.A., subsidiária integral, foi constituída em março e teve sua operação iniciada em outubro de 2022, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. Em 2022 a Companhia distribuiu R$ 71.999 mil reais entre dividendos a acionistas e juros sobre capital próprio. **2. Desempenho econômico-financeiro:**

Em R$ mil	2022	2021	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	993.977	1.758.297	-43.47 %
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	937.696	1.725.829	-45.67 %
- Outras receitas	937.696	1.725.829	-45.67 %
Deduções da receita bruta	(2.568)	(5.611)	-54.23 %
Receita líquida (excluída a receita de construção)	935.128	1.720.218	-45.64 %
(+) Receita de construção	56.281	32.468	73.34 %
Custos e despesas (a)	(398.319)	(309.229)	28.81 %
- Depreciação e amortização	(89.198)	(78.968)	12.95 %
- Serviços de terceiros	(43.600)	(51.720)	-15.70 %
- Custo com pessoal	(127.094)	(98.738)	28.72 %
- Custo de construção	(56.281)	(32.468)	73.34 %
- Outros custos e resultados operacionais	(82.146)	(47.335)	73.54 %
EBIT ajustado	593.090	1.443.457	-58.91 %
Margem EBIT ajustada (b)	0,6342	0,8391	-24.42 %
(+) Resultado de equivalência patrimonial	14.033	-	100.00 %
EBIT (c)	607.123	1.443.457	-57.94 %
Margem EBIT	0,5982	0,8236	-27.36 %
(+) Depreciação e amortização	89.198	78.968	12.95 %
EBITDA (c)	696.321	1.522.425	-54.26 %
Margem EBITDA	0,7024	0,8686	-19.14 %
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(14.033)	-	100.00 %
EBITDA ajustado (d)	682.288	1.522.425	-55.18 %
Margem EBITDA ajustada (d)	0,7296	0,885	-17.56 %
Resultado financeiro líquido	(135.967)	(44.504)	205.52 %
Resultado de equivalência patrimonial	14.033	-	100.00 %

Em R$ mil	2022	2021	Var %
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	471.156	1.398.953	-66.32 %
Imposto de renda e contribuição social	(147.785)	(462.864)	-68.07 %
Lucro líquido	323.371	936.089	-65.46 %
Endividamento bruto (e)	1.190.385	1.277.577	-6.82 %
Investimentos (caixa)	65.156	40.895	59.33 %

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil , cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita líquida:** O principal driver da queda comparativamente a 2021 foi o recebimento do reequilíbrio Fase I e compensação da fase II em março de 2021, referente a impactos financeiros ocasionados pelos atrasos da entrega de estações da Fase 1 pelo Poder Concedente. **Custos e despesas:** A Companhia apresentou em 2022 um cenário de expansão da sua estrutura com o início da operação da Estação Vila Sônia e da operação de ônibus de Taboão, trazendo impactos no aumento de seu quadro de colaboradores e de aumento de custos correlatos a seu maior escopo de operação. **Resultado financeiro líquido:** Deterioração em relação ao número de 2021, causado principalmente pela capitalização de empréstimos referentes as obras da Fase 2. Somente em 2021 essa linha gerou R$ 92 milhões de receitas financeiras para a Concessionária, enquanto em 2022 essa capitalização foi encerrada no momento do início da operação de Vila Sônia, portanto em abril de 2022. **Imposto de renda e contribuição social:** Redução da apuração de impostos decorrente do maior Resultado em 2021 por conta do recebimento do Reequilíbrio Fase 1. **Investimentos:** Variação decorrente do cronograma de investimentos da Fase II. **3. Estratégia e gestão: 3.1 Governança corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2 Gestão de pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 34 novas Soluções de aprendizagem e aplicou 223 temas na totalidade, atingindo 1.324 colaboradores durante o ano de 2022. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do comitê de riscos e reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu relatório anual e de sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; e • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.1 Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua. Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.2 Campanhas e exposições:** Em 2022 foram realizadas 142 exposições e 239 campanhas de engajamento, totalizando 381 ações, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da Concessionária. Destacamos abaixo algumas das exposições e ações realizadas em 2022: • Olhos que sorriem; • Dia mundial do combate ao câncer; • Projeto geração de renda; • Artista qutista; • Diversidade e orgulho LGBTQIAP+; • Teste do pezinho; • Abra a mente, tudo aqui é meio ambiente; • Só, você muda. juntos, a gente transforma!; • Educação financeira; e • Boa alimentação é saúde. Foram realizadas 164 campanhas de engajamento em parceria com instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população, entre as quais citamos: • Apresentação ballet; • Cadastro de jovem aprendiz; • Dia das mães; • Doação de sangue; • Projeto novo Rio Pinheiros; • Dia dos pais; • Dia das crianças; • Campanha do agasalho; • Programa clientes do amanhã; e • Natal solidário. **4.3 Prêmios e reconhecimentos:** O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2022, a Companhia recebeu reconhecimento como premiação abaixo: • **Prêmio maiores do transporte & Melhores do Transporte 2022:** A concessionária recebeu o prêmio de melhor operadora de transporte ferroviário de passageiros do Brasil nessa premiação que leva em consideração os resultados financeiros apurados no ano anterior entre as mais representativas empresas do setor de transporte e logística do país. • **Prêmio tecnologia & desenvolvimento metroferroviários:** Com o artigo técnico equilíbrio sustentável na regulação da operação de trens, na abertura da 28ª Semana de tecnologia metroferroviária. O tema trata de uma avaliação do consumo de energia elétrica de tração em uma linha metroviária, contribuindo para uma operação adequada e com controle do consumo de energia. Além do prêmio, o artigo também foi publicado na revista ferroviária edição Setembro e outubro 22. **5. Considerações finais: 5.1 Agradecimentos:** A ViaQuatro agradece a todos os nossos clientes, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios no ano de 2022. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **5.4 Cláusula compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

São Paulo, 9 de março de 2023.
A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	119.827	75.630
Aplicações financeiras - conta reserva	6	113.346	78.200
Contas a receber com o Poder Concedente	7	154.552	102.786
Contas a receber das operações	7	580	6.316
Contas a receber - partes relacionadas	10	8.411	1.183
Tributos a recuperar	8	2.179	7.460
Adiantamento a fornecedores		3.793	5.125
Estoques (materiais sobressalentes)		36.713	34.697
Dividendos		3.333	-
Despesas antecipadas		4.978	3.683
Outros créditos		316	297
Total do ativo circulante		448.028	315.377
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber com o Poder Concedente	7	1.207.685	1.125.193
Tributos a recuperar	8	9.354	10.306
Depósitos judiciais		152	242
Estoques (materiais sobressalentes)		35.309	31.793
		1.252.500	1.167.534
Investimentos	11	15.596	-
Imobilizado	12	23.177	23.549
Intangível	13	1.446.967	1.479.515
Infraestrutura em construção	13	54.222	43.507
Direito de uso de arrendamento	14a	154	-
Total do ativo não circulante		2.792.616	2.714.105
Total do ativo		3.240.644	3.029.482

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Debêntures	15	248.297	164.884
Fornecedores	17	14.820	48.831
Fornecedores - partes relacionadas	10	6.097	2.045
Impostos e contribuições a recolher	16	34.684	2.478
Obrigações sociais e trabalhistas	17	26.640	21.310
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	245.155	236.312
Passivo de contrato receitas acessórias		1.433	2.316
Provisão IPTU		4.390	3.632
Passivo de arrendamento	14b	46	-
Outras contas a pagar		17.414	13.050
Total do passivo circulante		598.976	494.858
Não circulante			
Debêntures	15	942.088	1.112.693
Fornecedores		1	68
Passivo de arrendamento	14b	110	-
Impostos diferidos	9b	582.331	547.026
Obrigações sociais e trabalhistas	17	838	682
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	19	4.751	2.266
Outras obrigações		28	-
Total do passivo não circulante		1.530.147	1.662.735
Patrimônio líquido			
Capital social	20a	140.385	140.385
Reserva de lucros	20b	140.385	34.951
Dividendos adicionais propostos	20d	830.751	696.553
		1.111.521	871.889
Total do passivo e patrimônio líquido		3.240.644	3.029.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demosntrações dos resultados dos exercícios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	21	991.409	1.752.686
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(106.781)	(84.220)
Custo de construção		(56.281)	(32.468)
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	(84.779)	(74.763)
Serviços		(32.996)	(33.450)
Materiais, equipamentos e veículos		(15.993)	(12.220)
Energia elétrica		(36.420)	(27.253)
Seguros		(5.062)	(4.422)
Provisões de IPTU		(4.390)	(3.632)
Outros		(4.525)	3.682
		(347.227)	(268.746)
Lucro bruto		644.182	1.483.940
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(20.313)	(14.518)
Serviços		(10.604)	(18.270)
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	(4.419)	(4.205)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.159)	(840)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(842)	(124)
Água, luz, telefone, internet e gás		(640)	(421)
Contribuições a sindicatos e associações de classes		(276)	(259)
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber		(103)	62
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(2.485)	512
Indenizações trabalhistas		(3.268)	(2.010)
Perdas com clientes		(1.506)	(18)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(1.280)	(823)
Outras despesas (receitas) operacionais		(4.197)	431
		(51.092)	(40.483)
Resultado de equivalência patrimonial		14.033	-
Resultado antes do resultado financeiro		607.123	1.443.457
Resultado financeiro	22	(135.967)	(44.504)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		471.156	1.398.953
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9	(147.785)	(462.864)
Lucro líquido do exercício		323.371	936.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	323.371	936.089
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	323.371	936.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		149.607	(9.222)	28.077	6.874	-	-	175.336
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	936.089	936.089
Destinações:								
Juros sobre capital próprio (líquido)		-	-	-	-	-	(31.870)	(31.870)
Juros sobre capital próprio (IRRF)		-	-	-	-	-	(5.514)	(5.514)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(202.152)	(202.152)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	696.553	(696.553)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		149.607	(9.222)	28.077	6.874	696.553	-	871.889
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	323.371	323.371
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 29 de março de 2022 (líquido)	20f	-	-	-	-	-	(2.211)	(2.211)
Juros sobre capital próprio em 29 de março de 2022 (IRRF)	20f	-	-	-	-	-	(382)	(382)
Juros sobre capital próprio em 29 de junho de 2022 (líquido)	20f	-	-	-	-	-	(3.588)	(3.588)
Juros sobre capital próprio em 29 de junho de 2022 (IRRF)	20f	-	-	-	-	-	(621)	(621)
Juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2022 (líquido)	20f	-	-	-	-	-	(4.894)	(4.894)
Juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2022 (IRRF)	20f	-	-	-	-	-	(847)	(847)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (líquido)	20f	-	-	-	-	-	(6.053)	(6.053)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (IRRF)	20f	-	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Dividendos mínimos obrigatórios	20d	-	-	-	-	-	(64.097)	(64.097)
Dividendos adicionais propostos	20d	-	-	-	-	134.198	(134.198)	-
Reserva de retenção de lucros	20c	-	-	-	105.434	-	(105.434)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		149.607	(9.222)	28.077	112.308	830.751	-	1.111.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	323.371	936.089
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.305	442.185
Depreciação e amortização	89.181	78.968
Depreciação - Direito de uso em arrendamento	17	-
Baixa ativo imobilizado e intangível	675	170
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber	103	(62)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-	153
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	6	-
Rendimento de aplicação financeira	-	4.627
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(3.250)	2.844
Juros e variação monetária sobre debêntures	162.202	142.798
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	5.099	1.581
Atualização monetária para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	295	279
Receita de remuneração do contas a receber com o Poder Concedente	(191.906)	(290.267)
Capitalização de custos de debêntures	(7.381)	(97.558)
Equivalência patrimonial	(14.033)	-
	399.684	1.221.807
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber das operações	5.633	15.136
Contas a receber com o Poder Concedente	(139.730)	(1.066.837)
Contas a receber - partes relacionadas	(7.228)	(33)
Tributos a recuperar	6.233	3.552
Adiantamento a fornecedores	1.332	669
Estoques (materiais sobressalentes)	(5.532)	(3.837)
Recebimento de contas a receber com o Poder Concedente	197.378	129.125
Depósitos judiciais	90	-
Despesas antecipadas e outros	(1.314)	(452)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(30.828)	(3.399)
Fornecedores - partes relacionadas	4.052	(1.518)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.486	7.806
Impostos e contribuições a recolher	106.304	15.405
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(76.995)	(19.176)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	(2.909)	(2.372)
Passivo de contrato	(883)	(1.569)
Provisão de IPTU	758	-
Outras contas a pagar	4.392	(2.672)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	465.923	291.635
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.747)	(4.244)
Adições ao ativo intangível	(59.409)	(36.651)
Aporte de capital em investidas e outros movimentos	(4.896)	-
Outros de ativo imobilizado e intangível	4.886	323
Aplicações financeiras líquidas de resgate	-	(4.627)
Aquisição de arrendamento	(171)	-
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	(35.146)	(78.200)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(100.483)	(123.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Pagamentos de principal	(130.449)	(109.243)
Pagamentos de juros	(118.945)	(73.652)
Mútuos		
Captações	-	10.800
Pagamentos de principal e juros	-	(10.953)
Arrendamento		
Captações	171	-
Pagamentos de principal	(21)	-
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos aos acionistas	(71.999)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(321.243)	(183.048)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	44.197	(14.812)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	75.630	90.442
No final do exercício	119.827	75.630
	44.197	(14.812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: a) Constituição e objeto: A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia") ou ("Concessionária"), domiciliada a Rua Heitor dos Prazeres, n.º 320, Vila Sônia, São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 quilômetros na Fase I, totalizando 12,8 quilômetros na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato vai até 20 de junho de 2040, assegurando o prazo de operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I, conforme previsto no contrato de concessão. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1° aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2° aditamento em 29 de maio de 2008, o 3° aditamento em 18 de junho de 2010, o 4° aditamento em 25 de março de 2011, o 5° aditamento em 26 de março de 2014 e o 6° e 7° aditamento em 23 de março de 2021. O plano original de operação contratual prevê: • **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 3, em 21 de junho de 2010. Atualmente, todas as estações já estão em funcionamento. • **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. Atualmente, além das estações da Fase I, também estão em operação as estações Fradique Coutinho, Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi e Vila Sônia. • **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do contrato de fornecimento de aproximadamente US$ 40 milhões, os quais foram pagos conforme cumprimentos das obrigações contratuais em 2022. • **5º Aditamento** ao contrato de concessão - assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, passa a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 29 de julho 2016, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017. Em 31 de março de 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., interrompeu a suspensão parcial, retomando em 30 de maio de 2017 as atividades do contrato de fabricação e fornecimento. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 28 de dezembro 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de compatibilizar o Contrato com as novas datas de inauguração das estações Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi pelo Poder Concedente. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 10 de outubro 2018, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de subfasear a entrega da estação Vila Sônia, e, também, promover a automatização da sinalização das linhas do Pátio. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 23 de outubro 2019, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes formalizam a paralisação parcial das atividades dos fornecedores em decorrência da postergação da entrega da estação Vila Sônia, sob responsabilidade do Poder Concedente. A suspensão tem duração prevista de 15 meses, e iniciou-se em julho/2019. Em 25 de Setembro de 2020 houve a interrupção da suspensão parcial, com retomada do Contrato ocorrendo em 25 de novembro de 2020. Em 23 de março de 2021, foram assinados os Termos Aditivos n.º 06 e 07 ao contrato de concessão da Companhia, para os seguintes objetos: O Termo Aditivo n.º 6 reequilibrou o atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU pelo montante de R$ 1.225.225 em 31 de dezembro de 2021 (data-base: março/2020), sendo que o valor será recebido através de adicional à tarifa de remuneração da Companhia, no prazo estimado de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2037. O Termo Aditivo n.º 7 reequilibrou o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II), o que ocorreu em outubro de 2018 e da Estação Vila Sônia, no montante de R$ 2.754 em 31 de dezembro de 2021. Além dos valores acima, o referido Termo Aditivo n.º 7 também estabeleceu o pagamento em dinhei

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

barrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 14. ***q) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: • **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021:** A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. • **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. • **Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15:** As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. ***r) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada *ou joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e do certificado de depósito interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 18, e 23. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices *(covenants)* previsto em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	328.267	296.915	275.029	252.727	420.898
Fornecedores e outras contas a pagar	32.234	-	-	-	1
Fornecedores - partes relacionadas	6.097	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	245.155	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 150.948 substancialmente composto por debêntures e dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas n.º 15 e 23. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. **6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

	2022	2021
Caixa e bancos	24	4.303
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	119.803	71.327
Total - Caixa e equivalentes de caixa	119.827	75.630
	2022	**2021**
Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	113.346	78.200
Total - Circulante	113.346	78.200
Total - Aplicações financeiras	113.346	78.200

(a) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa n.º 15). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,75% do CDI, equivalente a 12,40% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (100,29% do CDI, equivalente a 4,41% ao ano, em média, 31 de dezembro de 2021). **7. Contas a receber: Contas a receber das operações**

	2022	2021
Circulante		
Receitas acessórias (a)	975	6.608
	975	6.608
Provisão para perda esperada - contas a receber (b)	(395)	(292)
	580	6.316
Idade de vencimento dos títulos		
	2022	**2021**
Crédito a vencer	336	6.043
Créditos vencidos até 60 dias	15	257
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	229	16
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	240	7
Créditos vencidos há mais de 180 dias	155	285
	975	6.608

(a) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstos no contrato de concessão, e **(b)** Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber. **Contas a receber do Poder Concedente:**

	2021	2022					
	Saldo inicial	Adições	Remuneração	Recebimento	Baixa	Transferência	Saldo final
Circulante							
Reequilíbrio (a)	102.786	13.062	-	(103.403)	(101)	96.352	108.696
Mitigação de demanda (b)	-	139.831	-	(93.975)	-	-	45.856
	102.786	152.893	-	(197.378)	(101)	96.352	154.552
Não circulante							
Reequilíbrio (a)	1.125.193	-	178.844	-	-	(96.352)	1.207.685
	1.125.193	-	178.844	-	-	(96.352)	1.207.685
Total geral	1.227.979	152.893	178.844	(197.378)	(101)	-	1.362.237

(a) Referem-se aos reequilíbrios ao contrato de concessão da Companhia pelo atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU que será recebido através de adicional à tarifa de remuneração conforme Termo Aditivo n.º 6. O Termo Aditivo n.º 7 estabeleceu o reequilíbrio através de pagamento em dinheiro sobre o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II) e da Estação Vila Sônia e não há mais saldo; e (b) Refere-se ao saldo de receita de mitigação, o qual é recebido ao longo do trimestre subsequente. **Cronograma de recebimento - não circulante:**

	2022
2024	105.207
2025	108.880
2026	103.583
2027	99.150
2028 em diante	790.865
	1.207.685

8. Tributos a recuperar

	2022	2021
Circulante		
IRPJ e CSLL	335	6.756
PIS	-	11
Cofins	-	67
IRRF	1.834	616
ISS	10	10
	2.179	7.460
Não Circulante		
IRPJ e CSLL	9.354	10.306
	9.354	10.306

O valor de crédito tributário de IRPJ e CSLL trata-se de retidos na fonte e antecipação. Os créditos classificados no longo prazo estão sob processo administrativo (Manifestação de inconformidade) e a Companhia aguarda o acordão final para sua utilização. **9. Imposto de renda e contribuição social:** ***a.*** **Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	471.156	1.398.953
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(160.193)	(475.644)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	4.771	-
Despesas indedutíveis	(1.008)	(444)
Juros sobre o capital próprio	6.679	12.710
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(346)	61
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.344	447
Outros ajustes tributários	(32)	6
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(147.785)	(462.864)
Impostos correntes	(112.480)	(20.679)
Impostos diferidos	(35.305)	(442.185)
	(147.785)	(462.864)
Alíquota efetiva do imposto	31,37%	33,09%

b. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2022				
	2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	8.615	(8.615)	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.574	586	3.160	3.160	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	101	36	137	137	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	770	845	1.615	1.615	-
Variação cambial (b)	4.577	(4.576)	1	1	-
Receita remuneração de ativos financeiros	(416.577)	(30.992)	(447.569)	-	(447.569)
Provisão IPTU	52	(52)	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	21.960	(1.172)	20.788	20.788	-
Provisão de fornecedores	4.206	1.659	5.865	5.865	-
Arrendamento	-	1	1	1	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	15	4	19	19	-
Capitalização de juros	(123.058)	3.576	(119.482)	-	(119.482)
Custo de transação de debêntures	(2.573)	667	(1.906)	-	(1.906)
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(47.962)	2.593	(45.369)	-	(45.369)
Outros	274	135	409	409	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(547.026)	(35.305)	(582.331)	31.995	(614.326)
Compensação de imposto	-	-	-	(31.995)	31.995
Imposto diferido líquido passivo	(547.026)	(35.305)	(582.331)	-	(582.331)

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	8.037	578	8.615	8.615	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	448	2.126	2.574	2.574	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	121	(20)	101	101	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	945	(175)	770	770	-
Variação cambial (b)	4.561	16	4.577	4.577	-
Provisão IPTU	52	-	52	52	-
Resultado de operações com derivativos	23.048	(1.088)	21.960	21.960	-
Provisão de fornecedores	5.125	(919)	4.206	4.206	-
Receita remuneração de ativos contratuais TA 06	-	(416.577)	(416.577)	-	(416.577)
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	-	15	15	15	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(50.554)	2.592	(47.962)	-	(47.962)
Capitalização de juros	(93.574)	(29.484)	(123.058)	-	(123.058)
Custo de transação de empréstimo	(3.291)	718	(2.573)	-	(2.573)
Outros	241	33	274	274	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(104.841)	(442.185)	(547.026)	43.144	(590.170)
Compensação de imposto	-	-	-	(43.144)	43.144
Imposto diferido líquido passivo	(104.841)	(442.185)	(547.026)	-	(547.026)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do art. n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do regime tributário de transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil), em 2022 também era composto por custos de empréstimos capitalizados; e (b) As variações cambiais referem-se a conta a pagar de fornecedores estrangeiros relativamente a opção de tributação pelo regime de caixa, conforme artigo 152 da IN/RFB 1700/2017. **10. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos						
	2022				2021		
	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Outras partes relacionadas	Total
Ativo							
Aplicações financeiras	-	-	119.803	**119.803**	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	7	**7**	-	-	-
Contas a receber	178	27	8.208	**8.413**	21	1.162	**1.183**
Dividendos	-	3.333	-	**3.333**	-	-	-
Passivo							
Fornecedor e contas a pagar	1.283	83	4.731	**6.097**	1.293	752	**2.045**
Derivativos	-	-	2.367	**2.367**	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	245.155	-	-	**245.155**	-	-	-
Outros débitos	-	-	194	**194**	-	-	-

	Transações						
	2022				2021		
	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Outras partes relacionadas	Total
Despesas financeiras	-	-	1	**1**	-	-	-
Custos/despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	-	-	-	1.674	**1.674**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	70	21	8.639	**8.730**	31	3.305	**3.336**
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	8.111	-	-	**8.111**	-	-	-
Receitas de locação de espaços	-	-	734	**734**	-	274	**274**
Receitas de aplicações financeiras	-	-	4.163	**4.163**	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	232	**232**	-	-	-
Receita de mútua cooperação	-	-	56	**56**	127	26	**153**
Custos/despesas - suporte e manutenção tecnologia engenharia	-	-	-	-	-	5.077	**5.077**
Custos/despesas - gestão administrativa	-	-	-	-	4.567	-	**4.567**
Imobilizado	-	-	-	-	-	9	**9**
Custos/despesas - seguros	-	-	4	**4**	-	-	-
Receitas de utilização de infraestrutura	-	-	234	**234**	-	-	-

Despesas com profissionais chaves da administração	2022	2021
Remuneração		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (a)	2.055	1.420
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.789	874
Complemento (reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	1.416	(51)
Previdência privada	115	75
Seguro de vida	5	3
	5.380	2.321

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	2.070	3.374

a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 13 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 1.500. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. **11. Investimentos: a) Composição dos investimentos:**

	Participação	Patrimônio líquido da investida		Investimentos		Resultado líquido do exercício (b)		Resultado de equivalência patrimonial (b)	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Four Trilhos (a)	100%	15.596	-	15.596	-	14.033	-	14.033	-
Total		15.596	-	15.596	-	14.033	-	14.033	-

(a) Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 1 contexto operacional; e (b) Referente ao período de 14 de março de 2022 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2022. **b) Informações financeiras resumidas:**

	2022			
	Participação	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício (a)	Lucro líquido do exercício (a)
Four Trilhos	100%	36.956	21.360	16.491	14.033

(a) Referente ao período de 14 de março de 2022 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2022.

c) Movimentação do investimento:

	31/12/2021	2022			
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial (a)	Aporte de capital	Dividendos	Saldo final
Four Trilhos	-	14.033	4.896	(3.333)	15.596

(a) Referente ao período de 14 de março de 2022 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2022.

12. Ativo imobilizado

		2021	2022			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		7.679	-	(384)	702	7.997
Máquinas e equipamentos		45.687	-	(2.769)	3.054	45.972
Veículos		2.248	-	(238)	292	2.302
Instalações e edificações		149	-	(149)	-	-
Equipamentos operacionais		9.247	-	(133)	-	9.114
Imobilizações em andamento		1.897	5.837	(3)	(4.238)	3.493
Total do custo		66.907	5.837	(3.676)	(190)	68.878
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(4.310)	(584)	343	-	(4.551)
Máquinas e equipamentos	15	(27.613)	(5.003)	2.514	-	(30.102)
Veículos	24	(2.191)	(94)	238	-	(2.047)
Instalações e edificações	(b)	(149)	-	149	-	-
Equipamentos operacionais	18	(9.095)	(39)	133	-	(9.001)
Total da depreciação		(43.358)	(5.720)	3.377	-	(45.701)
Total geral		23.549	117	(299)	(190)	23.177

		2020	2021			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		6.224	-	(14)	1.469	7.679
Máquinas e equipamentos		41.059	-	(68)	4.696	45.687
Veículos		2.248	-	-	-	2.248
Instalações e edificações		149	-	-	-	149
Equipamentos operacionais		9.078	-	-	169	9.247
Imobilizações em andamento		6.512	4.542	(165)	(8.992)	1.897
Total do custo		65.270	4.542	(247)	(2.658)	66.907
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(3.766)	(553)	9	-	(4.310)
Máquinas e equipamentos	15	(22.776)	(4.905)	68	-	(27.613)
Veículos	20	(2.141)	(50)	-	-	(2.191)
Instalações e edificações	(b)	(149)	-	-	-	(149)
Equipamentos operacionais	18	(9.056)	(39)	-	-	(9.095)
Total da depreciação		(37.888)	(5.547)	77	-	(43.358)
Total geral		27.382	(1.005)	(170)	(2.658)	23.549

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado, intangível e infraestrutura em construção; e (b) Ativos 100% depreciados. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 80 em 2022 (R$ 298 em 2021). A taxa média de capitalização em 2022 foi de 9,69% a.a. (custo das debêntures divididos pelo saldo médio de debêntures) e 6,54% a.a. em 2021.

13. Intangível e infraestrutura em construção

		2021					2022	
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições		Baixas	Transferências (a)	Outros (e)	Saldo final
Valor de custo								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.881.278	-		(511)	54.354	(6.703)	1.928.418
Direitos de uso de sistemas informatizados		28.956	-		-	1.934	-	30.890
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		678	1.631		-	(1.744)	-	565
Total do custo		1.910.912	1.631		(511)	54.544	(6.703)	1.959.873
Valor de amortização								
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(410.199)	(80.902)		135	-	1.817	(489.149)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(21.198)	(2.559)		-	-	-	(23.757)
Total da amortização		(431.397)	(83.461)		135	-	1.817	(512.906)
Total do intangível		1.479.515	(81.830)		(376)	54.544	(4.886)	1.446.967
Infraestrutura em construção		43.507	65.069	(d)	-	(54.354)	-	54.222

		2020			2021		
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições		Transferências (a)	Outros	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.624.490	-		256.788	-	1.881.278
Direitos de uso de sistemas informatizados		24.747	-		4.209	-	28.956
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.421	870		(1.613)	-	678
Total do custo		1.650.658	870		259.384	-	1.910.912
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(339.131)	(71.068)		-	-	(410.199)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(18.845)	(2.353)		-	-	(21.198)
Total da amortização		(357.976)	(73.421)		-	-	(431.397)
Total do intangível		1.292.682	(72.551)		259.384	-	1.479.515
Infraestrutura em construção		167.515	133.041	(c)	(256.726)	(323)	43.507

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado, intangível e infraestrutura em construção; (b) Amortização pela curva do benefício econômico; (c) Serviço de adesivação, equipamentos de telecomunicação *Wayside* e materiais sobressalentes pós obra da Estação Vila Sônia; (d) Do montante de R$ 65.069, o valor de R$ 50.028 é referente a adiantamento (serviços referentes a estação Vila Sônia); e (e) Aporte de capital através de transferências de bens para subsidiária Four Trilhos, no montante de R$ 4.886. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 7.301 em 2022 (R$ 97.260 em 2021). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 9,69% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,54% a.a. em 2021.

14. Arrendamento: a. Direito de uso em arrendamento:

	2021	2022		
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Veículos	-	171	(17)	154
	-	171	(17)	154

b. Passivo de arrendamento

	2021	2022				
	Saldo inicial	Adições	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	-	46	6	(21)	15	46
Não circulante	-	125	-	-	(15)	110
	-	171	6	(21)	-	156

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido o montante de R$ 30 como despesa de aluguel, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo. **15. Debêntures:**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021	
5ª Emissão - série 1	CDI + 2,30% a.a. IPC-A + 7,0737%	2,5373% (a)	10.072	3.527	Março de 2028	659.722	717.736	(b) (c) (d)
5ª Emissão - série 2	a.a.	7,2943% (a)	5.534	2.079	Março de 2028	530.663	559.841	(b) (c) (d)
Total geral				5.606		1.190.385	1.277.577	
Circulante								
Debêntures						250.014	166.845	
Custos de transação						(1.717)	(1.961)	
						248.297	164.884	
Não Circulante								
Debêntures						945.977	1.118.300	
Custos de transação						(3.889)	(5.607)	
						942.088	1.112.693	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis apara fins de cálculo da TIR. **Garantias:** (b) Garantia real. (c) Alienação fiduciária. (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2022
2024	191.783
2025	191.783
2026	191.784
2027	191.784
2028 em diante	178.843
(-) Custo de transação	(3.889)
Total	942.088

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2022 não houve quebra de *covenants* relacionados às debêntures. Conforme cláusula 5.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais 1/6 em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo aplicado totaliza R$ 113.346 (R$ 78.200 em 31 de dezembro de 2021).

16. Impostos e contribuições a recolher	2022	2021
IRPJ e CSLL (a)	34.100	1.400
ISS	43	163
Cofins	91	338
ICMS	42	22
PIS, Cofins e CSLL	216	334
PIS	15	71
IRRF	28	47
INSS retidos	94	66
Outros	55	37
	34.684	2.478

(a) Em 2022 houve o aumento do IRPJ e do CSLL em decorrência do lucro fiscal do período.

17. Obrigações sociais e trabalhistas	2022	2021
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	3.645	2.831
Benefícios, gratificações e participações a pagar	10.265	8.555
Encargos sociais e previdenciários	4.247	3.009
Provisão para férias	8.483	6.915
	26.640	21.310

Não circulante	2022	2021
Gratificações e participações a pagar	838	682
	838	682

18. Fornecedores	2022	2021
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	363	33.635
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	14.213	15.194
Cauções e retenções contratuais	244	2
	14.820	48.831

(a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. **(b)** Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação. **19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2021	2022				
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Cíveis e administrativos	17	1.908	(31)	(17)	91	1.968
Trabalhistas e previdenciários	2.249	3.720	(2.878)	(512)	204	2

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de ViaMobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 - Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 04 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 - Ouro é um monotrilho com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Espraiadas). **1.3 Contrato de Concessão:** O contrato de concessão foi assinado em 5 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo: **Fase Pré-Operacional -** iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (5 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 - Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Companhia. **Fase I -** Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, portanto, iniciou-se em 4 de agosto de 2018 com a operação comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD - Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II -** Iniciou-se em 8 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** - Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto - Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento pelo Governo do estado, porém, sem previsão de término. Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 - Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27 de janeiro de 2020 e atualmente encontra-se em andamento pela Companhia. Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **1.4 Destaques de 2022:** Em 2022 foram realizadas 108 exposições e 236 campanhas de engajamento, além de 3 campanhas que se repetiram mensalmente, totalizando 380 ações, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da concessionária. Em janeiro de 2022, foi inaugurado em parceria com aplicativo *Ifood*, um novo Ponto de Apoio a entregadores na saída da Estação Eucaliptos, o espaço foi pensado para ser um local acolhedor enquanto os entregadores aguardam os chamados, e em 2022 ele recebeu mais de 14 mil entregadores. A iniciativa foi destaque em grandes canais de comunicação. Em maio foi inaugurado uma unidade do Bazar Gerando Falcões, esse é um negócio de impacto social que dá acesso a bens de consumo para a população de baixa renda, todo o resultado das vendas é reinvestido em programas de transformação nas periferias e favelas em 2022. No dia 16 de setembro de 2022, a ViaMobilidade concluiu com sucesso a auditoria externa no modelo da ISO 9001 (Qualidade dos processos e operações do negócio) e 14001 (Qualidade ambiental).

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R$ Mil	2022	2021	Var %
Receita operacional bruta (incluída a Receita de construção)	484.098	390.979	23,82%
Receita operacional bruta (excluída a Receita de construção)	460.115	353.948	30,00%
- Outras receitas	460.115	353.948	30,00%
Deduções da receita bruta	(9.202)	(7.113)	29,37%
Receita líquida (excluída a Receita de construção)	450.913	346.835	30,01%
(+) Receita de construção	23.983	37.031	-35,24%
Custos e despesas (a)	(343.188)	(311.435)	10,20%
- Depreciação e amortização	(39.230)	(34.331)	14,27%
- Serviços de terceiros	(62.559)	(61.695)	1,40%
- Custo da outorga	(4.601)	(3.539)	30,01%
- Custo com pessoal	(120.707)	(96.256)	25,40%
- Custo de construção	(23.983)	(37.031)	-35,24%
- Outros custos e Resultados operacionais	(92.108)	(78.583)	17,21%
EBIT ajustado	131.708	72.431	81,84%
Margem EBIT ajustada (b)	29,21%	20,88%	39,87%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	41.069	14.615	181,01%
EBIT (c)	172.777	86.888	98,85%
Margem EBIT	27,73%	18,87%	46,98%
(+) Depreciação e amortização	39.230	34.331	14,27%
EBITDA (b)	212.007	121.219	74,90%
Margem EBITDA	0,4468	0,3158	41,48%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(41.069)	(14.615)	181,01%
EBITDA ajustado	170.938	106.762	60,11%
Margem EBITDA ajustada (d)	37,91%	30,78%	23,16%
Resultado financeiro líquido	(85.075)	(40.089)	112,22%
Resultado de equivalência patrimonial	41.069	14.615	181,01%
Lucro antes do IR & CS	87.702	46.957	86,77%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.246)	(9.804)	35,11%
Lucro antes da participação dos minoritários	74.456	37.153	100,40%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	74.456	37.153	100,40%
Endividamento bruto (e)	597.391	692.877	-13,78%
Investimentos (caixa)	33.098	46.369	-28,62%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita Líquida:** O crescimento da receita líquida reflete o impacto da retomada da demanda transportada em 2022, pois, em 2021 teve forte impacto em função da pandemia do COVID-19 e da necessidade de isolamento social. O reajuste das tarifas é feito pela variação de 85% do IPC e de 15% do reajuste de energia em fevereiro de cada ano. Em 2022, o reajuste foi de 8,57%. **Custos e Despesas:** Com a retomada parcial da demanda a Companhia teve a necessidade de readequação do quadro de colaboradores, o que gerou aumento nos custos principalmente nos custos de pessoal. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado negativo reflete o crescimento substancial do CDI, indexador do *SWAP* (*Hedge*) atrelado ao financiamento vigente. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Maior apuração de impostos decorrente do crescimento dos resultados, impactados pela retomada da demanda e consequente crescimento da receita líquida. **Investimentos:** Principal investimento proposto para 2022 é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro. **2.1 Dividendos Propostos:** Em 2022 a Companhia distribuiu um total de R$ 8.099 na forma de juros sobre capital próprio e R$ 731 dividendos adicionais propostos aos seus acionistas (R$ 3.813 em 2021). **3. Estratégia e Gestão: 3.1 Governança Corporativa:** A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2 Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; e • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.2 Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 é responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em http://www.institutoccr.com.br. **4.3 Prêmios e reconhecimentos:** Prêmio UITP - União Internacional de Transportes Públicos: Em 2022, o Grupo CCR S.A. recebeu o Prêmio UITP, da União Internacional de Transportes Públicos, na categoria Valores Institucionais. O case apresentado foi 'Novo Propósito & Cultura - Viva Seu Caminho', devido à série de iniciativas desenvolvidas na ViaMobilidade 5 e 17, e nas outras concessionárias do Grupo CCR, voltadas a saúde mental e qualificação de empreendedores de periferia. Uma importante conquista por uma mobilidade mais humana. **5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos:** A Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **5.3. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 9 de março de 2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	114.110	109.574
Aplicações financeiras	6	2.780	-
Contas a receber das operações	7	-	2.394
Contas a receber - partes relacionadas	9	30.875	8.001
Contas a receber do Poder Concedente	7	34.284	31.405
Tributos a recuperar		2.973	2.286
Despesas antecipadas		8.087	7.783
Dividendos a receber	9	-	3.596
Adiantamento a fornecedores		2.002	299
Estoques (materiais sobressalentes)		32.762	34.758
Outros créditos		402	199
Total do ativo circulante		228.275	200.295
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	11.838	5.669
Depósitos judiciais		68	87
Estoques (materiais sobressalentes)		30.773	17.854
Tributos a recuperar		-	2.788
Despesas antecipadas		33	51
		42.712	26.449
Investimentos	10c	22.492	24.828
Imobilizado	11	15.970	16.196
Intangível	12	631.010	591.065
Infraestrutura em construção	12	10.661	54.906
Total do ativo não circulante		722.845	713.444
Total do ativo		951.120	913.739

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Debêntures	13	166.058	120.310
Fornecedores		18.605	23.806
Fornecedores - partes relacionadas	9	7.234	1.122
Impostos e contribuições a recolher		5.995	2.368
Obrigações com o Poder Concedente	20	1.493	1.333
Obrigações sociais e trabalhistas	14	21.075	16.975
Provisão de energia elétrica e IPTU		28.925	19.845
Contas a pagar - operações com derivativos	19	28.827	13.696
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		26.835	9.152
Outras contas a pagar		465	14
Total do passivo circulante		305.512	208.621
Não circulante			
Debêntures	13	431.333	572.567
Obrigações sociais e trabalhistas	14	740	541
Fornecedores		-	128
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15	227	48
Contas a pagar - operações com derivativos	19	34.547	8.661
Outras obrigações		30	-
Total do passivo não circulante		466.877	581.945
Patrimônio líquido			
Capital social	16a	89.000	89.000
Dividendos adicional proposto	16d	731	-
Reserva de lucros	16c	89.000	34.173
		178.731	123.173
Total do passivo e patrimônio líquido		951.120	913.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros – Reserva legal	Reserva de Lucros – Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		89.000	3.161	3.356	4.141	-	99.658
Distribuição de dividendos em 30 de abril de 2021		-	-	-	(4.141)	-	(4.141)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.153	37.153
Destinações:							-
Reserva Legal		-	1.858	-	-	(1.858)	-
Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2021 (líquido)		-	-	-	-	(3.813)	(3.813)
Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2021 (IRRF)		-	-	-	-	(673)	(673)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(5.011)	(5.011)
Reserva de retenção de lucros		-	-	25.798	-	(25.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		89.000	5.019	29.154	-	-	123.173
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.456	74.456
Destinações:							
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (líquido)	16e	-	-	-	-	(6.884)	(6.884)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (IRRF)	16e	-	-	-	-	(1.215)	(1.215)
Reserva legal	16b	-	3.722	-	-	(3.722)	-
Dividendo mínimo obrigatório	16d	-	-	-	-	(10.799)	(10.799)
Dividendos adicionais propostos	16d	-	-	-	731	(731)	-
Reserva de retenção de lucros	16c	-	-	51.105	-	(51.105)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		89.000	8.741	80.259	731	-	178.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	474.896	383.866
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(23.983)	(37.031)
Serviços		(50.308)	(48.416)
Custos com Poder Concedente		(4.601)	(3.539)
Depreciação e amortização	11 e 12	(36.608)	(32.045)
Custo com pessoal		(103.531)	(85.872)
Materiais, equipamentos e veículos		(11.851)	(9.763)
Água, telefone e internet		(2.638)	(1.918)
Energia elétrica		(48.625)	(43.740)
IPTU		(8.948)	(5.326)
Seguros		(5.386)	(5.733)
Outros		(6.686)	(8.027)
		(303.165)	(281.410)
Lucro bruto		171.731	102.456
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(12.251)	(13.279)
Depreciação e amortização	11 e 12	(2.622)	(2.286)
Despesas com pessoal		(17.176)	(10.384)
Materiais, equipamentos e veículos		(852)	(600)
Gastos com viagens e estadias		(185)	(30)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(275)	(259)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(890)	(137)
Despesas legais e judiciais		(35)	(96)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(179)	211
Água, telefone e internet		(1.005)	(896)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(308)	(85)
Outros		(3.200)	(755)
		(38.978)	(28.596)
Outros resultados operacionais		(1.045)	(1.438)
Resultado de equivalência patrimonial	10c	41.069	14.615
Outros resultados operacionais		-	9
Resultado antes do resultado financeiro		172.777	87.046
Resultado financeiro	18	(85.075)	(40.089)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		87.702	46.957
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(13.246)	(9.804)
Lucro líquido do exercício		74.456	37.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	74.456	37.153
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	74.456	37.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	74.456	37.153
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.169)	(4.029)
Depreciação e amortização	39.230	34.331
Baixa do ativo imobilizado	25	23
Equivalência patrimonial	(41.069)	(14.615)
Variação cambial fornecedores estrangeiros	21	(4)
Juros sobre debêntures	63.581	66.459
Juros e variação monetária com partes relacionadas	7.524	-
Resultado de operações com derivativos	58.730	59.916
Valor justo sobre debêntures *(fair value option)*	(32.217)	(85.798)
Provisão de energia elétrica, IPTU e outras	9.080	8.526
Atualização monetária para riscos trabalhistas e previdenciários	10	4
Constituição da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	573	207
Capitalização de custos de debêntures	(1.631)	(4.471)
Rendimento de aplicação financeira	(223)	4.097
	171.921	101.799
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	2.394	39.337
Contas a receber - partes relacionadas	(22.874)	(6.606)
Dividendos recebidos	47.001	13.530
Tributos a recuperar	2.101	1.869
Estoques	(10.923)	(15.957)
Adiantamento a fornecedores	(1.703)	(166)
Depósitos judiciais	19	(34)
Despesas antecipadas e outros créditos	(489)	(2.986)
Ativo financeiro	(138.899)	(156.507)
Recebimento ativo financeiro	136.020	125.102
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(5.350)	4.660
Fornecedores - partes relacionadas	(1.412)	(457)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.299	3.359
Obrigações com poder concedente	160	174
Impostos e contribuições a recolher	17.980	7.375
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(15.568)	(5.803)
Pagamento de riscos trabalhistas e previdenciários	(404)	(422)
Outras contas a pagar	481	6
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	184.754	108.273
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.519)	(4.525)
Adição de ativo intangível	(29.579)	(39.648)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(2.557)	(4.097)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(35.655)	(48.270)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operações com derivativos	(17.713)	35.389
Debêntures		
Pagamentos de principal	(61.600)	-
Pagamentos de juros	(65.250)	(66.458)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(4.486)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(144.563)	(35.555)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	4.536	24.448
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	109.574	85.126
No final do exercício	114.110	109.574
	4.536	24.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária"), domiciliada na Estrada de Itapecerica, n.º 4157, Capão Redondo, São Paulo, Capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Companhia foi constituída em 7 de março de 2018 e assinou o contrato de Concessão em 5 de abril de 2018. A Five Trilhos - Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos"), subsidiária integral da ViaMobilidade, foi constituída com o objetivo de explorar as receitas de publicidade, locação de espaço e utilização de infraestrutura da Companhia. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, que ocorreu em 4 de agosto de 2018. **Termo Aditivo nº 1:** Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. • **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **1.1. Outras informações relevantes: i. Nulidade da Concorrência Internacional n.º 002/2016 e do Contrato de Concessão n.º 003/2018 (Ação Popular n.º 1012890-622018.8.26.0053):** A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da controladora CCR S.A. no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a controladora CCR S.A. ou a ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 não são Parte. Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.° 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois "empresas sócias majoritárias da controladora CCR S.A." estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão. A controladora CCR S.A. foi citada nos autos da Ação Popular apenas em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados. Em 17 de dezembro de 2020, sobreveio decisão que concedeu vista dos autos aos autores populares, para que se manifestem sobre a contestação da controladora CCR S.A. Em 10 de março de 2021, os autores populares peticionaram para reiterar as razões expostas na petição inicial e para informar não ter interesse na produção de provas adicionais. Em 17 de agosto de 2022, foi publicado despacho determinando o sobrestamento da ação popular até que a ação popular conexa, movida por José Prado de Andrade alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 9 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3p - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
8b	Impostos diferidos
12	Amortização dos ativos intangíveis
15	Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários
19	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. ***b) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

7. Contas a receber: Contas a receber das operações

	2022	2021
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	-	2.394
	-	2.394

(a) Crédito a receber da SPTrans - São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários.

Contas a receber do Poder Concedente

	2021	2022		
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Saldo final
Mitigação de demanda (a)	31.405	138.899	(136.020)	34.284
Total geral	31.405	138.899	(136.020)	34.284

(a) Refere-se a saldo de receita de mitigação de demanda, o qual é recebido ao longo do trimestre subsequente ao reconhecimento.

8. Imposto de renda e contribuição social: *a.* Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.702	46.957
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(29.819)	(15.965)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	13.964	4.969
Despesas indedutíveis	(638)	(624)
Juros sobre capital próprio	2.753	1.525
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(271)	(71)
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e Prorrogação de licença maternidade)	740	337
Outros ajustes tributários	25	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.246)	(9.804)
Impostos correntes	(19.415)	(13.833)
Impostos diferidos	6.169	4.029
	(13.246)	(9.804)
Alíquota efetiva do imposto	15,10%	20,88%

***b.* Impostos diferidos:** O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2022				
	2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.670	629	2.299	2.299	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1	1	1	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	17	60	77	77	-
Resultado de operações com derivativos	(336)	2.992	2.656	2.656	-
Despesas pré operacionais	614	(388)	226	226	-
Provisão de energia elétrica/IPTU	6.747	3.088	9.835	9.835	-
Capitalização de juros	(3.241)	(356)	(3.597)	-	(3.597)
Outros	198	143	341	341	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	5.669	6.169	11.838	15.435	(3.597)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.597)	3.597
Imposto líquido ativo (passivo)	5.669	6.169	11.838	11.838	-

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	1.537	(1.537)	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	337	1.333	1.670	1.670	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	88	(71)	17	17	-
Resultado de operações com derivativos	(3.569)	3.233	(336)	-	(336)
Despesas pré operacionais	1.001	(387)	614	614	-
Provisão para fornecedores	3.849	2.898	6.747	6.747	-
Custos dos empréstimos capitalizados	(1.815)	(1.426)	(3.241)	-	(3.241)
Outros	212	(14)	198	198	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	1.640	4.029	5.669	9.246	(3.577)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.577)	3.577
Imposto líquido ativo (passivo)	1.640	4.029	5.669	5.669	-

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos

	2022				2021		
	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Outras partes relacionadas	Total
Ativo							
Bancos conta movimento	-	-	10	10	-	-	-
Contas a receber	62	5	30.808	30.875	19	7.982	8.001
Dividendos	-	-	-	-	-	-	3.596
							-
Passivo							-
Fornecedor e contas a pagar	1.247	16	5.971	7.234	344	778	1.122
Derivativos	-	-	7.811	7.811	-	-	-
Dividendos	26.872	-	-	26.872	-	-	-
Debêntures	-	-	652.955	652.955	-	-	-
Outros débitos	-	-	213	213	-	-	-

Transações

	2022				2021		
	Controladoras e minoritários	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras e minoritários	Outras partes relacionadas	Total
Custos/despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	-	-	-	42	42
Custos/despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	-	783	783
Custos/despesas de serviços prestados - CCR GBS	748	-	-	748	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	7.332	-	-	7.332	3.114	-	3.114
Repasse de custos e despesas de colaboradores	369	16	5.385	5.770	-	3.914	3.914
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	173	173	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	3	3	-	-	-
Despesas financeiras - derivativos	-	-	7.338	7.338	-	-	-
Receitas financeiras - derivativos	-	-	12.755	12.755	-	-	-
Receitas de mútua cooperação	-	-	61	61	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em dívidas	6.270	-	1.253	7.523	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	36	36

Despesas com profissionais chaves da administração

	2022	2021
Remuneração (a):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.147	967
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.899	990
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.425	34
Previdência privada	72	73
Seguro de vida	2	2
	4.545	2.066

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	2.004	1.087

(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 2300. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

10. Investimentos: a) Composição dos investimentos

		Patrimônio líquido da investida		Investimentos		Resultado líquido do exercício		Resultado de equivalência patrimonial	
	Participação	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Five Trilhos	100%	22.492	24.828	22.492	24.828	41.069	14.615	41.069	14.615
Total		22.492	24.828	22.492	24.828	41.069	14.615	41.069	14.615

b) Informações financeiras resumidas

		2022				2021			
	Participação	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro do exercício
Five Trilhos	100%	38.728	16.235	48.225	41.069	31.331	6.504	23.051	14.615

c) Movimentação do investimento

	2021	2022		
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo final
Five Trilhos	24.828	41.069	(43.405)	22.492

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2021 Saldo inicial	2022 Adições	Baixa	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.429	-	-	395	3.824
Máquinas e equipamentos		13.096	-	(33)	5.295	18.358
Veículos		2.770	-	(15)	(577)	2.178
Imobilizações em andamento		3.439	3.599	(2)	(5.974)	1.062
Total do custo		22.734	3.599	(50)	(861)	25.422
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10%	(856)	(359)	-	-	(1.215)
Máquinas e equipamentos	11%	(3.834)	(2.411)	19	-	(6.226)
Veículos	23%	(1.848)	(570)	11	396	(2.011)
Total da depreciação		(6.538)	(3.340)	30	396	(9.452)
Total geral		16.196	259	(20)	(465)	15.970

	Taxa média anual de depreciação %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Baixa	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.136	-	-	293	3.429
Máquinas e equipamentos		11.667	-	-	1.429	13.096
Veículos		2.814	-	(44)	-	2.770
Imobilizações em andamento		1.852	4.654	(11)	(3.056)	3.439
Total do custo		19.469	4.654	(55)	(1.334)	22.734
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10%	(524)	(332)	-	-	(856)
Máquinas e equipamentos	12%	(2.241)	(1.593)	-	-	(3.834)
Veículos	23%	(1.212)	(668)	32	-	(1.848)
Total da depreciação		(3.977)	(2.593)	32	-	(6.538)
Total geral		15.492	2.061	(23)	(1.334)	16.196

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 80 em 31 de dezembro 2022 (R$ 129 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização em 2022 foi de 8,68% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 9,03% a.a. em 2021.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2021 Saldo inicial	2022 Adições	Baixa	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		119.357	-	(5)	75.254	194.606
Direitos de uso de sistemas informatizados		5.121	-	-	1.029	6.150
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		654	699	-	(746)	607
Direitos da concessão		554.268	-	-	-	554.268
Total do custo		679.400	699	(5)	75.537	755.631
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(10.031)	(8.684)	-	(396)	(19.111)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20%	(1.715)	(1.129)	-	-	(2.844)
Direitos da concessão	(b)	(76.589)	(26.077)	-	-	(102.666)
Total amortização		(88.335)	(35.890)	-	(396)	(124.621)
Total intangível		591.065	(35.191)	(5)	75.141	631.010
Infraestrutura em construção (c)		54.906	30.431	-	(74.676)	10.661

	Taxa média anual de amortização %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Baixa	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		72.208	-		47.149	119.357
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.589	-		1.532	5.121
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1	653		-	654
Direitos da concessão		554.268	-		-	554.268
Total do custo		630.066	653		48.681	679.400
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(4.932)	(5.099)		-	(10.031)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20%	(735)	(980)		-	(1.715)
Direitos da concessão	(b)	(50.930)	(25.659)		-	(76.589)
Total amortização		(56.597)	(31.738)		-	(88.335)
Total intangível		573.469	(31.085)		48.681	591.065
Infraestrutura em construção (c)		58.916	43.337		(47.347)	54.906

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico; e (c) As principais infraestruturas em construção são as obras de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação de Santo Amaro. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 1.551 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 4.342 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização, em 2022 foi 8,68% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 9,03% a.a. em 2021.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	2022	2021	
2ª Emissão - Série única (a)	9,76% a.a.	Abril de 2030	597.391	692.877	(b)(c)(d)(e)
Total geral			597.391	692.877	
Circulante					
Debêntures			86.654	77.823	
Valor justo			79.404	42.487	
			166.058	120.310	
Não circulante					
Debêntures			566.300	638.400	
Valor justo			(134.967)	(65.833)	
			431.333	572.567	

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *fair value option*. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19; **Garantias:** (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (e) Aval/fiança corporativa da CCR S.A. e RuasInvest na proporção de sua participação acionária direta/indireta. **Cronograma de desembolsos (não circulante):**

	2022
2024	67.200
2025	35.700
2026	81.200
2027	79.100
2028 em diante	303.100
(-) Valor justo	(134.967)
	431.333

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	3.467	2.883
Benefícios a pagar e previdência privada	7.518	5.693
Encargos sociais e previdenciários	3.249	2.969
Provisão para férias	6.841	5.430
	21.075	16.975
Não circulante		
Gratificações e participações a pagar	740	541
	740	541

15. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis. **15. 1 Processos com prognóstico de perda provável:** A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2021	2022			
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Cíveis e administrativos	-	103	-	(103)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	48	518	(48)	(301)	10	227
	48	621	(48)	(404)	10	227

15. 2 Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos	6	-
Trabalhistas e previdenciários	270	117
	276	117

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 89.000, composto por 89.000.000 ações ordinárias. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2022		2021	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
CCR S.A.	83,34%	74.172.600	83,34%	74.172.600
Ruasinvest Participações S.A.	16,66%	14.827.400	16,66%	14.827.400
	100,00%	89.000.000	100,00%	89.000.000

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção:** Em 30 de dezembro de 2022, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido de exercício	74.456
(-) Constituição de reserva legal	(3.722)
Lucro líquido ajustado	70.734
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	17.684
Dividendo mínimo obrigatório aprovado	(10.799)
Juros sobre capiutal próprio pagos	(6.884)

e. Juros sobre capital próprio: Em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 8.099, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 6.884, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.215, a serem pagos quando oportuno.

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

		Valores de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
	Data de vencimento	Moeda local		Moeda local recebidos/(Pagos)		Valores a receber/a pagar		Ganho/(Perda) em resultado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
SWAP - riscos de juros	2030	700.000	700.000	(17.712)	35.389	(63.374)	(22.357)	(58.730)	(59.916)
		700.000	700.000	(17.712)	35.389	(63.374)	(22.357)	(58.730)	(59.916)

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
	Exposição em R$[3][4]	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Risco				
CDI [2]	597.391	(94.756)	(116.184)	(157.683)
Efeito sobre debêntures		(94.756)	(116.184)	(157.683)
CDI [2]	114.963	11.227	14.006	16.771
Efeito sobre as aplicações financeiras		11.227	14.006	16.771
Total do efeito de ganho/ (perda)		(83.529)	(102.178)	(140.912)
As taxas de juros consideradas foram [1]:				
CDI [2]		13,6500%	17,0600%	20,4700%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, esta detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: *a. Compromissos com o Poder Concedente:* Outorga variável: Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 4.521 (R$ 7.117 em 31 de dezembro de 2021). ***b. Compromissos relativos às concessões:*** A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da concessionária:

	2022	2021
Compromisso de investimento (a) (b)	260.053	120.527

(a) Os valores representam 100% da concessionária.
(b) Referem-se a melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a ser realizado pela concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPC-Fipe, respectivamente, até a data da última atualização da tarifa. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. Obrigações com poder concedente	2022	2021
Circulante		
Outorga variável	747	666
Verba de fiscalização	746	666
	1.493	1.333

21. Demonstração dos fluxos de caixa: *a.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. ***b.* Reconciliação das atividades de financiamento:**

	Debêntures	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo inicial	(692.877)	(9.152)	(22.357)	(724.386)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	126.850	-	-	126.850
Liquidação de operações com derivativos	-	-	17.713	17.713
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	126.850	-	17.713	144.563
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária	(63.581)	-	-	(63.581)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	32.217	-	(58.730)	(26.513)
Outras variações que não afetam caixa	-	(17.683)	-	(17.683)
Total das outras variações	(31.364)	(17.683)	(58.730)	(107.777)
Saldo final	(597.391)	(26.835)	(63.374)	(687.600)

17. Receitas operacionais

	2022	2021
Receitas metroviárias	321.216	226.950
Receita de mitigação de demanda	138.899	126.998
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	23.983	37.031
Receita bruta	484.098	390.979
Impostos sobre receitas	(9.202)	(7.078)
Devoluções e abatimentos	-	(35)
Deduções das receitas brutas	(9.202)	(7.113)
Receita operacional líquida	474.896	383.866

18. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(63.581)	(66.459)
Perda com operações de derivativos	(106.821)	(218.506)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(7.524)	(7.868)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(25)	(53)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(954)	(307)
Valor justo sobre debêntures (*fair value option*)	(33.009)	(65.829)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.631	4.471
	(210.283)	(354.551)
Receitas financeiras		
Ganho com operações de derivativos	48.091	158.590
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.733	3.892
Valor justo sobre debêntures (*fair value option*)	65.226	151.627
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	4	57
Juros e outras receitas financeiras	154	296
	125.208	314.462
Resultado financeiro líquido	(85.075)	(40.089)

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora final CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Nível	2022	2021
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	1.927	4.383
Aplicações financeiras	Nível 2	114.963	105.191
		116.890	109.574
Valor justo através do resultado abrangente			
Contas a receber das operações		-	2.394
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	30.875	8.001
Contas a receber com Poder Concedente	Nível 2	34.284	31.405
Dividendos a receber	Nível 2	-	3.596
		65.159	45.396
Passivos			
Valor justo através do resultado			
Debêntures (a)	Nível 2	(597.391)	(692.877)
Contas a pagar - operações com derivativos	Nível 2	(63.374)	(22.357)
		(660.765)	(715.234)
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar		(48.771)	(23.946)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(7.234)	(1.122)
Dividendos a pagar		(26.872)	(9.152)
Obrigações com o Poder Concedente		(747)	(1.333)
		(83.624)	(35.553)
		(562.340)	(595.817)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option)*** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* entre a taxa referencial informada pela ANBIMA e a curva obtida da B3 para cada indexador ou pela média dos *spreads* das debêntures classificadas por setor e trazidos a valor presente pela curva de taxa livre de risco (pré-DI). Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 652.954 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 716.224 em 31 de dezembro de 2021):

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a. CDI + 1,44% a.a.		652.954

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa n.º 13. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia.

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas	Presidente
Luciano José Porto Fernandes	Membro efetivo
Roberto Vollmer Labarthe	Membro efetivo
Gustavo Marques do Canto Lopes	Membro efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Francisco Pierrini	Diretor Presidente
Maurício Dimitrov	Diretor

Contadora
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/0-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S. A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia) , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S. A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 3 (i), 3 (p) e 12 das demonstrações financeiras.
Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R$ 30.431 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequ

J. PILON S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 31/03/2023, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquilho, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração, Balanço Geral, Dem. de Resultados ref. ao exercício encerrado em 31/12/2022; b) Destinação do resultado do exercício; c) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2023 a abril/2024; d) Eleição dos membros do conselho de administração, e, e) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2022. Cerquilho, 06/03/2023. **José Pilon** - Presidente do Conselho de Administração.

OROTOUR ORGANIZAÇÃO E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S.A.

CNPJ (ME) nº 48.969.059/0001-19 - NIRE nº 35300000471

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/01/2023

Data, hora, local: 31/01/2023, 14hs, na sede, Rua Prefeito Tonico de Barros, 405, Sala 01, Centro, Botucatu/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Paulo José Loureiro Canepa, Secretária: Maria Thereza Torres Loureiro Canepa. **Deliberações aprovadas: 1.** Considerando que a Companhia está sem atividade desde o mês de maio de 2020, e que até a presente data os administradores procederam à liquidação da Companhia, rescisão de contratos e pagamento dos passivos, após exames e discussões da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade de votos, decidem aprovar a dissolução, liquidação e extinção da Companhia por não mais interessar aos Acionistas a sua continuidade. **2.** Fica nomeado como liquidante o sr. Nelson Adalberto Canepa, CPF 006.056.468-72, RG 13605446/SSP-SP, residente São Paulo/SP que declara não está impedido de exercer atividade mercantil. O liquidante ficará responsável (i) realizar o registro do presente ato perante a JUCESP; e (ii) proceder com os atos necessários para cancelamento e baixa de todas as inscrições da Companhia perante os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais aplicáveis. **3**. Os livros e documentos da Companhia deverão permanecer em poder do sr. Nelson Adalberto Canepa, que se compromete a mantê-los, fiel e diligentemente, sob sua guarda pelo período determinado nas normas aplicáveis, após o que, os livros e documentos sociais poderão ser destruídos, ou mantidos em sua guarda. **4**. Não existe qualquer passivo da Companhia e o ativo remanescente será distribuído à acionista de acordo com sua participação, conforme balanço patrimonial de encerramento levantado nesta data. **5**. A prestação de contas feita pelo liquidante e declaram encerrada a liquidação da Companhia, ficando por conseguinte, a Companhia declarada pela totalidade de seus acionistas definitivamente dissolvida, liquidada e extinta. **6.** A responsabilidade por qualquer eventual e superveniente ativo e/ou passivo da Companhia ficará a cargo da ex-acionista, proporcionalmente à sua participação. **Encerramento:** Nada mais. Botucatu, 31.01.2023. **Mesa:** Paulo José Loureiro Canepa - Presidente e Maria Thereza T. L. Canepa - Secretário. **Liquidante:** Nelson Adalberto Canepa. **Acionista: Marinac Participações S.A.,** CNPJ: 10.140.120/0001-48 por Nelson Adalberto Canepa, Paulo José Loureiro Canepa, Luiz Fernando Loureiro Canepa e Maria Cristina Loureiro Canepa Tosi. JUCESP nº 88.249/23-2 em 01.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A)

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 132ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 132ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar, Pinheiros, CEP 05425-020 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 29 de março de 2023 às 14:00h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 09 de novembro de 2020, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** A não decretação do Evento de Recompra Compulsória Total Não-Automática dos Créditos Imobiliários Totais (conforme definido no Termo de Securitização) e, consequentemente dos CRI, nos termos das cláusulas 4.1.2, alínea "(s)" do *"Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças"* ("Contrato de Cessão") e 6.3., alínea "(s)" do Termo de Securitização, em razão do descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido no Contrato de Cessão), haja vista a verificação de resultado superior a 3,5x, estabelecido nas cláusulas supracitadas, conforme medições realizadas no 4º trimestre de 2021 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2022; **b)** Caso o item "a" acima seja aprovado, aprovar a alteração do *covenant* para fins de cômputo da "Relação Dívida Líquida e EBITDA" descrito nas cláusulas 4.1.2 do Contrato de Cessão e 6.3 do Termo de Securitização, para vigorar conforme redação abaixo,sendo certo de que a Cedente deverá encaminhar à Emissora os demonstrativos financeiros dos últimos 12 (doze) meses, para fins de cálculo do EBITDA: *"Para fins deste Contrato: "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras, inclusive caixa que esteja submetido a qualquer ônus para garantir qualquer Dívida Bruta, inclusive aplicações que venham garantir o Floor Plan e/ou saldos relativos à fundo de capitalização de concessionárias, contabilizadas no ativo circulante e realizável em longo prazo; "Dívida Bruta" significa o somatório de todas as dívidas financeiras junto a quaisquer Pessoas, incluindo (i) empréstimos e financiamentos com terceiros, (ii) emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, (iii) o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, (iv) securitização de direitos creditórios/recebíveis, (v) o diferencial a pagar por operações com derivativos, restando excluídas, em qualquer dos casos previstos nos itens (i) a (iv) acima, e (vi) empréstimos relativos a floor plan; "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida Bruta deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras; "EBITDA" significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses (sempre com base nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Sinal): (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos de renda, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período, (v) das provisões contábeis que não tenham efeito caixa e (vi) dos valores que tenham impactado o resultado do período decorrentes de ajustes contábeis que não tenham efeito caixa oriundos da obtenção do valor justo e "impairment" de ativos imobilizados; calculado em Reais com duas casas decimais; "Exercício Social" significa o período de 12 (doze) meses que se inicia no dia 1º de janeiro e se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, composto por 4 (quatro) trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro; e "Relação Dívida Líquida e EBITDA" significa, para cada Trimestre Fiscal ou Exercício Social, o índice calculado como a divisão de (a) Dívida Líquida no último dia de tal Trimestre Fiscal ou Exercício Social, por (b) EBITDA no período de 4 (quatro) Trimestres Fiscais consecutivos terminando em tal Trimestre Fiscal ou Exercício Social."* **c)** Ratificar que o Índice de Cobertura previsto no *"Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia"*, datado de 9 de novembro de 2020, rerratificado por meio do *"Instrumento Particular de Re-ratificação de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia"*, datado de 13 de novembro de 2020 (em conjunto, o "Contrato de Alienação Fiduciária") a ser considerado é de 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor principal dos CRI, excluindo-se juros e eventuais correções, conforme consta da cláusula 2.1.3 da versão registrada em RGI do Contrato de Alienação Fiduciária; **d)** Ratificar que, em caso de solicitação, pela Alienante, de substituição do Imóvel em garantia, deverá ser observado o disposto na cláusula 8.1 do Contrato de Alienação Fiduciária e estabelecer que a aprovação em sede de Assembleia pelos titulares dos CRI deverá observar o quórum previsto na Cláusula 13.8 do Termo de Securitização; **e)** Aprovar o pagamento de prêmio, pela Cedente aos Titulares dos CRI, via sistema B3, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da lavratura da Assembleia, em contrapartida à aprovação das matérias a serem deliberadas, em montante equivalente a R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), sob pena das matérias aprovadas tornarem-se sem efeitos; e **f)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será instalada, em primeira convocação, mediante a presença de Titulares do CRI que representem, pelo menos, a maioria dos CRI em Circulação, e em segunda convocação com qualquer número dos presentes, nos termos da cláusula 13.3 do Termo de Securitização. O quórum para deliberação da matéria prevista no item **"(a)"** da ordem do dia será, em primeira convocação, de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação, sendo certo que em segunda convocação o quórum será da maioria dos presentes, desde que presentes no mínimo 20% (vinte por cento) dos CRI em circulação, conforme cláusulas 13.8.1 e 6.3.2 do Termo de Securitização. O quórum para deliberação das matérias prevista nos itens **"(b)"** e **"(d)"** da ordem do dia será, em primeira e segunda convocação, de 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 13.8 do Termo de Securitização. O quórum para deliberação da matéria prevista no item **"(c)", "(e)" e "(f)"** da ordem do dia será, em primeira convocação, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, e sem segunda convocação por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRI presentes na assembleia, conforme cláusula 13.7 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de março de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 21/03/2023 - A partir das: 15:00 as 15:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS, COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDOU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595 e 11-2791-2274, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED: 1405 - Contrato: 102350000206 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI– CHP DEVEDOR(ES): ANA MARIA BARBOSA LIMA PEREIRA, BRASILEIRA, AUTÔNOMA, RG. Nº 18.436.930/SP, CPF: 060.221.948-57, CASADA SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77 COM ANDERSON JOÃO PEREIRA, BRASILEIRO, AUTÔNOMO, RG. Nº 16.299.603-2/SP, CPF: 056.096.548-66. Imóvel sito à: AVENIDA ENGENHEIRO JOSE SALLES, Nº 200, APARTAMENTO Nº 36, LOCALIZADO NO 3º ANDAR DO BLOCO B-5, DO CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE DOS PASSAROS, NO BAIRRO DE JABACAGUERA, 32º SUBDISTRITO CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO/SP. Possuindo a área útil de uso exclusivo real de 71,65m2, a área comum real na garagem de 11m2, mais 56,4855m2, nas demais áreas comuns reais, totalizando 139,1355m2 de área construída, cabendo-lhe a fração ideal de 0,17857% no terreno. COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

São Paulo, 01 de março de 2023
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial

01, 10 e 21/03/2023

Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas

CNPJ: 43.297.852/0001-03

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

Balanços Patrimoniais

	2022	2021
Ativo/Circulante	**59.778.559,05**	**54.307.249,64**
Caixa e Equivalente de Caixa	19.413.636,14	16.220.390,32
Contas a receber	13.899.287,45	12.230.582,53
Estoques	22.874.907,44	22.210.439,05
Impostos a recuperar	2.200.302,16	2.661.466,95
Créditos diversos	1.305.896,98	861.711,45
Despesas Antecipadas	84.528,88	122.659,34
Não circulante	**4.409.029,03**	**4.098.741,46**
Realizável a longo prazo	106.419,84	106.419,84
Investimentos	135,13	135,13
Imobilizado líquido	4.205.263,93	3.894.788,23
Intangível líquido	97.210,13	97.398,26
Total do ativo	**64.187.588,08**	**58.405.991,10**
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**12.504.316,95**	**14.241.949,37**
Empréstimos	1.102.213,96	505.803,26
Fornecedores Nacionais	2.436.848,55	4.121.967,75
Fornecedores Exterior	2.072.122,34	2.479.117,30
Obrigações trabalhistas	814.450,53	825.769,30
Obrigações tributárias	651.200,26	330.821,11
Contas a pagar	14.277,84	35.353,81
Adiantamento de Clientes	1.956.765,44	3.519.055,85
Outros Débitos Empréstimos Mercadorias	580.951,33	–
Outros Creditos	100.718,45	100.718,45
Dividendos Propostos	2.774.768,25	2.323.342,54
Não circulante	**2.725.451,17**	**4.114.688,27**
Empréstimos	2.725.451,17	626.188,27
Mútuo Sócio	–	3.488.500,00
Patrimônio líquido	**48.957.819,96**	**40.049.353,46**
Capital social	25.000.000,00	25.000.000,00
Reserva legal	1.464.718,27	880.556,53
Reserva de Lucros	22.493.101,69	14.168.796,93
Total do passivo	**64.187.588,08**	**58.405.991,10**

Demonstrações do Resultado

	2022	2021
Receita bruta de vendas e serviços	59.010.582,27	76.152.373,53
(-) Impostos e devoluções	(5.884.912,58)	(12.226.613,68)
(=) Receita de vendas líquida	**53.125.669,69**	**63.925.759,85**
(-) Custo das mercadorias vendidas	(38.149.712,39)	(45.773.897,31)
(=) Lucro bruto	**14.975.957,30**	**18.151.862,54**
(+/-) Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(838.104,39)	(1.135.190,33)
Despesas comerciais	(2.986.875,87)	(2.955.744,81)
Despesas tributárias	(201.218,41)	(216.989,05)
Outras Receitas Operacionais	1.483.140,33	2.612,43
(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	**12.432.898,96**	**13.846.550,78**
Receitas Financeiras	1.799.318,25	1.581.820,69
Despesas Financeiras	(348.035,41)	(1.513.259,89)
	1.451.282,84	**68.560,80**
(=) Lucro antes do IR e da CS	**13.884.181,80**	**13.915.111,58**
Imposto de renda	(1.456.279,82)	(3.032.335,74)
Contribuição social	(744.667,23)	(1.100.280,87)
	(2.200.947,05)	**(4.132.616,61)**
(=) Lucro líquido do exercício	**11.683.234,75**	**9.782.494,97**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social integralizado	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	**25.000.000,00**	**391.431,78**	**7.198.769,25**	**32.590.201,03**
Lucro líquido do exercício	–	–	9.782.494,97	9.782.494,97
Constituição de Reserva legal	–	489.124,75	(489.124,75)	–
Dividendos Propostos	–	–	(2.323.342,54)	(2.323.342,54)
Saldo em 31/12/2021	**25.000.000,00**	**880.556,53**	**14.168.796,93**	**40.049.353,46**
Lucro líquido do exercício	–	–	11.683.234,75	11.683.234,75
Constituição de Reserva legal	–	584.161,74	(584.161,74)	–
Dividendos Propostos	–	–	(2.774.768,25)	(2.774.768,25)
Saldo em 31/12/2022	**25.000.000,00**	**1.464.718,27**	**22.493.101,69**	**48.957.819,96**

Demonstrações do Valor Adicional

Descrição	2022	2021
A - Geração do Valor Adicionado		
1 - Receitas	**60.390.874,43**	**76.309.173,53**
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui tributos) =>	58.923.287,21	76.152.373,53
1.2 - Outras receitas =>	1.411.684,17	156.800,00
1.3 - Despesas/Receita relativas à ativos próprios =>	55.903,05	–
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui Tributos)	**39.749.330,77**	**56.426.484,55**
2.1 - Custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos =>	34.662.959,38	49.605.643,94
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e etc =>	1.721.935,47	3.039.806,20
2.4 - Outros =>	3.364.435,92	3.781.034,41
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**20.641.543,66**	**19.882.688,98**
4 - Retenções	**578.164,95**	**584.478,33**
4.1 - Depreciação, amortização e exaustão =>	578.164,95	584.478,33
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	**20.063.378,71**	**19.298.210,65**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**1.799.277,44**	**1.581.820,69**
6.2 - Receitas financeiras (juros, aluguéis etc.) =>	1.129.027,09	514.535,58
6.3 - Outros =>	670.250,35	1.067.285,11
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**21.862.656,15**	**20.880.031,34**
8 - Distribuição do Valor Adicionado (7 = 8)	**21.862.656,17**	**20.880.031,29**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**21.862.656,17**	**20.880.031,29**
8.1 - Pessoal =>	**7.600.052,01**	**5.690.220,39**
8.1.1 - Remuneração direta =>	6.191.932,64	4.372.900,10
8.1.2 - Benefícios =>	1.008.223,86	939.049,71
8.1.3 - FGTS =>	399.895,51	378.270,58
8.2 - Impostos, taxas e contribuições =>	**2.137.340,51**	**3.427.258,93**
8.2.1 - Federais =>	1.549.986,13	3.022.057,92
8.2.2 - Estaduais =>	397.499,50	222.960,86
8.2.3 - Municipais =>	189.854,88	182.240,15
8.3 - Remuneração do capital de terceiros =>	**638.769,09**	**1.980.057,00**
8.3.1 - Juros =>	131.138,39	868.615,13
8.3.2 - Aluguéis =>	507.630,70	505.546,11
8.3.3 - Outras =>	–	605.895,76
8.4 - Remuneração de capitais próprios=>	**11.486.494,56**	**9.782.494,97**
8.4.3 - Lucro retidos / Prejuízo do exercício =>	11.486.494,56	9.782.494,97
8.4.4 - Outras =>		

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	2022	2021
Lucro líquido	**11.683.234,75**	**9.782.494,97**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Juros sobre Contrato de Mútuos	92.500,00	292.500,00
(+) Depreciação e amortização	578.164,95	584.478,33
Lucro Líquido Ajustado	**12.353.899,70**	**10.659.473,30**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) no contas a receber	(1.668.704,91)	(471.600,25)
(Aumento) nos estoques	(664.468,39)	(2.358.033,92)
Redução / (Aumento) Impostos a Recuperar	461.164,79	(14.995,92)
(Aumento) nos demais créditos	(444.185,53)	312.571,05
Redução / (Aumento) nas despesas antecipadas	38.130,46	(12.962,21)
(Redução) nas obrigações trabalhistas	(11.318,77)	282.481,65
Aumento nas obrigações tributárias	320.379,15	122.237,51
(Redução)/ Aumento nos fornecedores	(2.092.114,16)	377.905,12
(Redução) nos adiantamento de clientes	(1.562.290,41)	(7.668.602,68)
Aumento de Empréstimos de Mercadorias	580.951,33	–
(Redução) / Redução nos demais passivos	(21.075,97)	(272.239,20)
Total da Variação de Ativos e Passivos	**(5.063.532,41)**	**(9.703.238,85)**
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	**7.290.367,29**	**956.234,45**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de Ativo fixo - Custo Líquido Baixa	21.677,65	–
(-) Aquisições de bens do imobilizado	(910.130,18)	(1.147.432,10)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	**(888.452,53)**	**(1.147.432,10)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(Redução) de Empréstimos e financiamentos	(504.326,40)	(818.684,69)
(Redução) Mútuo dos Acionistas	(381.000,00)	(360.000,00)
Pagamento de Dividendos	(2.323.342,54)	(656.470,87)
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(3.208.668,94)**	**(1.835.155,56)**
(=) Aumento líquido de caixa	**3.193.245,82**	**(2.026.353,21)**
Caixa no início do período	16.220.390,32	18.246.743,53
Caixa no final do período	19.413.636,14	16.220.390,32
(=) Aumento líquido de caixa	**3.193.245,82**	**(2.026.353,21)**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

01 - Contexto Operacional: A empresa tem como objetivo social a industrialização, comércio, a importação e exportação de teares circulares para o ramo têxtil, bem como, revenda de partes e peças, e assistência técnica pertinente aos seus produtos. **02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis da sociedade empresária foram elaboradas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária e das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/2009. **03 – Estimativas de Julgamento:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso e certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento e premissas por parte da Administração que afetam a aplicação de políticas contábeis. Sendo assim, os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas no exercício que revisadas. Ativos e Passivos sujeitos a estimativas e, as premissas incluem valores residuais o ativo imobilizado, provisões para redução os valores recuperáveis e contas a receber, provisão para contingências e mensuração e ativos financeiros. **04 – Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, registradas nas contas que representam o saldo em contas correntes em instituições financeiras, que são utilizados pela Entidade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Estoque:** Avaliados pelo custo médio de produção ou preço médio de aquisição; **c) Direitos e Obrigações -** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até os 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como circulantes. **d) Apuração dos Tributos:** A sociedade apura os tributos sobre o lucro através da opção **Lucro Real,** sendo que no exercício apresentou lucro fiscal. **e) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. **Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas que correspondam aos benefícios econômicos futuros, considerando a vida útil-econômica dos bens. **f) Intangível:** Registrado ao custo de aquisição. **Amortização:** Foram calculadas pelo método linear às taxas que permitam o aproveitamento do benefício econômico, levando em conta o prazo para perduração destes benefícios. **g) Demais Ativos Circulantes e não Circulantes:** Estão demonstrados pelo valor líquido de realização. **h) Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos pelo seu valor contratual no recebimento dos recursos, líquidos dos custos com a transação, e posteriormente acrescidos de juros e encargos proporcionais ao período incorrido em base pró-rata dia. **i) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. **05 – Capital Social:** Totalmente integralizado representado por 25.000.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1,00 cada. **06 – Reserva Legal e Dividendos:** Constituímos reserva legal e realizamos provisão de dividendos a pagar em conformidade com estatuto da Companhia.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Monica Giovanna Battaglio Zanatta - Diretora Geral

Rosangela França de Lima Cernada - CRC CT 1SP 156.440/O-0

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0000881-58.2020.8.26.0007**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Cruz Azul de São Paulo. Executado: Roberta Oliveira de Souza. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000881-58.2020.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROBERTA OLIVEIRA DE SOUZA, Brasileira, RG 44.457.771-3, CPF 321.835.028-00, com endereço à Rua Engenheiro Mario Savelli, 104, OU 108, Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek, CEP 08465-060, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Cruz Azul de São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 5.198,09, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0003002-49.2022.8.26.0020**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Causas Supervenientes à Sentença. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: LINE SANTOS EMPREITEIRA EIRELI EPP e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003002-49.2022.8.26.0020. O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr. José Roberto Leme Alves de Oliveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LINE SANTOS EMPREITEIRA EIRELI EPP, CNPJ 18.671.317/0001-15, e ALINE DOS SANTOS, CPF 352.930.998-25, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Banco Bradesco S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 247.150,33, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de janeiro de 2023. 10 e 11 / 03 / 2023

Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A.

CNPJ/MF nº 47.504.861/0001-70 - NIRE 35.300.598.440

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Março de 2023

1. Data, Horário e Local: Aos 09 (nove) dias de março de 2023, às 11h, na sede da **Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A.,** na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3144, Sala 308, Jardim Paulistano, CEP 01451-000 ("Companhia"). **2. Presença:** Presente a acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia ("Acionista"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Os trabalhos foram presidid

Simone Tebet diz que novo arcabouço fiscal garante investimentos

O novo arcabouço fiscal Congresso garantirá investimentos e agradará a todos, inclusive ao mercado, disse na quinta-feira (9) a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela deu a declaração após almoçar, no Ministério da Fazenda, com o ministro Fernando Haddad, e reafirmou que o projeto de lei complementar deve ser divulgado ainda este mês.

Tebet e Haddad se encontraram para discutirem o novo marco fiscal previsto pela Emenda Constitucional da Transição. Na semana passada, a Fazenda concluiu a modelagem da proposta, que foi enviada ao Ministério do Planejamento para orientar a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Segundo a ministra, o texto concilia as preocupações com a sustentabilidade das contas públicas e a necessidade de garantir investimentos para a recuperação da economia. Ela informou que agora caberá a Haddad levar a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"É um arcabouço fiscal responsável, preocupado com a responsabilidade fiscal, com o déficit primário, com a estabilização da relação dívida/PIB, mas, atendendo a um pedido justo do presidente da República, porque assim quer a democracia brasileira, que temos que ter recursos necessários para o Brasil voltar a crescer", declarou SimoneTebet.

Apesar de avaliar que o arcabouço garantirá a sustentabilidade das contas públicas, a ministra não se comprometeu com uma previsão de quando será possível zerar o déficit primário (resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública). Ela disse que as novas regras são responsáveis e que agradarão a todos, inclusive ao mercado financeiro, mas não adiantou detalhes sobre a proposta.

Recentemente, o ministro da Fazenda informou que pretende divulgar o modelo de arcabouço fiscal antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que ocorrerá em 21 e 22 de março. A expectativa da equipe econômica é que o projeto dê segurança para que a autoridade monetária inicie o processo de queda da Selic (taxa básica de juros). (Agencia Brasil)

Câmara aprova pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio

A Câmara dos Deputados aprovou, na quinta-feira (9), o projeto de lei nº 976/22 que prevê o pagamento de pensão especial aos filhos e outros dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. O valor da pensão foi fixado em um salário mínimo (R$ 1.320 atualmente). O benefício será concedido ao conjunto dos filhos biológicos ou adotivos e dependentes cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou menor do que 25% do salário mínimo (R$ 330).

O projeto é de autoria das deputadas petistas Erika Kokay (PT-DF), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Benedita da Silva (PT-RJ), Luizianne Lins (PT-CE), Maria do Rosário (PT-RS), Natália Bonavides (PT-RN), Professora Rosa Neide (PT-MT) e Rejane Dias (PT-PI). A proposta aprovada pela Câmara, no entanto, foi o substitutivo apresentado pelo relator da matéria, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM).

Como será

A norma estabelece, ainda, que a pensão não poderá ser acumulada com benefícios previdenciários recebidos do Regime Geral de Previdência Social ou dos Regimes Próprios de Previdência Social, nem com pensões ou benefícios do sistema de proteção social dos militares. Em caso de morte de um dos beneficiários, a cota deverá ser revertida aos demais.

Caso o processo judicial não comprove o feminicídio, o benefício será encerrado.

Segundo o relator da proposta, o impacto orçamentário e financeiro foi estimado em R$ 10,52 milhões neste ano, R$ 11,15 milhões em 2024 e R$ 11,82 milhões em 2025. O texto segue agora para análise do Senado Federal. (Agencia Brasil)

Associações e deputados recorrem ao STF contra Nikolas Ferreira

Associações representativas da comunidade LGBTQIA+ e 14 parlamentares ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma notícia-crime para que o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) seja investigado por transfobia. O grupo argumenta que o deputado federal cometeu o crime em discurso, na quarta-feira (8), na tribuna da Câmara dos Deputados.

Na ocasião, Nikolas Ferreira vestiu uma peruca amarela e disse que "se sentia uma mulher" no Dia Internacional da Mulher e que "as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres". Para entidades e parlamentares, a fala do deputado promove o discurso de ódio por associar uma mulher transexual a "uma ameaça que precisa ser combatida, uma alusão a um suposto perigo que não existe". Outro argumento é que o parlamentar publicou o vídeo do discurso em suas redes sociais, com a inclusão de fotos de mulheres trans, o que foge à imunidade parlamentar.

No pedido, o grupo alega que o deputado cometeu crimes previsto no Código Penal e no Código Eleitoral, por discriminação baseada em gênero, cor, raça ou etnia.

Após o discurso da quarta-feira, deputadas federais defenderam a cassação do mandato do deputado Nikolas Ferreira. "Estamos falando de um homem, no Dia Internacional das Mulheres, tirou nosso tempo de fala para trazer uma fala preconceituosa, criminosa, absurda e nojenta. A transfobia ultrapassa a liberdade de discurso, que é garantida pela imunidade parlamentar. Transfobia é crime no Brasil", disse a deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que também assina a notícia-crime enviada à Corte.

Nas redes sociais, o deputado Nikolas Ferreira nega que sua fala tenha sido transfóbica. "Defendi o direito das mulheres de não perderem seu espaço nos esportes para trans - visto a diferença biológica - e de não ter um homem no banheiro feminino. Não há transfobia em minha fala. Elucidei o exemplo com uma peruca (chocante). O que passar disso é histeria e narrativa".

MPF

O Ministério Público Federal acionou na quarta-feira (8) a Câmara dos Deputados para que apure se o discurso do deputado caracteriza-se como violação ética. Segundo a procuradora Luciana Loureiro, Nikolas Ferreira usou o tempo na tribuna para, "a pretexto de discursar sobre o Dia Internacional da Mulher, referir-se de forma desrespeitosa às mulheres em geral e ofensiva às mulheres trans em especial".

Desde 2019, a transfobia foi equiparada ao crime de racismo no país e passou a ser tratada como crime hediondo. (Agencia Brasil)

Ministro do TSE quer depoimento de Torres sobre minuta de golpe

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Benedito Gonçalves pediu na quinta-feira (9) autorização para ouvir o depoimento do ex-ministro da Justiça Anderson Torres sobre a minuta de golpe apreendida pela Polícia Federal (PF). Torres está preso, e o depoimento deve ocorrer por videoconferência.

O pedido de autorização foi encaminhado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que determinou a busca e apreensão na casa de Anderson Torres, onde o documento foi encontrado em janeiro deste ano.

A oitiva vai ocorrer no processo aberto para apurar a legalidade do encontro do então presidente Jair Bolsonaro, em julho do ano passado, com embaixadores para questionar a lisura da votação eletrônica. A minuta foi incluída no processo a pedido do PDT, partido que contesta a legalidade do encontro.

O depoimento é uma das diligências autorizadas pelo ministro no decorrer do processo. Benedito também pediu que a Casa Civil da Presidência da República informe se há registros do governo anterior sobre a preparação e difusão da reunião por órgãos públicos.

Na decisão, Benedito Gonçalves disse que a minuta pode ter relação com a apuração da legalidade da reunião com embaixadores.

"Questão controversa, admitida ao debate, é se a repercussão eleitoral do discurso e sua gravidade podem ser evidenciadas pela minuta de decreto de Estado de Defesa apreendida em 13/01/2023 pela Polícia Federal na residência de Anderson Torres", afirmou o ministro.

Ao comentar o caso nas redes sociais, antes de ser preso, Torres disse que o documento foi vazado "fora do contexto". (Agencia Brasil)

Confiança dos pequenos negócios volta a crescer em fevereiro

Após cinco meses de queda, a confiança dos negócios de pequeno porte na economia voltou a crescer em fevereiro, revelou pesquisa divulgada na quinta-feira (9) pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Todos os setores pesquisados – indústria, comércio e serviços – registraram melhoria nas expectativas.

Segundo a Sondagem das Micro e Pequenas Empresas, o índice geral de confiança das empresas pesquisadas ficou em 88,4 pontos, com avanço de 3,8 pontos em relação a janeiro, quando estava em 84,6 pontos. Indicadores acima de 100 pontos mostram confiança e, abaixo desse nível, sinalizam pessimismo.

O principal fator que contribuiu para a melhoria nas expectativas foi o desempenho da indústria de transformação. O indicador para o setor fechou em 94 pontos, com alta de 4 pontos. Os segmentos de alimentos e vestuários apresentaram alta. Em contrapartida, a confiança caiu nos segmentos refino e produtos químicos, e metalurgia e produtos de metal.

No comércio, o índice de confiança das micro e pequenas empresas cresceu de 81,8 pontos para 86,3 pontos. O indicador para o comércio está no maior nível desde novembro do ano passado. Segundo Sebrae e a FGV, todos os segmentos do comércio melhoraram neste mês, com destaque para veículos, motos e peças (lojas de autopeças e pequenas revendedoras).

Em relação aos serviços, o índice de confiança subiu 1,2 ponto, para 86 pontos, interrompendo uma sequência de cinco meses de queda. Dos cinco segmentos pesquisados, quatro acompanharam a alta do setor, com destaque para serviços de informação e comunicação. O único ramo dos serviços que foi na contramão foram os transportes, cuja confiança recuou pela sexta vez seguida, com queda de 7,4 pontos. (Agencia Brasil)

Novo decreto da Lei Rouanet deve ser assinado até o fim deste mês

O decreto que regulamentará as mudanças na Lei Rouanet deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o fim deste mês, informou, na quinta-feira (9), o secretário de Economia Criativa e Fomento à Cultura, Henilton Menezes. O secretário participou, ao lado da ministra da Cultura, Margareth Menezes, de um evento na B3, a bolsa de valores paulista, no centro da capital.

Em entrevista, a ministra disse que um dos focos da mudança na política de fomento cultural é levar recursos para regiões do país nem sempre atendidas pelas políticas públicas atuais. "A Lei Rouanet está vindo com um decreto novo para descentralizar mais, sensibilizar as empresas, para que esses investimentos cheguem a todo o Brasil", afirmou Margareth Menezes.

Durante o evento na B3, foi lançada a captação de recursos para construção de um teatro pelo Instituto Baccarelli, em Heliópolis, comunidade da zona sul paulistana. Com custo estimado em R$ 37 milhões, o teatro será construído em um terreno cedido pela prefeitura de São Paulo e terá com capacidade para mais de 500 pessoas. Há 25 anos, o instituto mantém um projeto de formação musical para jovens na região central da cidade.

Assim, como em todos os projetos aprovados pela Lei Rouanet, os valores destinados pelos financiadores do empreendimento poderão ser abatidos do Imposto de Renda.

A ministra da Cultura informou também que, ainda neste mês, deve começar o repasse de recursos das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, que têm como objetivo amenizar os impactos da pandemia de covid-19 no setor cultural. "Agora, nós conseguimos remontar o ministério e vamos começar a executar as leis", ressaltou Margareth, ao lembrar que o Ministério da Cultura tinha sido extinto no governo anterior e, por isso, precisou de um esforço para ser recomposto.

Sensibilizada pelos temporais que causaram 64 mortes no litoral norte paulista, a ministra da Cultura disse que também pretende criar um mecanismo para atender o setor cultural em áreas atingidas por catástrofes. (Agencia Brasil)

Lei obriga reaproveitamento de águas de esgoto e de chuva

Concessionárias de água e esgoto terão de prevenir o desperdício de água e aproveitar as águas de chuva. É o que determina o Projeto de Lei 175/2020, aprovado na quinta-feira (9) pelo plenário do Senado.

O texto, que ainda depende de sanção presidencial para entrar em vigor, altera a Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007) ao obrigar as empresas a corrigir as falhas para evitar vazamentos e perdas; aumentar a eficiência e fiscalizar o sistema de distribuição para combater as ligações irregulares.

"Caberá à União estimular o uso das águas pluviais e de águas servidas, especialmente as águas cinzas, resultados de processos como lavagem de louça e roupa, uso de chuveiro, paisagismo, e as utilizadas em atividades, agrícolas, florestais e industriais", diz um trecho da lei.

As águas cinzas são aquelas descartadas pelas residências por pias, ralos, máquinas de lavar e chuveiros, exceto as usadas nos vasos sanitários. Pela proposta aprovada, elas serão aproveitadas em atividades que exijam menor qualidade, como irrigação de jardins; lavagem de calçadas; pisos e veículos e também na manutenção de lagos artificiais e chafarizes de parques, praças e jardins.

"A medida favorece o controle da poluição de córregos, rios e lagos; promove a preservação dos mananciais hídricos e auxilia no combate à possibilidade de inundações", destacou o autor da proposta, senador Laércio Oliveira (PP-SE).

O volume total de água desperdiçada corresponde hoje a 6,5 bilhões de metros cúbicos, segundo o senador Laércio. Isso equivale a sete vezes a capacidade do Sistema Cantareira, o maior na destinação de captação e tratamento de água da Grande São Paulo.

De acordo com o relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), a perda de água tratada no Brasil é muito grande e "o quadro é ainda mais preocupante porque a maior parte das empresas não mede as perdas de água de maneira consistente. É esse um dos primeiros pontos que a proposição visa atacar. O outro flanco aborda a economia de água, por meio do aproveitamento das águas pluviais e do reuso das águas. É preciso reconhecer que a Política Federal de Saneamento Básico, prevista na Lei 11.445, de 2007, avançou muito pouco em relação ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva. A única menção no âmbito dessa política é feita genericamente, enquanto diretriz, mas sem se especificar o meio como se dará o fomento a essas ações", acrescentou Otto. (Agencia Brasil)

Conduta de presos por atos golpistas será individualizada, diz Moraes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre Moraes disse na quinta-feira (9) que as acusações contra os investigados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro estão sendo individualizadas. A declaração do ministro foi dada em função de críticas ao STF sobre a suposta análise das condutas de forma geral nas investigações.

Moraes, que é relator da investigação, afirmou que a Corte cumpriu todo o procedimento previsto em lei no tratamento dos presos. Segundo o ministro, foram feitas audiências de custódia, análise das liberdades provisórias e enviadas intimações para defesa prévia dos acusados.

"O STF está analisando de forma detalhada e individualizada para que, rapidamente, aqueles que praticaram crime sejam responsabilizados nos termos da lei. Quem praticou crime mais leve terá sanção mais leve, quem praticou crime mais grave terá sanção mais grave", afirmou.

Durante a sessão da Corte, Moraes também apresentou dados sobre o andamento das investigações.

De acordo com o ministro, 919 denúncias foram feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os investigados. Do total, 700 denúncias envolvem a conduta de incitação ao crime, incitação de animosidade das Forças Armadas contra as instituições democráticas e associação criminosa, e 219 são sobre os crimes de dano qualificado, abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de estado.

Quanto aos 1,4 mil presos após os ataques, 520 homens e 82 mulheres continuam detidos. Os demais estão em liberdade e cumprem medidas cautelares, como monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Na segunda-feira (6), Moraes e a presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, fizeram uma inspeção no presídio da Papuda e na Penitenciária Feminina da Colmeia, no Distrito Federal, onde estão presos os acusados de participação nos atos de 8 de janeiro. (Agencia Brasil)